



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

BRUNO UENO BERTÃO

**PENAS LANÇADAS AO VENDO:
DISCURSOS DE LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA DA ORDEM
EM PÁGINAS DA REDE SOCIAL FACEBOOK**

Londrina
2014

BRUNO UENO BERTÃO

**PENAS LANÇADAS AO VENTO:
DISCURSOS DE LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA DA ORDEM
EM PÁGINAS DA REDE SOCIAL FACEBOOK**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Leila Sollberger Jeolás

Londrina
2014

BRUNO UENO BERTÃO

**PENAS LANÇADAS AO VENTO:
DISCURSOS DE LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA DA ORDEM
EM PÁGINAS DA REDE SOCIAL FACEBOOK**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Leila Sollberger
Jeolás
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Maria José de Rezende
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Martha Célia Ramírez-Gálvez
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, ____ de _____ de ____.

Dedico este trabalho à memória da Tia
Miti - que sua positividade e espírito
me acompanhem nesta jornada...

AGRADECIMENTOS

Anos antes de entrar na universidade fui alertado de que “difícilmente faria amigos”. Hoje, discordo com veemência dessa assertiva. Logo nos primeiros anos de graduação fui surpreendido por me encontrar no primeiro espaço de sociabilidade no qual me senti em completa sintonia com as interações daqueles que me cercavam. Os estudos em conjunto, as festas, as bandas, os debates em eventos - momentos que marcaram minha história de vida e que deixaram uma série de sensações nunca antes percebidas. Neste pequeno espaço deixo agradecimentos àqueles que fizeram parte deste período - o mais marcante da minha experiência de vida até então.

Agradeço àqueles que acreditaram na minha construção enquanto cientista social quando optei me entregar inteiramente à área. Recém formado de um curso técnico que me propiciaria diferentes condições de vida e de oportunidades no mercado de trabalho, tive em mãos distintas, por mais clichê que isso soe: a razão e a emoção. Seria injusto não agradecer às pessoas que me influenciaram na escolha que agora concretizo os primeiros passos: Profa. Raquel Kritsch, Prof. Flavio Wiik e Raiza Carolina. Devo a vocês o apoio e o estímulo para a escolha na qual me enveredei. Espero retribuir a confiança que depositaram em mim me construindo enquanto um profissional competente e responsável nesta área de trabalho.

Não poderia deixar de apontar as docentes e os docentes que tiveram importância fundamental nas escolhas teóricas e no tipo de postura profissional que pasesi a incorporar em meu próprio “ethos”. Obrigado a Profa. Leila Jeolás por estes anos de orientação, com toda a sua disposição, troca mútua de energias, desabafos, emoções, críticas, enfim, toda parceria que foi construída. Como gosto de falar aos meus colegas, você é minha “mãe acadêmica”. Agradeço pelas aulas e conselhos da Profa. Maria José de Rezende, por ter me instigado a militar em prol dos ideais democráticos, pela luta incessante da nossa área de pesquisa e por me levar a intensas reflexões sobre a sociedade na qual vivo. Nesta monografia se encontram ressonâncias das muitas disciplinas ministradas nas quais estive presente. Agradeço ao Prof. Cleber da Silva Lopes pelos debates intensos sobre métodos de pesquisas e pelas palavras de força que me levaram até o final

desse trabalho. A sua paixão pela área é uma força motriz para mim. Deixo também minha admiração ao incrível Prof. Cesar Carvalho, dono de um espírito filosófico profundo que procurei absorver nos poucos meses pelos quais fui agraciado pela sua companhia.

Agradeço àqueles que me provaram que a universidade é sim um espaço para construção de laços fortes de amizade. Desde o início estiveram presentes: Rafael Sanches, Clayton Alino e Diogo Pablos Florian. Foram meus companheiros de estudos e compartilham comigo as “depressões” da área e as grandes euforias de ler uma nova teoria que explicasse as nossas indagações filosóficas e sociais. Foram também companheiros de festa: inúmeros finais de semana imersos em futilidades, cervejas e música. Agradeço imensamente pela parceria duradoura e desejo que ela se prolongue ao longo dos anos.

Durante minha trajetória construí laços de amizade também com outras pessoas notáveis tanto dentro quanto fora do curso de Ciências Sociais. Destaco: as noitadas com Douglas Graciano, Vivian Matsumoto e Carolina Correia; a parceria musical e o interminável “War” junto a Olímpio Júnior; as minhas parceiras de longa data Vanessa Uzai e Adriana Yumi; as reflexões sobre o curso e sobre a vida que tive com Aline Azevedo, Diego Greinert e Leila Campos; as ocasionais visitas à terra paulista para discutir as inquietações e os estilos musicais com Fernanda Silva.

Agradeço à CAPES e ao CNPq que concederam bolsas de pesquisa. Especialmente ao projeto PIBID. Projeto este que sob o comando da Profa. Ana Maria Chiarotti eu vi crescer e ganhar dimensões imprevisíveis entre os graduandos.

Deixo meu carinho e amor à Talita Biazon Arrabal. Um relacionamento que ainda me tira o ar e que sempre altera a minha percepção de tempo nos momentos de paquera, parceria, paixão, companherismo e atenção. Faz parte de mim, faz parte deste resultado.

Por fim, deixo toda minha lealdade, confiança, respeito e amor à Ada Ueno e Vitor Ueno. Palavras são triviais perto do que sinto por esta “coisa” incrível - que me dá forças e bases na minha luta diária - chamada “família”. Obrigado.

“Duas coisas ameaçam o mundo:
a ordem e a desordem”

Paul Válerý

BERTÃO, Bruno Ueno. **Penas lançadas ao vento**: discursos legitimadores da violência em páginas do Facebook. 2014. 116 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

A modernidade e o desenvolvimento tecnológico trouxeram consigo uma série de transformações na forma dos indivíduos interagirem, modificando em muitas sociedades a dinâmica dos processos de construções identitárias e fomentando novos meios de mobilização e contestação social. Trouxe consigo também o advento das redes sociais, ambiente virtual que tem sido objeto de estudos sociais na contemporaneidade que visam explorar as dinâmicas de interação e de construção identitárias propiciadas pela rede. A presente monografia se insere na proposta de explorar as manifestações discursivas em páginas de interesse na rede social Facebook. O objetivo do trabalho é compreender como se articulam os argumentos que promovem a legitimação da violência da ordem em quatro páginas de interesse: “Faca na Caveira”, “Rota”, “B.O.P.E” e “Eu nasci para ser Polícia”, por meio de uma pesquisa de campo não-participante. As postagens das quatro páginas foram coletadas até o ponto de saturação no qual foi possível delimitar os principais eixos de assuntos e interações reproduzidos pelos administradores das páginas e pelos usuários. Almeja-se também demonstrar que as expressões discursivas não estão dissociadas das processualidades históricas brasileiras, procurando associar estas manifestações a processos mais amplos de construção dicotômica das categorias “ordem” e “desordem” tendo na violência um meio legítimo de ordenamento social. Expressões que são reformuladas conforme a conjuntura histórico-social. Por meio da compreensão histórico-processual de Norbert Elias, objetiva-se associar o campo empírico aos estudos históricos de forma a demonstrar como o pensamento conservador brasileiro se apresenta enquanto movimento descivilizatório, freando processos de redistribuição de poder e de ampliação dos canais de comunicação que visam alterar os equilíbrios de poder vigentes.

Palavras-chave: Processo civilizador. Facebook. Redes Sociais. Violência. Sociologia Histórica.

BERTÃO, Bruno Ueno Bertão. **Feathers thrown to the wind: discourses of violence of order on Facebook pages.** 2014. 116 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

ABSTRACT

Modernity and technologic development has provided a series of transformations on people interaction, modifying on societies the dynamic of identity constructions and bringing new forms of mobilization and social contestation. It has brought with it the growth of social networks, virtual sphere which has been the subject of current social studies aiming to explore the dynamics of interaction and identity construction afforded by the network. The present monograph is inserted in the proposal to explore discursive manifestations on Facebook pages. The goal of the research is to comprehend how to articulate the arguments that promotes the violence of order legitimization on four Facebook pages: “Faca na Caveira”, “Rota”, “B.O.P.E” e “Eu nasci para ser Polícia”, with a nonparticipating field research conducted for fifteen days. The posts of the four pages were collected until the saturation point in which it was possible to limit the main axes of subjects and interactions reproduced by the administration of the pages and users. Also adds interest the association of discursive expressions with Brazilian historic processes, seeking to associate theses manifestations to major processes of dichotomous construction of categories of “order” and “disorder” taking in the violence a legitimate way of social ordering. Expressions that are reformulated according to historical conjecture. Through historical method of Norbert Elias, objective is to associate the empirical field to the historical studies to demonstrate that conservative thought is presented as an uncivilizing process, braking process of redistribution of income and amplification of communication channels that aim to alter the balance of power.

Key words: Civilizing Process. Facebook. Social Network. Violence. Historical Sociology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Timeline de um usuário ou de uma página de interesse	43
Figura 2 – Exemplo de postagem no feed de notícias	45
Figura 3 – Postagem da página “B.O.P.E” no pré-campo	47
Figura 4 – Humanização das forças policiais	55
Figura 5 – Boa ação policial, “isso a mídia não fala”	58
Figura 6 – Charge de culpabilização da pobreza	61
Figura 7 – Notícia falsa sobre Maria do Rosário	63
Figura 8 – Montagem comparativa entre ditadura e atualidade	65
Figura 9 – Montagem anti-Dilma	67
Figura 10 – Montagem sobre “o que é o ladrão”	68
Figura 11 – “Quanto mais bandido melhor”	71
Figura 12 – O “governo ideal”	75
Figura 13 – Aspecto constitucional da intervenção militar	76
Figura 14 – Imagens de um linchamento	79
Figura 15 – Violência espetacular, mulher e criança	81
Figura 16 – Charge de meninos amarrados aos postes	84
Figura 17 – Comentários sobre a mulher arrastada (“Eu nasci para ser Polícia”)	87
Figura 18 – Chamada para Intervenção Militar	90
Figura 19 – PMs abriam Marcha, cartazes anti-Dilma	93
Figura 20 – Jair Bolsonaro na Marcha da Família	94
Figura 21 – Charge que resultou em reações contrastantes	98
Figura 22 – Posicionamentos não aprovados pela página “Faca na Caveira”	100
Figura 23 – Manifestação pelos “Humanos Direitos”	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B.O.P.E.	Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro
BP	Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro
EP	Eu nasci para ser polícia
FC	Faca na Caveira
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido Social da Democracia Brasileira
ROTA	Rondas Ostencivas Tobias de Aguiar – Polícia Militar do Estado de São Paulo
RT	Rondas Ostencivas Tobias de Aguiar – Polícia Militar do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DESENVOLVIMENTO	19
2.1	“VIOLÊNCIA DA ORDEM” E MUDANÇA SOCIAL NO BRASIL	19
2.1.1	Personalismo, pátrio-poder e patrimonialismo	22
2.1.2	Ditadura militar: precedentes do golpe, legitimação e anistia	28
2.1.3	Redemocratização, violência popular e volúpia punitiva	34
2.2	UMA IMERSÃO EM DISCURSOS DE SANGUE	40
2.2.1	Pré-campo	41
2.2.2	Metodologia	48
2.2.3	Eixos das postagens	51
2.2.3.1	Eixo 1: blocos ideológicos	52
2.2.3.1.1	“Em defesa da instituição policial e militar”	54
2.2.3.1.2	“O Brasil em desordem”	60
2.2.3.1.3	“Violência urbana espetacularizada”	77
2.2.3.2	Eixo 2: eventos	82
2.2.3.2.1	“Caso Sheherazade” e o menor amarrado no poste no Rio de Janeiro	82
2.2.3.2.2	Mulher arrastada por policiais militares no Rio de Janeiro	85
2.2.3.2.3	Marcha da Família	89
2.2.3.3	Eixo 3: pronunciamentos e interação	96
2.2.3.3.1	Discordâncias no campo de comentários	97
2.2.3.3.2	Pronunciamentos dos administradores das páginas de interesse	99
2.2.4	Entre o virtual e o real: um balanço do campo e das coletas	101
	CONCLUSÃO	106
	REFERÊNCIAS	112
	APÊNDICES	114
	APÊNDICE A – Eixos de análise das postagens	115

1 INTRODUÇÃO

Existe um conto de autoria desconhecida que ouvi há alguns anos. É sobre um jovem que espalhou boatos falaciosos sobre outro morador em um vilarejo. Motivos diversos poderiam ter motivado a fofoca. Após o boato ganhar grandes proporções atingindo a imagem daquele morador, o ancião do vilarejo passa a investigar quem poderia ter espalhado tais rumores. Com o passar dos dias e conversando com parte dos habitantes do local, o ancião descobre quem havia começado a fofoca e se dirige ao seu encontro. O jovem quando confrontado se arrepende. O ancião não contente decide demonstrar os efeitos devastadores de ações como a do jovem e pede para que este volte no dia posterior com um travesseiro de penas. No outro dia, o jovem chega até a casa do ancião com o travesseiro e é por ele guiado até o topo do morro mais alto da região. Chegando lá, o ancião pede para que o jovem rasgue o travesseiro. Assim que o rasga, os ventos que passam no morro levam as penas para longe. O ancião olha serenamente para o jovem e pede: “junte todas as penas novamente”. O jovem preocupado diz não ser possível, pois não tem como saber para onde foi cada pena. No que o ancião o responde: “assim é a fofoca, são como penas lançadas ao vento”.

A história é contada em diferentes versões, já tive oportunidade de ouvi-la tendo como personagens monges, padres e pastores. A lição da história em todas as versões é clara: espalhar um rumor é um ato fácil de ser realizado, assim como rasgar um travesseiro, todavia, as consequências da ação são imprevisíveis, sendo impossível definir objetivamente para onde cada rumor será levado e qual será a consequência do mesmo.

Lembrei-me deste conto ao pensar nas minhas maiores inquietações sociológicas: os discursos de violência e de ordem proferidos não só por setores de alta influência social como a mídia e as elites intelectuais, como também os proferidos diariamente nas mesas de bar, nos salões de cabeleireiro e nos jantares de família. Os discursos não aparecem repentinamente na história do mundo, eles são criados, reproduzidos por seres humanos, disseminados por meios diversos, sofrem mutações conforme a conjuntura e trazem repercussões imprevisíveis.

As preocupações quanto aos discursos de violência passaram a se tornar mais focadas quando minha atenção se voltou a uma esfera mais delimitada: o ambiente virtual. A princípio, os comentários em notícias de jornais *online*,

especialmente quando noticiavam linchamentos, reações de lojistas a assaltantes e morte em presídios. Nos comentários, por vezes mais de uma centena de usuários do jornal vociferavam frases como “*bandido bom é bandido morto*” e “*que morram todos estes vagabundos*”. Havia várias referências nos discursos àqueles que sofrem das ações destes malfeitores: as *peças de bem*. Assim, desde o início das minhas incursões digitais foi possível estabelecer nos comentários uma constante dualidade: de um lado, os trabalhadores, os cidadãos de bem, os cristãos, os policiais, os militares. Do outro: os vagabundos, os marginais, os drogados, os presos, os estupradores e os corruptos. Uma guerra entre as forças do “bem” contra aqueles que optaram por subverter a “ordem”, o “bem-estar” de quem trabalha o dia inteiro para possuir o que tem.

Em meio às pesquisas de notícias e comentários em jornais *online*, fui surpreendido por uma postagem na rede social Facebook na qual policiais militares do BOPE (esquadrão especial do Rio de Janeiro) posavam junto a jovens recém-executados de um morro. Junto à imagem, uma frase que trazia o motivo das execuções dos jovens: vingança. O ato era uma resposta à morte de dois soldados do BOPE. Assim como nas notícias dos jornais, a postagem foi recebida com comemoração por boa parte dos usuários da rede. Uma minoria criticava a postura da página em publicar tal conteúdo ou o provável abuso de força policial. Em uma pesquisa preliminar foi descoberto um universo digital de páginas sobre o assunto no Facebook que compartilham este tipo de material. Imagens de violência, discursos a favor do extermínio de encarcerados, louvores às instituições policiais e militares, chamadas para uma intervenção militar e reinterpretação de uma série de fatos históricos como a ditadura militar. Parto do pressuposto de que essas manifestações, reclamando por uma ordem, não são expressões totalmente originais da contemporaneidade, mas reformulações de um comportamento violento e autoritário presente com mais força em diversos momentos e grupos sociais no Brasil. Diante destas problemáticas, como apreender estes discursos e realizar essa correlação histórica?

A presente monografia foi realizada por meio de um movimento dialético entre questões teóricas e dados da pesquisa. De um lado estava a necessidade de “capturar” os discursos promovidos por páginas de interesse no Facebook que propagam a necessidade uma ordem violenta, autoritária, patriarcal e antidemocrática no Brasil. Através de *softwares*, quinze dias de postagens de quatro

páginas de interesse foram coletadas e organizadas em um banco de dados disponibilizado em CD-ROM junto à monografia. Estão presentes neles não só as postagens, como alguns vídeos publicados e parte dos comentários dos usuários em postagens mais polêmicas. A coleta e o “campo” realizados procuram apreender os eixos discursivos destas páginas, o bloco ideológico propagado e como estes eixos apresentam coesão e divergências entre si. Do outro lado, estavam os estudos nas áreas de História, Sociologia e Antropologia que procuram demonstrar manifestações de uma mentalidade autoritária e violenta na sociedade brasileira. O movimento dialético entre teorias e dados consiste no exercício de refletir se há nas manifestações nas páginas pesquisadas paralelos com uma estrutura de comportamento que apresenta continuidade e descontinuidades desde o processo de formação do Estado brasileiro em períodos como: o período colonial, a ditadura militar e o período de redemocratização.

Para a realização deste movimento foi utilizado um eixo teórico: a sociologia de Norbert Elias (1990; 1993; 1997; 1998). Em seu método, Elias se preocupou quanto aos comportamentos sociais ligados às esferas subjetivas dos grupos sociais: os costumes da mesa, as relações de gênero ou de geração, a resolução de conflitos pessoais, a corporalidade, as artes¹ e a agressividade. A esta necessidade de se pensar as minúcias da subjetividade social se coadunava uma teoria da mudança social que considerava a interpenetração das estruturas de comportamento dos indivíduos - psicogênese - junto às macroestruturas políticas e econômicas – a sociogênese. A mudança para Elias apresenta este dinamismo junto a uma visão de que a sociedade se transforma a todo o momento, nunca retornando a um estado passado. Dentro da sociedade, ocorrem diferentes formas de mudanças em diferentes direções como a tecnologia, os mecanismos de autocontrole das pulsões violentas e a distribuição de renda e poder. Mudanças que estão interligadas, mas que podem estar em direções diversas, tanto em processos evolutivos, quanto devolutivos².

¹ As análises sociais acerca da arte são muito presentes na obra de Elias. A sua obra “Envolvimento e alienação” (1998) apresenta parte da metodologia histórica do autor, da necessidade de ter uma “correta medida” entre o envolvimento e o distanciamento do pesquisador frente à sua obra. Metodologia que é aplicada em correlação às primeiras pinturas que colocavam o pintor em um maior distanciamento do objeto de suas pinturas. A ponto de chegarem a pintar a si próprios, o que demonstrava um grande distanciamento “de si mesmo”.

² Este movimento dinâmico da história das sociedades em Norbert Elias tem em Charles Tilly uma de suas principais influências. Tilly postulou que as sociedades não passariam por movimentos apenas evolutivos de diferenciação social – tese em muito defendida por Émile Durkheim (1977) – mas

Um dos processos histórico-sociais ao qual Elias se volta é denominado “processo civilizador”. Em sua obra “O Processo Civilizador”, o sociólogo trata das mudanças da estrutura da personalidade da aristocracia francesa (ELIAS, 1990) – que passa a modificar também o comportamento dos estratos médios e de aristocracias de outros territórios – relacionando estas a mudanças mais amplas na conjuntura política e econômica: maior diferenciação social, ascensão da burguesia nas esferas de poder e formação do Estado nação (ELIAS, 1993). O “processo civilizador” se refere ao aumento do policiamento do comportamento dos indivíduos, um maior autocontrole das pulsões sexuais e das pulsões de morte. E é a este último que interessa o presente trabalho. Para Elias, durante a Idade Média havia na França uma predominância dos valores guerreiros, em que o gosto pela guerra e pela destruição se sobrepunha às formas modernas idealizadas de negociação e pacifismo. Com o passar dos séculos e com a centralização dos meios de violência por parte do Estado, os indivíduos passam também a ter um autocontrole maior não só quanto a seus impulsos violentos como a costumes que vão desde a mesa de refeição até a fala.

A metodologia de Elias é justamente esse movimento dialético entre a subjetividade, as estruturas de comportamento, a psicogênese, e a conjuntura política e econômica, as relações de poder entre grupos sociais, a presença e legitimidade do Estado, a sociogênese. No “Processo Civilizador” (1990; 1993), o sociólogo se volta para os processos históricos franceses, em “Os Alemães” (1997) para os povos germânicos. O método de Elias será aqui utilizado com parcimônia, na medida em que tentarei não realizar associações imediatas dos objetos aqui estudados com todo aparato conceitual criado pelo sociólogo. Há sim uma preocupação em abordar historicamente, com certo distanciamento, a formação das estruturas de comportamento e como elas se ligam a contexto políticos e sociais. Recusa-se assim uma pesquisa que se volte apenas para uma destas esferas³.

também por processos de “desdiferenciação”. Ou seja, ao mesmo tempo em que determinados grupos e territórios passam a se especializar, especialmente frente ao industrialismo, alguns territórios se desdiferenciam, diminuem as fragmentações do trabalho social, reduzem sua complexidade. Para Tilly, unidades antes específicas desapareceram frente à complexificação do trabalho social nos centros urbanos (TILLY, 1977, p.438). Assim, características “evolutivas” e “devolutivas” da sociedade podem coexistir entre si.

³ Há em Elias uma grande recusa aos estudos pautados apenas no “presente”, que recusem a historicidade em seus métodos. Também se recusa a considerar os indivíduos enquanto meros elementos passivos frente a grandes estruturas e processos históricos (SZTOMPKA, 1998, pp. 352-353).

A partir das leituras metodológicas empreendidas, caberá voltar ao objeto empírico da pesquisa: os discursos de violência na Internet. A justificativa do recorte e da metodologia é concernente a uma corrente de pesquisas que busca compreender como certos grupos sociais legitimam a violência. Discursos que são fundamentais para compreender certas categorias de entendimento de determinados grupos sociais como: “justiça”, “punição”, “violência”, “democracia” e “ordem”. O objetivo da pesquisa é analisar como esses atores sociais percebem as mudanças sociais na sociedade brasileira e qual o ideal de sociedade almejado. Este conjunto de ideias está ligado a uma estrutura de personalidade específica de uma conjuntura que apresenta características sociais e políticas singulares. A compreensão destes discursos, da estrutura de comportamento em questão e do processo histórico que deu forma a ela são fundamentais para analisar conflitos entre grupos e os equilíbrios de poder existentes entre eles. É um movimento que parte de uma visão mais “aproximada” (subjetividades) para a compreensão de processos sociais e conflitos de grupos historicamente mais amplos.

Em resumo, a presente monografia busca compreender os discursos proferidos em quatro páginas de interesse no Facebook associando estes a movimentos mais amplos de reestruturação da mentalidade autoritária brasileira. Como estes estão articulados a uma determinada visão de sociedade e como a violência é vista enquanto meio legítimo de resolução dos conflitos, em contraposição ao uso da “palavra” ou da modificação dos equilíbrios de poder visando democratizar o acesso a bens e ao empoderamento. Para a consecução deste objetivo, na primeira parte do trabalho será realizada uma retomada histórica a fim de demonstrar que este tipo de mentalidade não é referente apenas à contemporaneidade. É uma manifestação reconfigurada e com outros significados de uma mentalidade violenta já presente desde a formação do Estado brasileiro e que apresenta diferentes contornos na ditadura militar e no período pós-redemocratização. Será analisado como nestes três momentos a “desordem” apareceu sob diferentes roupagens: no primeiro momento, a rebeldia dos subordinados da casa-grande; no segundo, o comunismo; e no terceiro, a bandidagem e a pobreza. Caberá pontuar como a violência foi mobilizada nestes períodos sendo legitimada por discursos de “ordem”.

Na segunda parte do trabalho, os discursos de quatro páginas de interesse do Facebook, com relação à violência, serão analisados. As páginas, “Rota”,

“B.O.P.E”, “Eu nasci para ser Polícia” e “Faca na Caveira”, foram escolhidas por conta do número expressivo de usuários que as seguem e compartilham suas postagens diárias na rede. Postagens que apresentam: discursos de legitimação da violência contra “vagabundos”, demonstrações de que vivemos em um período de “desordem” e de crise dos valores, “humanização” das forças policiais e militares, discursos políticos e vídeos de violência espetacular. O aparente conteúdo desconexo das postagens será organizado em eixos que demonstram um conjunto ideológico organizado que reafirma valores, concepções de “ordem” e enaltecimento de figuras conservadoras que nos remetem ao processo histórico da primeira parte da monografia. É a disseminação virtual de um bloco de ideologias que naturaliza as desigualdades sociais, busca conservar o poder e a supremacia dos grupos dominantes, legitima violações de direitos básicos e toma a violência como motor fundamental de organização social. Em suma, manifestações reconfiguradas de uma mentalidade conservadora, autoritária e patriarcal presente desde a formação do Estado brasileiro. Serão questionados junto a estas manifestações o potencial destes discursos extravasarem as fronteiras do ambiente virtual. Apesar da impossibilidade de mensurar objetivamente as consequências destes discursos de “sangue” – como as penas lançadas ao vento – serão analisados os efeitos observados durante a pesquisa de campo.

Na conclusão do trabalho, esta análise das manifestações da mentalidade conservadora e autoritária no Brasil será correlacionada a uma discussão acerca da função do medo enquanto ampliador dos gradientes de poder. Serão também discutidas as propostas de mudança social em Norbert Elias e Florestan Fernandes que defendem a alteração nos padrões de interação entre os indivíduos que acabe por propiciar não só reformas institucionais como mudanças profundas nos processos socializadores de forma a alterar as disposições dos indivíduos quando confrontados com o uso arbitrário da força e com as desigualdades sociais. Almeja-se com esta monografia contribuir com a corrente de estudos que reflete acerca dos discursos de violência no Brasil e com estudos empíricos que apresentam em sua metodologia a imersão em um ambiente virtual. As redes sociais têm repercutido em muitos trabalhos de pesquisa acerca do “ativismo digital” e sua capacidade de extravasar as fronteiras das interações para a vida “fora da virtualidade” promovendo encontros, passeatas, manifestações. É preciso sempre visar outras capacidades que a rede possui como: as construções identitárias por meio do compartilhamento

das postagens, a reflexão social exercida nas postagens e no campo de comentários, os interesses políticos de certas páginas, entre outros. Assim, a monografia se insere neste campo de análises que buscam compreender fenômenos sociais e estruturas de comportamento no campo virtual e vê nas redes sociais um dos maiores campos de pesquisa disponíveis na modernidade, cuja potencialidade, limites e dificuldades ainda estão por ser analisados nas Ciências Sociais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 “VIOLÊNCIA DA ORDEM” E MUDANÇA SOCIAL NO BRASIL

Quando estabelecemos uma determinada “violência da ordem” acabamos por subentender a existência de seu contraponto: a “violência da desordem”. Sendo assim, caberá uma discussão quanto ao sentido atribuído a ambas as terminologias utilizadas neste trabalho. A violência pode ser entendida enquanto um ou mais atos que infrinjam um dano físico ou psicológico a um ou mais indivíduos, materiais ou símbolos. Este dano está relacionado à “ordem” a partir do momento em que objetiva fortalecer o *status quo* desejável e/ou reorganizar uma determinada situação social na qual houve uma interferência em uma ideal homeostase. O entendimento do que é “ordem” e “desordem” poderá variar conforme o posicionamento do indivíduo na estrutura social. O conflito se estabelece a partir do momento em que um grupo ou parte dele entende que há uma desestabilização de suas categorias de entendimento ou a existência de uma tensão que transcende os limites do aceitável. O fator “desordenador” é considerado uma “violência de desordem”, pois deixa em suspenso o estado de normalidade. Traz um sentimento geral de “crise” das categorias sociais ao grupo em questão que sofre o ataque. Em defesa da ordem, ações violentas podem vir a ser executadas com o intuito de inibir a desordem e de retomar a estabilidade idealizada⁴.

O que é concebido enquanto “ordem” e “desordem” altera conforme a tempo, espaço e grupo analisados. São categorias que estão sujeitas a mudanças de acordo com as conjunturas econômicas, políticas e sociais. A forma como determinados grupos fortalecem em uma sociedade o sentimento de que os sujeitos estão imersos na “desordem” é amplamente debatida nas Ciências Sociais. O medo urbano tem sido uma das maiores fontes de meios de coerção e manipulação na

⁴ Norbert Elias conceituou esse tipo de reação violenta em resposta a outra ação violenta como “processo de duplo vínculo”. O conceito está presente em sua explicação da espiral de violência ocorrida durante a República de Weimar (Alemanha) entre membros das Freikorps e movimentos contrários ao nacionalismo radical alemão. De acordo com o autor, “essa é uma regularidade quase universal de um duplo vínculo: a violência engendra a contra-violência, a contra-violência aumenta a violência do outro lado, e assim por diante” (ELIAS, 1997, p. 183).

sociedade contemporânea, embasando por vezes políticas imperialistas supostamente “antiterroristas” e investimentos maciços em segurança privada⁵.

Para o presente trabalho será fundamental pensar como determinados medos e sentimentos de desordem estão ligados a discursos que propõem soluções radicais - por vezes violentas e antidemocráticas. Sendo essa proposta de solução violenta para retomar a “ordem” um componente de uma mentalidade construída historicamente no Brasil. Um “ethos” que não aparece apenas na atual conjuntura, mas que está presente desde a formação do Estado e que reverbera em diversos momentos históricos. Por vezes com mais presença e maior hegemonia, por vezes com menor adesão social.

Para Norbert Elias, esse tipo de mentalidade violenta é compreendida a partir do momento em que visualizamos a sua construção histórica, os seus momentos de legitimação e de deslegitimação. Ao analisar os processos históricos da Alemanha pré-nazista, Elias (1997) afirma que não há um aparecimento repentino da mentalidade autoritária e violenta no regime nazista, mas sim uma radicalização e ampla aceitação de um “ethos” já presente entre diferentes gerações daquela sociedade. Um comportamento que toma a violência enquanto meio de hierarquizar os indivíduos, de resolução de conflitos e de firmamento da “ordem”. Uma das configurações históricas retratadas pelo autor foi o período imperial alemão. Neste período se expandiram as confrarias duelistas, nas quais frequentavam, em sua maioria, jovens oriundos da aristocracia. Nas confrarias duelistas, o valor dos indivíduos era atribuído de acordo com suas habilidades guerreiras e pelas cicatrizes que carregava consigo. Acerca destes valores, Elias comenta:

Assim se preservava a típica estratégia social nas castas guerreiras: uma escala de valores em que o rigor físico, a habilidade e a agilidade pessoais para lutar ocupavam uma posição elevada, quando não a mais alta de todas. Formas alternativas, mais pacíficas, de competição e estratégia social, especialmente a arte do debate verbal através da argumentação e persuasão, eram consideradas, portanto, de menor valor ou virtualmente desprezíveis (ELIAS, 1997, p. 70).

O processo no qual os indivíduos passariam a mudar sua mentalidade, comportamento, costumes, ampliando os mecanismos de autocontrole, rejeitando a

⁵ Acerca da relação entre o medo urbano e a lucratividade de empresas ligadas ao setor de segurança privada e de veículos verificar a obra de Bauman “Medo Líquido” (2008, pp. 186-188).

utilização imediata da violência para eventuais conflitualidade é chamado de “processo civilizatório”. Para a realização do mesmo, não basta apenas o autocontrole, mas também uma empatia de cada indivíduo pelo social e por outros indivíduos (REZENDE, 2012, p. 44). Empatia que deverá se construir junto a maiores redistribuições das condições materiais e pela ampliação dos canais de comunicação, condições necessárias para o exercício democrático e para a progressiva diminuição dos gradientes de poder entre governantes e governados.

O exercício do presente trabalho é utilizar o método histórico-processual de Elias para compreender como certas categorias de “ordem” e “desordem” encontradas em discursos nas redes sociais são manifestações contemporâneas de uma mentalidade autoritária que advém desde os tempos de formação do Estado brasileiro e que tomou diferentes contornos e consequências conforme as conjunturas históricas. Visa-se constatar como estas manifestações discursivas violentas são reflexos de uma sociedade em mudança na qual estão sendo reajustados seus equilíbrios de poder e que ainda permanecem problemas relacionados às suas estruturas políticas, jurídicas e policiais. A solução violenta para a correção desta “desordem” é acompanhada de um desejo de que lideranças conservadoras autoritárias tomem o poder, tendo neste tipo de proposição uma manifestação transformada do pensamento patriarcal e personalista dos séculos passados.

Caberá pontuar junto a estes objetivos, as diferenças conjunturais entre os períodos de formação do Estado e a modernidade virtual dos tempos atuais. As manifestações da mentalidade autoritária ainda ressoam em diferentes grupos sociais, mas estes têm ferramentas próprias da modernidade para se expressarem. O Facebook aparece enquanto uma rede social dotada de muitos elementos modernos como espaços de discussão relativamente “abertos” (nos quais uma potencial reflexividade é exercida), construções identitárias fluídas e certa ambiguidade quanto à extensão destes discursos para ações na esfera extra virtual. Todavia, a ambiguidade de seus efeitos não deve entravar problematizações quanto aos possíveis efeitos que a legitimação de ações violentas pode causar. São imprevisíveis as consequências deste conjunto de discursos e serão demonstrados exemplos de como estes podem ter como consequência não só a legitimação de processos de exclusão e de extermínio, como a própria prática dos mesmos ao fomentar uma mudança nas disposições individuais frente às cenas de violência.

Para a consecução do plano histórico foram retomados certos eventos e fenômenos sociais da história brasileira que demonstram a presença da mentalidade autoritária e de um “ethos” que tem na violência e no medo ferramentas para manutenção da “ordem”. Pontuando, assim, os discursos promovedores de movimentos descivilizatórios pertinentes a cada época. Em um primeiro momento será discutido o comportamento patriarcal presente no Brasil colonial que buscava a obediência dos subordinados por meio de uma lógica personalista e violenta. Através das teorias sociológicas e históricas de Sérgio Buarque de Holanda e Fernando de Azevedo, procura-se mostrar como houve a passagem do comportamento despótico dos senhores do engenho na casa-grande para o cenário institucional liberal e democrático do Brasil república, apontando a interpenetração entre os comportamentos coloniais e as atitudes políticas no republicanismo. Em um segundo momento será promovido uma análise acerca da ditadura militar brasileira (1964-1985), os precedentes do golpe, as suas vias de legitimação e a anistia dos torturadores. Visa-se demonstrar a articulação de uma mentalidade autoritária que procurava constituir meios de socialização que não estimulassem a reflexão ou a contestação, mas um espírito “ordeiro”, avesso a questionamentos. Por fim, o período da redemocratização também será retomado a fim de demarcar os fenômenos sociais violentos ligados à ordem como o *boom* de linchamentos e a letalidade policial. Eventos posteriores como o massacre do Carandiru e a chacina da Candelária também se apresentam enquanto reflexos de uma sociedade que ainda está em curtos passos de consolidar uma mentalidade predominantemente democrática. A violência da ordem e a defesa de personalidades patriarcais adquirem diferentes contornos conforme a conjuntura analisada, todavia, os seus principais fundamentos permanecem. Caberá a esta retomada refletir sobre suas manifestações nos períodos analisados para assim, na parte seguinte, passar a visualizar suas manifestações nas formas contemporâneas de interação em rede.

2.1.1 Personalismo, pátrio-poder e patrimonialismo

O primeiro momento histórico a se tratar aqui, no qual houve a presença forte de uma mentalidade conservadora e autoritária, será o período que compreende o Brasil colônia até os primeiros anos do período republicano. Visa-se aqui demonstrar como houve no Brasil uma transição de uma mentalidade violenta e

resistente aos princípios democráticos e civilizatórios do espaço privado da casa-grande para as esferas públicas, especialmente o Estado.

Sérgio Buarque de Holanda em sua obra “Raízes do Brasil” (1995) investiga os processos históricos que levaram à intensa dificuldade observada pelo autor na concretização de um funcionamento democrático das instituições públicas e do estabelecimento de um patrimonialismo burocrático. Para o autor, uma das raízes da falta de coesão social se encontraria no personalismo. Por este termo se subentende a valorização das características pessoais, emotivas, familiares, em contraposição às características racionais, de eficiência e planejamento. O que acarretaria na visão do Estado enquanto uma extensão do âmbito familiar e pessoal e não uma instituição que vise a promoção do bem estar social. Em outras palavras, os indivíduos em cargos burocráticos voltariam os seus interesses para as esferas ligadas ao seu círculo restrito de conhecidos e pessoas de confiança, eliminando assim o interesse em promover políticas que abrangessem todo contexto nacional. Em razão desta consequência que o autor alega a ligação do “personalismo” com a “falta de coesão social”. Com inspiração hegeliana, Holanda também atesta que o Estado apenas se estabelece quando “transgride” a ordem doméstica, familiar, pessoal (HOLANDA, 1995, p. 141). Todavia, no Brasil teria ocorrido o inverso: o triunfo de valores familiares sobre a esfera pública.

Parte da estrutura comportamental “personalista” que interferiria nos espaços públicos foi resultado da influência do “iberismo” (tanto portugueses, quanto espanhóis) no período de colonização do território brasileiro. Outro processo que foi de fundamental importância para a delimitação desta estrutura de comportamento explorada por Holanda foi a progressiva expansão das grandes lavouras de cana-de-açúcar. Por conta do longo período histórico no qual o Brasil passou pela relativa fragmentação política por conta da autonomia gozada pela casa-grande, o autor considera fundamental a importância de apontar os comportamentos exercidos naquelas localidades rurais, de forma a pensar em suas consequências a partir do momento em que o cenário urbano se expande.

A “casa-grande” teria sido o modelo de administração das lavouras e concentravam em si uma relativa autonomia em relação à metrópole e aos demais territórios coloniais. Por séculos, houve o predomínio nos domínios rurais da figura despótica do dono das terras cuja autoridade não podia ser contestada. Este “pátrio-poder” ilimitado se estendia por todo território pertencente ao dono das terras.

Holanda aponta que sua autoridade não estava limitada apenas aos escravos, mas também aos agregados (HOLANDA, 1995, p. 81). O seu poder autoritário sobre os familiares era exercido de forma que os filhos fossem socializados sob esse tipo de mando, para que futuramente pudessem reproduzir o mesmo tipo de dominação. Dominação pautada pelo medo dos castigos físicos ou pela morte violenta.

Fernando de Azevedo também explorou historicamente o comportamento do senhor do engenho sobre aqueles que estavam em seu círculo de subordinação (AZEVEDO, 1958, pp. 65-83). Havia na casa-grande um tipo de dominação pautado na violência e no medo. A “ordem” era tida enquanto a obediência cega e irrestrita às vontades do senhor do engenho. Acerca do despotismo do pater-famílias, o autor relata:

O poder despótico que exerce o senhor do engenho sobre os escravos negros, tangidos como rebanho humano e degradados à categoria de máquina, alimentados para atenderem à necessidade de produção, atenuava-se, sem perder o caráter essencial, nas relações com a mulher e os filhos, os parentes e agregados, no interior do grupo doméstico, fundado sobre a base da disciplina e com o mesmo espírito de dominação. Nos escravos não se procuravam, de fato, outras qualidades a não serem a robustez, a aptidão ao trabalho, a docilidade e a submissão servil. Nas fadigas que lhe quebravam as energias e quase sempre passavam por indolência aos olhos do senhor ou dos feitores, mais implacáveis do que seus chefes, em lugar do repouso, para as reparar, era a ameaça do chicote que as obrigava a dissimulá-las, até caírem extenuados e quase mortos (AZEVEDO, 1958, p. 67).

Para Holanda mesmo com o enfraquecimento da casa-grande com a proibição do tráfico negreiro e com o desenvolvimento das vias férreas, aumentando assim a influência das cidades e dos centros comerciais na área rural, a “família patriarcal” forneceu um modelo por onde irão se calcar as relações entre governante e governados no período republicano (HOLANDA, 1995, pp. 173-175). O comportamento visto anteriormente, de subordinação e violência, seria também absorvido por grupos sociais pertencentes às cidades, até o ponto do patriarcado se tornar uma “norma de conduta”.

Junto ao despotismo do senhor do engenho, Holanda utiliza o conceito de “cordialidade” para explicar um traço de comportamento que viria a perdurar as transições políticas e econômicas. A cordialidade referenciada pelo autor seria a aproximação emocional, o estabelecimento de intimidades entre os indivíduos

(HOLANDA, 1995, p. 148). Através da cordialidade, os brasileiros viveriam em uma forma de convívio ditada por uma ética de fundo emotivo. O resultado seria uma falta de apreço a normas neutras e a princípios universais, além do apaziguamento de conflitos e do mascaramento de tensões sociais. Ou seja, frente a um problema social ou a conflito políticos, teríamos uma estrutura de comportamento que tende a trazer o debate para uma esfera do privado, do familiar, do emotivo. Em suma, a “cordialidade” não está relacionada a um comportamento de “bondade”, mas sim ao estabelecimento de intimidade em uma relação que pode estar permeada de violência e tirania. A cordialidade por ser pautada nas emoções e em uma lealdade pessoal se refere também ao “laço irrevogável” entre dominantes e subordinados, recusando qualquer forma de contestação.

Holanda chama de “funcionalismo patrimonial” quando ocorre a hegemonia do particular sobre o público. Quando o Estado passa a ser visto e utilizado enquanto uma ferramenta de usufruto pessoal e não é compreendido enquanto uma instituição burocratizada visando justiça social por meio da democratização da renda, da terra e do poder. É visado enquanto instituição para o estabelecimento de um quadro de funcionários da confiança pessoal do governante e para estabelecer políticas que visem a manutenção dos poderes das elites governantes (HOLANDA, 1995, p. 145-146). Como afirma Rezende, em leitura da obra de Holanda, houve o estabelecimento de uma “democracia da exclusão” pautada na exclusão sumária das classes populares na vida política brasileira (REZENDE, 2003, p. 33).

Para Azevedo, o patrimonialismo e o personalismo estão interligados. Ao mesmo passo em que as lideranças se utilizam do poder para os seus interesses privados, compreendendo o Estado enquanto uma extensão do seu núcleo privado, a população passa a incorporar a visão de que a “liderança” representa o “governo” em si. Como aponta o autor no seguinte trecho:

Governos e ditaduras sempre tenderam, por isso, a revestir entre nós um caráter marcadamente “personalista” nesse sentido que o poder se considera exercido por um “homem”, não por um presidente ou ditador, ou por um governo, entidades abstratas, mas por uma pessoa a que estamos ou podemos estar ligados, um homem que sempre se conheceu, uma personalidade *familiar*, alguém do país, da província ou do município (AZEVEDO, 1958, p. 76, grifo do autor).

Holanda e Azevedo apontam que mesmo com a formação do Estado-nação, com uma maior unificação linguística, a organização de um monopólio da violência mais organizado (polícia) e a importação de ideais democráticos para constituição da República, o comportamento político social brasileiro ainda estava em muito atrelado ao comportamento rural dos grandes latifúndios. Sendo o “patrimonialismo” e o “personalismo” as grandes consequências deste tipo de interpenetração. Acontecimentos históricos que se prosseguiram na história comprovam as assertivas dos autores: o coronelismo, o voto de cabresto, o coronelismo, a política café-com-leite e o populismo ditatorial varguista. Todos estes eventos foram marcados por uma intensa ligação da política a figuras personalistas, patriarcais. A lealdade a essas personalidades deveria ser total, uma questão de “vida ou morte”.

Outra grande influência nesse processo de revestir um país preso ao conservadorismo com os trajes modernos de uma democracia burguesa foi a ascensão dos bacharéis na vida política. Jovens filhos de senhores do engenho que ao se graduar nos países europeus traziam consigo muitos dos ideais democráticos franceses, além de propostas positivistas de intervenção política (FREYRE, 1968). Entretanto, havia o já alegado descompasso entre o desejo de estabelecer instituições importadas do exterior - especialmente por meio de modelos positivistas de ordenamento social, a-históricos, visando o desenvolvimento nacional - e o comportamento social e político predominantes no período. Este tipo de entrave é o que Florestan Fernandes chamou de “dilema social brasileiro” (FLORESTAN, 1976, p. 208). Uma dificuldade em conciliar os discursos que procuram apontar a necessidade do Brasil se “democratizar”, mas revestidos de ações que ampliam as desigualdades sociais e favorecem exclusões sumárias dos grupos marginalizados na sociedade.

Como demarquei anteriormente, apesar de permanências de traços comportamentais ligados ao patriarcalismo e ao personalismo na esfera pública, a sociedade passa por mudanças fundamentais a partir do enfraquecimento da hegemonia rural e da elevação de *status* e de poder dos estratos burgueses provindos do cenário urbano industrial. A ideologia do “trabalho” passa a ser fortalecido com o advento da República e novas concepções de “desordem” passam a tomar forma. A estrutura política e econômica menos unificada passa por transformações com o movimento centrípeto realizado pela formação do Estado-nação, unificação das línguas e pela constituição de um aparato jurídico-legal e

repressivo mais organizado. É nesse contexto que a polícia passa a ter um papel fundamental enquanto recurso do Estado para consecução de suas políticas personalistas. Como bem aponta Alba Zaluar:

A República apostou na polícia para mudar a sociedade violentamente. Não era uma democracia. Por isso é que se diz que, naquela época, a questão social foi considerada uma questão de polícia. Em todo o país (ZALUAR, 1996, p. 93).

Nos primeiros anos do republicanismo foram fomentadas as bases legais para a criminalização do ócio e da pobreza. O ócio, o desemprego, a “vadiagem” passam a ser visados pela polícia e pelo setor jurídico enquanto problemas a combater visando a construção de um país pautado em uma ética de trabalho. Não só isso, como a importação de ideias como a Antropologia Criminal europeia viria a ter papel fundamental na criminalização destes comportamentos (ALVAREZ, 2003). Propagou-se nos meios jurídicos e policiais um conjunto de ideologias que visavam construir no imaginário dos indivíduos uma estereotipação do “tipo criminoso”. Assim, a pobreza, o desemprego e a aparência física passam a ser elementos fundamentais para o aparato repressivo do Estado “tratar com desigualdade os diferentes”, ou seja, apurar a repressão sobre aqueles que têm “maior probabilidade” de se envolver com a criminalidade. Não há um debate maior sobre as causas da pobreza em si ou do nível de desemprego correlacionando com as processualidade históricas da escravidão, da concentração de renda e terras e dos direitos civis diferenciados. Mas sim um apuro cada vez maior institucionalizado de demarcar um tratamento desigual entre indivíduos das camadas abastadas e aqueles provindos dos estratos marginalizados.

Como visualizado até então, o Brasil colonial e a transição para o período republicano foi marcada pelo poder de mando de grandes patriarcas que concentravam em si um poder de vida e morte sobre seus subordinados. Uma relação em muito atenuada pela superficialidade de uma cordialidade que impunha laços de intimidade entre dominantes e subordinados. A influência deste comportamento na esfera pública viria a resultar em uma forma de patrimonialismo personalista e na fomentação de um aparato repressivo e legislativo que vise distanciar o tratamento social e legal entre indivíduos de estratos sociais distintos. Em todos os períodos, estes comportamentos foram acompanhados por violências

sistemáticas aos subordinados. Ocorreram também resistências violentas, todavia, o trabalho visa apontar manifestações de uma mentalidade autoritária, conservadora e violenta.

Pontuada essa discussão será feita uma ligeira retomada do período da ditadura militar, de seus antecedentes e momentos posteriores. O objetivo aqui não é realizar um retrato minucioso dos acontecimentos, mas apresentar momentos nos quais a mentalidade e o seu controle foram imprescindíveis para a consolidação e manutenção do regime e o fortalecimento de ideais antidemocráticos. Mentalidade que em muito subscreverá arbitrariedades dos grupos golpistas e que terá na violência e na repressão, especialmente por parte da “linha dura”, meios fundamentais para a “educação” das massas – imposição de um cordialismo como uma aversão aos conflitos – e para a eliminação sumária de opositores.

2.1.2 Ditadura militar: precedentes do golpe, legitimação e anistia

Os reajustes dos equilíbrios de forças no Brasil tiveram processos sucessivos de avanços e regressos. O período de ditadura militar após o golpe de 1964 se constitui enquanto um evento no qual os direitos e avanços políticos obtidos nas décadas precedentes foram progressivamente suprimidos. A ditadura militar deixou marcas na sociedade brasileira e ainda é objeto de especulação em discursos presentes na imprensa, no ambiente acadêmico e nas redes sociais. É de fundamental importância demarcar este período como representativo da reação conservadora de um país que estava em mudanças direcionadas a uma tentativa de reajustar suas desigualdades sociais. Acerca da ditadura serão apontados três momentos: o golpe de 1964, a sua política de legitimação por meio das estratégias psicossociais e a “auto anistia”.

O período militar foi marcado por muitos dos comportamentos analisados anteriormente pertencentes às antigas elites coloniais brasileiras: a arbitrariedade, o poder absoluto de mando e a reação violenta a qualquer forma de pensamento ou de discurso que fossem contrários aos detentores do poder. Um regime que em muito se pauta pelo temor da punição violenta ou da perseguição. O seu próprio “ponto inicial” de execução foi emblemático: um golpe, a destituição de governantes eleitos democraticamente. Tão importante quanto o ato em si, foi o discurso que o legitimou: o temor de que o Brasil viesse a sofrer um golpe de grupos comunistas

instaurando assim uma ditadura aos moldes russos e cubanos. De fato, não há qualquer indício de que efetivamente o presidente deposto João Goulart estaria articulando um golpe comunista, todavia, este foi o mote legitimador não só do golpe, como de sua permanência (TOLEDO, 2004). É mais um evento histórico que constata a importância do medo enquanto ferramenta de controle social e de justificativa para a arbitrariedade de determinadas elites políticas e sociais.

O golpe de 1964 foi cercado de discussões acerca de seus precedentes: das reformas de base empreendidas pelo governo de Goulart, das acusações de ligações do presidente com grupos comunistas e da pretensão golpista daquela gestão. Cabe relatar a influência norte-americana nos antecedentes ao golpe fortalecendo essa desconfiança em relação ao governo de Goulart e fornecendo inclusive forças militares no caso de ter resistência por opositores ao golpe⁶. O medo do comunismo e de suas supostas implicações também foi uma mola propulsora da chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” realizada em São Paulo que depois se estendeu para outras cidades, com o princípio de defender a nação dos ideais esquerdistas e de derrubar o governo vigente. A Marcha foi compreendida por setores conservadores e por parte da imprensa enquanto um apelo popular contestatório a um governo e a movimentos sociais que visavam a implantação de um regime comunista no Brasil. Desmentindo a dimensão deste “apelo popular”, dias antes do golpe os resultados de uma pesquisa realizada pelo IBOPE – não divulgada – apontavam o apoio majoritário da população à Goulart e às reformas de base⁷. As reformas de base foram um dos grandes incômodos das elites norte-americanas quanto ao governo de Goulart. As propostas de reforma agrária e de interferir nas taxas de lucro das multinacionais incomodou vários setores das elites agrárias e urbanas brasileiras e internacionais. A esse respeito, Caio Toledo disserta:

Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe *contra* a incipiente democracia política brasileira; um movimento *contra* as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva *contra* a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e

⁶ A respeito da influência norte-americana nas conspirações militares que antecederam o golpe de 1964 ver o documentário “O dia que durou 21 anos” (2013) dirigido por Camilo Tavares. O documentário foi resultado de análises documentais emitidas pelo governo dos Estados Unidos conspirando contra o suposto governo “pró-comunista” de João Goulart.

⁷ Para um resumo das polêmicas envolvendo esta pesquisa e parte de seus resultados ver: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/04/pesquisa-ibope-de-1964-que-nunca-foi-revelada.html>>. Acesso em 19 de Abril de 2014.

cultural que estava em curso no país (TOLEDO, 2004, p. 15, grifo do autor).

De fato, as reformas de base interferiam no equilíbrio de poder que havia entre elites urbanas e rurais e as demais classes sociais. Tinham enquanto meta não só redistribuir renda e propriedade, como também ampliar os canais de comunicação entre governantes e governados. Todos estes movimentos que haviam sido planejados podem ser verificados em discursos proferidos por Goulart durante sua gestão⁸. Todavia, em nenhuma destas defesas se configura uma política de um “esquerdismo radical” como alegavam seus opositores. Não há um questionamento da existência da propriedade privada ou a sugestão de um processo revolucionário organizado junto às classes operárias. Há uma postura capitalista que visava alterações quanto à distribuição de terras, poder e renda tendo em vista o fortalecimento das indústrias e do mercado nacionais.

A ampla campanha de desestabilização empreendida por canais de mídia, por parte da população (como bem comprovou a realização da Marcha), por opositores políticos de Goulart e pelo governo dos EUA não é o fator único que influenciou no relativo sucesso do golpe⁹. O historiador Carlos Fico (2004) não renega fatores estruturais como a instabilidade institucional da época ou os interesses econômicos das elites com o golpe, todavia, acrescenta a “utopia autoritária” presente anos antes das conspirações contra o governo de Goulart. O autor explica os pressupostos dessa utopia:

A mencionada utopia assentava-se na crença em uma superioridade militar sobre os civis, vistos, regra geral, como despreparados, manipuláveis, impatrióticos e – sobretudo os políticos civis – venais. Penso que ela se realizava em duas dimensões: a primeira, mais óbvia, de viés saneador, visava “curar o organismo social” extirpando-lhe fisicamente o “câncer do comunismo”. A segunda, de

⁸ Um documentário que apresenta vídeos e documentos profícuos para a análise da postura de Goulart frente não só à realidade brasileira antes do golpe, como depois durante a ditadura e seu período de exílio é o “Dossiê Jango” (2013), escrito e dirigido por Paulo Henrique Fontenelle.

⁹ O “relativo sucesso do golpe” diz respeito a não ocorrência de uma resistência armada imediata. Este é outro ponto grande de discussão nos debates de golpe de 1964. Um interessante diálogo a esse respeito foi realizado no *talkshow* Roda Viva exibido pela TV Brasil no dia 31 de Abril de 2014. O entrevistado foi Almino Afonso, ex-ministro de João Goulart, e é um material valioso para observar os amplos questionamentos de historiadores e jornalistas quanto às razões que levaram à falta de uma resistência armada no dia do golpe que depôs o presidente João Goulart. O debate está disponibilizado no canal de vídeos YouTube pelo canal “Roda Vida”: <http://www.youtube.com/watch?v=VbGcj_Hy_-0>. Acesso em 19 de Abril de 2014.

base pedagógica, buscava suprir supostas deficiências da sociedade brasileira (FICO, 2004, p. 39).

Em suma, havia entre militares uma forte corrente ideológica que acreditava na superioridade de sua instituição (pautada por ideais hierárquicos e pela coerciva ordem grupal) e com uma proposição de mudança social. Mudança que ocorreria em duas vias: a “cura” do organismo, especialmente por vias violentas, e a “educação do povo brasileiro”. O objetivo: defender a nação dos ataques à moral e aos bons costumes. Ficou constatado que apesar da maioria dos militares estar identificada com a “utopia autoritária”, havia diferentes posicionamentos ao modo de ser colocada em prática. Assim, ocorreu a separação genérica dos militares entre os de “linha dura” (favoráveis a uma maior concentração de poder e maior repressão a possíveis opositores) e os de linha mais suave. O desejo de ambas as correntes de “limpar” as instituições e o país do comunismo perdurará ainda na contemporaneidade em grupos civis e militares como há de se constatar posteriormente com as pesquisas nas redes sociais.

Após o golpe de 1964, um desafio se interpôs aos líderes do regime militar imposto: ampliar a sua legitimidade frente ao resto da população – tendo em vista a já referida pesquisa do IBOPE que apontava um favorecimento maior às políticas de João Goulart. Seria preciso inculcar não só o medo do comunismo, já em voga por grupos políticos e pelos canais de mídia, como também por alterações no sistema educacional vigente. A implementação das famigeradas disciplinas “Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB)” no currículo escolar em 1969 tiveram o objetivo de desestimular a reflexão crítica das condições vigentes e de formar nos indivíduos desde tenra idade um “civismo” comprometido com a “ordem” e opositor a qualquer forma de transgressão moral ou legal. Retomando que a “desordem” e a “transgressão” também estavam ligadas neste momento a quaisquer ideais “suspeitamente” ligados ao comunismo a exemplo das obras que tratam de críticas do sistema capitalista como os teóricos marxistas ou a Escola de Frankfurt. Enquanto a “ordem” estava ligada justamente à “passividade” e à “obediência” do que estava sendo instituído legalmente pelo regime militar (FILGUEIRAS, 2006, p. 378). Acrescenta-se ainda a assertiva de Rezende ao tratar das estratégias psicossociais durante o período de “terror” (consolidadas com o AI-5):

Havia uma constante insistência na ideia de que a ditadura tinha como objetivo básico dignificar o homem. O seu hipotético ideário de democracia era formulado, também, a partir dessa noção. A educação seria, assim, a instância básica em que a ditadura iria construir esse novo homem supostamente dignificado. A *internalização dos valores de não-contestação e não-conflitos* pelas diversas instituições sociais (empresa, escola, família, dentre outras) objetivava conduzir todos os indivíduos ao congraçamento total com o regime (REZENDE, 2001, p. 93, grifo nosso).

Rezende também acrescenta a importância que os dirigentes militares atribuíam à noção de que estava em curso no Brasil uma “revolução”, um momento de reestruturação visando um país mais democrático. O que se constituía uma ambiguidade era o constante confronto deste discurso com as práticas particularistas dos governantes, a abolição dos espaços de esfera política e a violenta repressão às reflexões do sistema vigente. Acrescenta-se a essa estratégia de legitimação o discurso dos militares que associavam as suas ações e políticas à “vontade da população”. A esse respeito, diz a autora:

A busca de legitimidade pela ditadura mantinha o princípio de autoridade assentado em relações privadas, o que não o impedia de insistir que o movimento de 1964 estava estabelecendo uma relação de autoridade que se pautava na democracia com responsabilidade, a qual necessitava ser tutelada pelos militares que se autodefiniam como únicos portadores dos requisitos para exercer essa tutela. (...). Os ideólogos e condutores da ditadura insistiam de maneira geral, que a ‘revolução’ era legítima tendo em vista que ela expressava o que havia de mais profundo nos anseios da própria população brasileira. Em última instância, ela era mostrada como uma espécie de materialização dos desejos e valores sociais dos brasileiros (REZENDE, 2001, pp. 96-97).

Poder-se-ia imaginar que após o período de ditadura militar ocorreria uma súbita discussão acerca das muitas violências cometidas durante a gestão dos militares. Durante a formulação da Lei da Anistia de 1979 houve um intenso debate acerca da extensão da anistia aos “crimes conexos”, no qual estariam englobados: os crimes comuns como a tortura e a coordenação dos criadores do sistema de repressão (oficiais gerais). Entretanto, diante do embate na esfera política sobre o tema, houve uma coerção por parte dos militares para que a anistia fosse aprovada se estendendo aos “crimes conexos” (FICO, 2009). Tal extensão almejava um “esquecimento mútuo” por ambas as partes, o que de fato incluiria o “perdão” aos torturadores e a outros grupos repressores do regime (SOUZA, 2012). Uma derrota

para aqueles que não almejavam apenas uma mera “punição” dos violadores de direitos do regime militar, mas uma apuração pormenorizada do que de fato havia ocorrido, de como era organizado o sistema repressivo e das vítimas resultantes destes processos de perseguição, tortura e assassinato.

O ponto de toque entre a legitimação corrente do regime e do obscurecimento por muitos anos do que havia de fato ocorrido por meio das estruturas repressivas alterou em muito a forma como os cidadãos concebem o acontecimento e de que forma foi construída uma imagem distorcida do que ocorreu. Ainda hoje, há militares que negam o termo “ditadura militar” e reivindicam o caráter “revolucionário” e “democrático” do golpe. Outros atestam cegamente que não havia tortura ou grupos organizados que perseguiram e executavam opositores políticos. O deputado Jair Bolsonaro, uma das figuras a ser estudadas a seguir, não nega a existência da tortura, todavia, argumenta que ela era dirigida apenas aos “transgressores”. Não só isso como contesta a existência da “Comissão da Verdade” que busca apurar justamente este lapso histórico que ficou a respeito deste período de terror.

A proposta de analisar no presente trabalho estas dimensões do golpe de 1964 e da ditadura militar objetivou apontar a importância concedida à dimensão da legitimidade do regime em três momentos históricos distintos: o golpe, a educação e a anistia. Em como a violência se apresentou desde o começo enquanto um meio necessário para “proteger” a nação da “poluição comunista”. A associação dos militares como “protetores da pátria” está associada ao conceito de Holanda, referido anteriormente, da cordialidade, uma tentativa de estabelecer intimidade, proximidade (HOLANDA, 1995, p. 148). Mesmo que por trás dessa “tutela”, ocorram práticas de brutalidades físicas como a tortura e os assassinatos de opositores políticos. O sangue e o sofrimento são justificados a partir desta polarização entre um grupo da “ordem”, contra transgressores, agentes da violência da desordem. Mesmo com a progressiva queda da “linha dura” no regime militar e com o retorno da democracia não houve, por anos, um debate institucionalizado sobre as práticas de controle e de violência exercidas por torturadores e oficiais. Necessário também referenciar que a força que as figuras militares representavam na época: masculinas, intolerantes ao dissenso e à “desordem”, qualificação do oposto enquanto “subversivo” e discursos que demandavam por parte da população uma fidelidade completa ao regime – a

exemplo do imperativo ufanista “Brasil: ame-o ou deixe-o”. As estratégias psicossociais foram armas eficazes e letais para a perduração do regime.

2.1.3 Redemocratização, violência popular e volúpia punitiva

Findado o período militar e com o início das eleições diretas, poderíamos questionar quais foram as consequências de um período predominantemente de direcionamento descivilizatório nos anos posteriores ao seu fim. A mudança social não é feita apenas de rupturas bruscas e radicais, mudanças de comportamento podem demorar décadas ou séculos para se consolidarem em determinados grupos sociais, a exemplo da interpenetração do comportamento rural no Brasil colônia nos primeiros anos do republicanismo. A própria ditadura foi um período em muito pautado por traços da estrutura comportamental observada nos séculos do Brasil colonial e republicano: a dominação violenta, a disseminação do sentimento de “medo” da desordem (pelas forças comunistas, pelo crime, pela dissolução do núcleo familiar), o impedimento de movimentos contestatórios e a tentativa de estabelecer uma relação de pessoalidade entre os dominantes e os seus subordinados. É preciso questionar de que forma o período ditatorial também se interpenetrou nas estruturas políticas e na estrutura de comportamento que viria a ser reformulada de forma mais profunda na passagem para o regime democrático. Acerca desta transição serão apontados três fenômenos sociais ligados à fomentação de um comportamento autoritário, antidemocrático e violento: a gentrificação, a onda de violência policial e de linchamentos e a “volúpia punitiva”.

Após o fim do período ditatorial houve um aumento exponencial da criminalidade¹⁰, especialmente nos centros urbanos inflados pela alta corrente migratória provinda do norte e de políticas segregacionistas que “empurraram” boa parte da população dos centros para as periferias. A exemplo do Rio de Janeiro que junto à ampliação do empresariado e das classes médios houve o encarecimento do custo de vida nos centro urbano. O resultado é visível ainda hoje: a ocupação dos morros (PERALVA, 2000, pp. 43-55). A este intenso processo de afastamento das classes populares destes territórios que se modernizam com a construção de

¹⁰ Em 1980 a taxa de homicídios era de 11,68 para cada 100 mil habitantes, ao final de 1990 a taxa havia se elevado para 22,20 para cada 100 mil habitantes, um aumento de mais de 90% (PERALVA, 2000, p. 73).

condomínios ou de edifícios comerciais é utilizado o termo “gentrificação”¹¹. Este processo é fundamental para a compreensão da geografia das segregações urbanas. Com a expulsão das classes populares dos centros urbanos, por conta do custo de vida, progressivamente se constituem os “bolsões de pobreza”: locais com habitações por vezes irregulares que reúnem indivíduos com baixo nível de renda e de escolaridade. O distanciamento entre indivíduos das classes médias e altas com estes bolsões dificulta o estabelecimento de uma empatia social daqueles com os grupos sociais marginalizados. Por vezes, crianças das classes mais abastadas crescem nos chamados “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 1997), protegidas da visão e da percepção da pobreza, tomando contato com esta apenas por meio de ideologias propagadas pelo núcleo familiar, pelos conhecidos do condomínio e pela escola – que por vezes está situada dentro do próprio enclave. Ideologias que por vezes proclamam a culpabilização total dos indivíduos pela condição de pobreza ou de criminalidade na qual vivem, isentando o Estado e a sociedade de quaisquer responsabilidades sobre a miserabilidade social. A propagação dessas ideologias e a falta de contato pessoal com indivíduos destas regiões fomentam a naturalização das desigualdades sociais e a associação da pobreza com a criminalidade.

Dentro destes mesmos territórios nos quais se amontoam famílias provindas dos estratos menos favorecidos na sociedade, passam a atuar grupos de tráfico organizado. O tráfico consegue se estabelecer em muitas periferias brasileiras e passa a oferecer aos jovens da periferia um meio ligeiro de adquirir bens materiais e um empoderamento por meio de armas e do uso extensivo da violência. Entretanto, o tráfico de drogas apresenta uma série de problemas aos territórios pauperizados na sociedade brasileira. Além de ser um negócio de alta concentração de renda, propaga um “ethos guerreiro” pautado no individualismo, no consumismo, na construção de identidade e resolução de conflitos por meio da violência, na exploração dos mais jovens e na valorização da figura do “bandido armado” (ZALUAR, 1996, p. 98-111).

Com isso, se estabelecem poderes nas favelas e comunidades que passam a entrar em confronto com o monopólio institucional de violência do Estado, representado pelas forças policiais e militares. A presença do tráfico nestas regiões

¹¹ Para um exemplo de um estudo de “gentrificação” conferir: < <http://reporterbrasil.org.br/gentrificacao/sao-paulo-uma-cidade-gentrificada/>>. Acesso em 15 de Maio de 2014.

veio a fomentar ideologias que generalizam a ideia de que o indivíduo morador destas comunidades ou favelas é um possível criminoso. Da mesma maneira, como a Antropologia Criminal disseminava no início do século, o pobre passa a ser visto como um “traficante em potencial”, alguém a ser visto e tratado na defensiva. A região da favela enquanto localidade em constante conflitualidade violenta acaba por subscrever um antagonismo radical em relação ao centro urbano ocupado por classes médias e altas. Os moradores da cidade passam a constituir a favela enquanto inimiga resultando em uma falta de comoção com a violência indescritível registrada nas intervenções policiais (ZALUAR, 1996, p. 132). Como bem aponta Zaluar:

Além do mais, o tráfico de drogas, organizado internacionalmente mas localizado nas suas pontas nos bairros pobres e nos centros de boemia das cidades, além de criar centros de conflitos sangrentos nessas vizinhanças, além de corromper as instituições encarregadas de reprimi-lo, também criou na população da cidade um medo indeterminado, aumentou o preconceito contra os pobres em geral, tomados como os agentes da violência, e auxiliou a tendência a demonizar os usuários de drogas, a considera-los como fonte de todo o mal, de toda a violência (ZALUAR, 2004, p. 34)

Cristalizam-se assim as delimitações da “desordem” em relação às altas taxas de criminalidade e da “desordem urbana” nas figuras do “pobre”, do “favelado” e do “bandido”. Acerca desta última, Michel Misse dialoga sobre a construção desta categoria não só nos meios populares como nos meios policiais:

Trata-se de um sujeito que “carrega” o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável. No limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto (MISSE, 2010, p. 21).

Em meio a tantas mudanças na conjuntura social, política e geográfica, Angelina Peralva aponta a influência dos comportamentos autoritários do período ditatorial na contemporaneidade enquanto uma “continuidade autoritária”. A violência das forças da ordem do período da redemocratização traz consigo algumas das “ferramentas” utilizadas no período militar: a utilização da tortura como meio de conseguir informações, o extermínio de lideranças desordeiras e a relativa

autonomia em relação ao Estado e suas leis. Todos estes fatores concedem às forças policiais, aos grupos de linchadores e aos grupos de extermínio uma relativa “legitimidade” de atuação, especialmente frente às camadas médias e altas da sociedade. Quanto a este processo, Peralva relata:

Ao fim do regime autoritário, o tema da delinquência e da criminalidade – as quais até então existiam apenas em pequena escala – foi introduzido com grande alarde no debate público. Muita gente pensava que, para reduzir o número de crimes era necessário intensificar a repressão, inclusive talvez empregando diretamente as Forças Armadas em funções de polícia. Mas admitia-se também que uma violência com fins de autodefesa fosse diretamente exercida pela sociedade civil. O Estado aceitou, assim, transferir para essa mesma sociedade parte de uma violência sobre a qual até ali, mal ou bem, ele havia geralmente exercido um monopólio (PERALVA, 2000, p. 76).

Se durante o período militar, a repressão estava voltada para manifestantes políticos, associações grevistas, intelectuais opositores e criminosos, no período de redemocratização toda atenção se volta para a ascensão galopante da criminalidade nos centros urbanos, tornando os criminosos enquanto as principais mazelas a serem combatidas. As polícias civis e militares apresenta um papel fundamental na consecução de violências sumárias a grupos marginalizados da sociedade. Pautados por interesses particulares e por ideologias conservadoras, as forças policiais representam ainda hoje um dos principais baluartes de repressão a movimentos sociais, de abordagens abusivas, de corrupção política e de criminalização de negros e favelados (MUNIZ e PROENÇA JR, 2007). As escaladas da violência em São Paulo provocadas por grupos de extermínio compostos por policiais no período de redemocratização foram pomenorizadas pelo clássico trabalho jornalístico de Caco Barcellos e Narciso Kalili “Rota 66” (1992). Acrescento ainda dois eventos que foram repercutidos internacionalmente e que tiveram na polícia seus principais protagonistas: o primeiro foi o Massacre do Carandiru, ocorrido no dia 02 de Outubro de 1992, no qual a Polícia Militar do Estado de São Paulo foi responsável pela morte de 111 detentos¹² ao conter uma rebelião na

¹² Este foi o número oficial divulgado e alvo de inúmeras contestações. Uma delas pode ser encontrada no julgamento mais recente acerca do Massacre do Carandiru no qual uma testemunha afirma que houve o dobro do número de mortos. A notícia se encontra no site “O Globo”: <<http://oglobo.globo.com/pais/testemunha-diz-que-numero-de-mortos-no-massacre-do-carandiru-o-dobro-do-divulgado-8114805>>. Acesso em 15 de Maio de 2014.

penitenciária. Os policiais foram acusados de terem executado vários detentos que já haviam se rendido no momento da rebelião. Outro evento que refletiu uma exacerbação dessa violência da ordem foi a Chacina da Candelária na qual cerca de 70 crianças e adolescentes que dormiam na rua foram alvejados por tiros disparados por policiais militares encapuzados.

A consecução da violência não está restrita às forças de ordem institucionalizadas. A população passa a executar o policiamento na sociedade civil por meio de linchamentos e da legitimação dos justiceiros. A Justiça é desacreditada, sua morosidade e baixo contato com a população e o favorecimento aos estratos mais altos da sociedade, faz com que grupos populares reivindiquem sua própria forma de lidar com a “desordem”. Em entrevistas em bairros e cidades nos quais haviam ocorrido linchamentos, Jacqueline Sinhoretto constata continuamente que em seus entrevistados “está presente a ideia de que procurar a polícia é perder tempo, pois as investigações são morosas e podem não resultar em punição dos agressores. É com isso que se justifica a ação privada da vingança” (SINHORETTO, 2002, p. 181). Apesar destes relatarem o desejo ideal de que a polícia prendesse os criminosos e que a justiça os condenasse, diante da ineficácia institucional passam a executar a justiça e o policiamento por conta própria de forma a impedir a recorrência de novos ataques. O crime coletivo aparece para autora como uma minimização dos riscos de retaliação e um manifesto frente à ineficácia institucional. Ou seja, o sentimento de insegurança física passa a ser associado com uma “desordem” sentida no âmbito institucional resultando na legitimação ou na consecução de atividades heterodoxas de policiamento nas quais se incluem toda sorte de violações e violências (MUNIZ e PAES-MACHADO, 2010, p. 440).

Contudo, os linchamentos não podem ser compreendidos apenas enquanto resultantes de processos maiores de ineficácia estatal ou de aumento da criminalidade. Discursos que promovam este sentimento de que vivemos em um estado de completa “desordem” e “anormalidade”, e que apontam os “culpados” desta situação são elementos catalisadores de práticas deste tipo. Mesmo discursos provindos de grupos defensores dos direitos humanos por vezes estão impregnados da concepção de que a punição é o meio mais eficaz de resolver as desordens sociais (SINGER, 2003, p. 230). Por vezes, se alteram os “alvos”, mas ainda assim se mantém a violência enquanto meio legítimo de harmonizar os conflitos sociais. A este fenômeno social, Singer chama de “volúpia punitiva” (SINGER, 1998). Em

outras palavras, o anseio de punir, tanto por grupos considerados “conservadores”, quanto grupos “progressistas”. A problemática para a autora é que a proposição de apenas “punir” traz consequências nefastas por conta de tomar o encarceramento, a dor física ou a pena de morte enquanto únicas possibilidades de afirmação de uma estrutura democrática no país. Não se visa transformações profundas nos meios de socialização, nos padrões de integração social. Os resultados da propagação dessa ligação entre “punição” e “ordem” são visíveis na contemporaneidade: a perduração de uma estrutura de comportamento violenta, ondas de linchamentos e a ineficácia do sistema penitenciário.

Vivemos em uma conjuntura em muito distinta do Brasil colônia, da ditadura militar e do período de redemocratização. Apresentamos hoje um cenário ainda problemático quanto ao trabalho escravo e quanto à violência policial e urbana. Todavia, não passamos apenas por processos descivilizatório. Na atual conjuntura muitos dos gradientes de poder antes virtualmente intransponíveis hoje se encontram em processo de franca mudança. A partir da redemocratização há também um avanço dos movimentos sociais na esfera pública. Após um longo período de repressão das vozes provindas de grupos subalternizados, movimentos como o Movimento de Defesa do Favelado (MDF) passam a adquirir projeção e a influenciar no direcionamento da política governamental (FELTRAN, 2007), assim como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). As discussões acerca da homossexualidade também passaram a ter maior projeção nos últimos anos, corrigindo opressões seculares como a ilegitimidade das uniões homossexuais ou a impossibilidade de terem filhos por vias legais. Houve iguais avanços acerca da distribuição de renda e o número de alfabetizados por meio de programas governamentais de redistribuição de renda.

Entretanto, toda mudança social que altera o equilíbrio de forças têm reações, especialmente por parte daqueles que tem seu poder de domínio contestado. A estes discursos de contestação se somam as próprias mazelas sociais ainda presentes com força na sociedade brasileira como a corrupção e a criminalidade. Ainda vivemos uma situação preocupante quanto à segurança dos indivíduos frente a grupos de tráfico organizados e à ineficiência do sistema jurídico. Ideologias conservadoras e antidemocráticas que visam cristalizar as desigualdades sociais e criminalizar a pobreza ainda são vigentes. A “violência da desordem” passa a ser relacionada aos criminosos, à pobreza e, por vezes, à corrupção. Não há um

questionamento amplo a níveis da grande mídia das violências cometidas pela própria organização do sistema político, pela flexibilização das leis trabalhistas, pela gentrificação, pela desigualdade de renda ou pelos preconceitos raciais encobertos pelo manto de uma nefasta cordialidade. O que existe em muitos grupos sociais é uma separação ainda rudimentar e radicalizada entre forças do bem e forças do mal, tomando a punição violenta, seja pelo encarceramento ou pela execução física, como meio fundamental de ordenamento social e de combate às “desordens”.

Na pesquisa empírica, a rede social Facebook terá parte de seu funcionamento pormenorizado, demonstrando de que forma as interações ocorridas nesta rede estão ligadas a tipos de sociabilidade e construções identitárias próprias da modernidade. Momento que será prosseguido da análise das postagens e dos muitos discursos encontrados. Estes estão intrinsecamente ligados aos debates realizados até o momento: a defesa dos valores tradicionais frente às mudanças sociais, a legitimação das reações violentas frente à criminalidade, a volúpia punitiva, o estado de “desordem” brasileiro e a ascensão de figuras conservadoras como modelos de administração pública.

2.2 UMA IMERSÃO EM DISCURSOS DE SANGUE

O advento da modernidade e da globalização deu novos contornos às expressões da mentalidade autoritária. Com a progressiva ascensão das redes sociais fica cada vez mais ágil encontrar grupos de interesses entre pessoas que vivem em regiões e estilos de vida muito distintos. Com poucos cliques em um ambiente virtual, fronteiras geográficas e, por vezes, culturais são parcialmente suspensas em prol da interação dos usuários em torno de um mesmo interesse – um debate político, um novo álbum de música ou um evento esportivo. O maior acesso à Internet propiciou um aumento em larga escala de indivíduos que utilizam as redes sociais¹³. Diante desta conjuntura, o processo de construção identitária se modificou para muitos grupos sociais. Já não estamos mais em sociedades “face-a-face” nas quais as relações entre os indivíduos ocorrem em espaços facilmente delimitados. A modernidade possibilita a alguns jovens brasileiros o contato virtual com a culinária

¹³ Os números são reveladores a respeito deste fato: a cada 5 pessoas no mundo, 1 está inserida em alguma rede social. De 2012 para 2013, houve um aumento de 14,2% do número de usuários que utilizam alguma rede social. Fonte em: <<http://idgnow.com.br/internet/2013/11/25/uma-em-cada-cinco-pessoas-no-mundo-usa-redes-sociais-diz-pesquisa/>>. Acesso em 08 de Abril de 2014.

francesa e os principais acontecimentos do continente africano em um curto espaço de tempo. O espaço digital propicia enquetes que por vezes recebem opiniões de chineses, eslovacos e brasileiros. É um espaço que permite ao usuário ter uma vivência mais fluída entre conteúdos e construções identitárias. A teoria acerca da modernidade de Stuart Hall (2006) em muito auxilia a pensar nos fatores que estariam relacionados a estas novas construções: diluição das fronteiras, novas discussões no campo da linguística e comunicação mais ágil.

Não apenas as redes virtuais propiciam esta vivência diferenciada. A vida urbana apresentou grandes mudanças em relação ao início do século. O individualismo ganha força concedendo novos contornos à mobilidade social, especialmente no que tange à transição entre diferentes grupos (VELHO, 2000, pp. 17-19). Um indivíduo que participa de uma página de interesse no Facebook sobre violência pode ter uma posição em muito distinta em relação ao futebol ou à musicalidade. Todavia, podem refletir em determinados espaços como as redes sociais sobre suas opiniões concordantes acerca da situação política e da necessidade de maior repressão e, inclusive, de maior violência contra os “transgressores”. Assim, participamos de diferentes esferas de sociabilidade, transitamos entre grupos de interesses diversos.

A proposta da presente pesquisa empírica é analisar o conteúdo de páginas do Facebook que expressam um conjunto de ideologias e comportamentos favoráveis à utilização da violência enquanto meio de estabelecer a “ordem” social. Além disso, busca compreender as continuidades e discontinuidades existentes nos traços das manifestações analisadas anteriormente na história do Brasil – o autoritarismo, o comportamento antidemocrático, a exaltação de um tipo de específico de “violência da ordem” e de valores guerreiros – com relação ao conteúdo dessas páginas do Facebook, sem deixar de lado suas devidas alterações contextuais.

2.2.1 Pré-campo

Antes de iniciar o relato do pré-campo, caberá caracterizar as formas de interação e de compartilhamento disponíveis na rede social Facebook. O primeiro

momento ao se criar uma conta é a construção de um *avatar*¹⁴ com foto, estado civil, local de residência, formação profissional, entre outras informações pessoais. Para muitas destas informações, a rede social concede a liberdade ao usuário de publicizá-las ou omiti-las para outros usuários (como amigos ou desconhecidos). Todavia, não permite a criação de um *avatar* “fantasioso”. Em outras palavras, o nome a ser utilizado, as fotos, devem ser relacionadas a uma pessoa “real”, condizente ao seu “eu” no mundo físico. Assim, a possibilidade de um “anonimato” quanto às mensagens ou ao conteúdo publicado é dificultada pelo sistema de filtragem da rede social de “perfis suspeitos” que podem não corresponder a pessoas “reais”. A rede também concede ferramentas aos usuários para denunciarem páginas ou indivíduos que estejam infringindo suas regras, como esta relacionada à identidade e outras relacionadas à publicação de conteúdos pornográficos ou violentos¹⁵. Apesar da proibição, há certa dubiedade acerca do “controle dos *avatars*” no Facebook. Não foram encontrados estudos que comprovem se este controle é efetivo ou não.

A razão de relatar este funcionamento é que antes do advento e da popularização do Facebook havia a preponderância de *blogs* ao se tratar de espaços de interação e publicação de conteúdos. Sites administrados por uma ou mais pessoas que compartilhavam conteúdos, notícias, filmes, relatos pessoais, entre outros materiais. Um dos grandes atrativos dos *blogs* era a sua gratuidade frente aos outros espaços pagos da Internet. A temática dos *blogs* era variada - poderia ser desde uma página centrada na vida e nos relatos de uma adolescente, quanto um espaço de crítica de filmes e álbuns de música. A maioria dos *blogs* possuía uma área de comentários. Comumente, era possível comentar um determinado tema de forma anônima. Dessa forma, os *blogs* apresentavam debates por vezes intensos de temas políticos, sociais e culturais. O possível anonimato de quem comentava era um catalisador para indivíduos que espalhavam ofensas, calúnias ou difamações nos espaços de comentários, por conta da dificuldade em

¹⁴ O *avatar* é a “persona virtual” construída em cada rede social na qual o usuário participa. Por meio da criação de perfis falsos é possível que um mesmo usuário tenha mais de um *avatar* em uma mesma rede social.

¹⁵ As regras referenciadas se referem à: 3.7. (“Você não publicará conteúdo que: contenha discurso de ódio, seja ameaçador ou pornográfico; incite violência; ou contenha nudez ou violência gráfica ou desnecessária”) e 4.1. (“Você não irá fornecer qualquer informação pessoal falsa no Facebook, nem criar uma conta para ninguém além de si mesmo sem permissão”). Os termos de uso do Facebook podem ser encontrados em: <<https://www.facebook.com/legal/terms>>, Acesso em 07 de Abril de 2014.

identificar quem havia comentado. No Facebook existem regras e mecanismos para controlar a “veracidade” de um perfil que podem vir a ser ferramentas de denúncias por outros usuários. Processo dificultado nos *blogs* que, por vezes, apenas se limitava a solicitar o e-mail de quem comentava algum assunto ou postagem.

Figura 1 – *Timeline* de um usuário ou de uma página de interesse

Marque os marcos
Um novo tipo de atualização pode ser feita: life events. São fatos marcantes separados em diversas categorias que podem ser registrados na Timeline. No menu de publicação há opções desde “se casou” e “arrumou um emprego” até “aprendeu a tocar um instrumento” e “mudou de hábitos alimentares”

Cronologia
A Timeline ou Linha do Tempo, como bem diz o nome, organiza todas as informações e atualizações de um perfil em uma linha temporal navegável por mês e ano

Reorganize o passado
É possível alterar a data de todas as publicações (inclusive de antigas) para que os eventos descritos fiquem no lugar certo dentro da Timeline. Dentro do post, vá em “Alterar data”. Com isso, dá para publicar fatos antigos, da infância por exemplo, para completar a Linha do Tempo

Quem vê o quê
Fique atento ao grau de privacidade de cada publicação. É só olhar os símbolos: globo (público para toda a internet), pessoas (visível para amigos), engrenagem (visível apenas para um grupo personalizado de amigos)

Versão reduz
Nem sempre todas as atualizações de um mês ou ano ficam visíveis na Timeline, ficam apenas marcadas na linha central. Para ver todas, clique nas caixinhas azuis

Direto ao ponto
As caixinhas que são atalhos para diferentes tipos de aplicativo e informação. Pouse o mouse sobre cada uma delas para editar o conteúdo exibido. No símbolo “+” é possível adicionar novos atalhos e alterar a ordem dos já existentes

Destaque ou desapareça
Clique na estrelinha para destacar fatos muito importantes, que serão mostrados em duas colunas. O ícone do lápis abre um menu com opções como “deletar o post” e “esconder da Timeline”

Todos seus passos
A nova função de mapa organiza todas as informações geolocalizadas já publicadas pelo usuário. Viagens, fotos, check-ins, tudo está lá

Preenchimento da linha
Passando o mouse pela linha central, é possível publicar um post em qualquer data passada

Leia, ouça, assista
Aplicativos podem emitir alertas sobre o conteúdo que o usuário está consumindo naquele momento e os amigos podem, por exemplo, ouvir uma música juntos. Para isso é necessário permitir o acesso dos apps ao seu perfil. Entre os parceiros disponíveis estão: Washington Post, The Wall Street Journal, The Guardian, IMDb e Netflix, além de Hulu e Spotify, não disponíveis no Brasil

Fonte: Blog Link/Estadão – “Facebook Libera a Timeline para Todos”¹⁶

Há semelhanças do funcionamento do Facebook em relação aos *blogs*: cada indivíduo possui um espaço próprio onde publica conteúdos (sites, fotos, músicas, filmes, artigos) ou mensagens. Este espaço é chamado de *timeline* ou linha do tempo. A cada conteúdo postado neste espaço, o anterior fica mais distante do topo

¹⁶ Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/link/facebook-libera-a-timeline-para-todos/>>. Acesso em 16 de Maio de 2014.

da página. Sendo assim, quando uma pessoa acessa a linha do tempo de outra, as primeiras mensagens e conteúdos que aquela visualizará serão as mais recentes. Os conteúdos dos dias, meses e anos anteriores são visíveis apenas quando o usuário desloca a linha do tempo para baixo. Portanto, o Facebook propicia uma construção de imagem centrada no imediato, valorizando as publicações mais recentes. As páginas de interesse e os grupos de discussão funcionam da mesma forma, os primeiros conteúdos visualizados são aqueles que foram postados ou discutidos mais recentemente, com a exceção de conteúdos que os administradores destes espaços selecionem para que se mantenham sempre no topo (“fixar publicação”). Na Figura 1 é possível observar uma montagem realizada pelo blog “Link” que explica um pouco do funcionamento das *timelines*.

Outra parte fundamental desta rede social é o *feed* de notícias. Neste espaço são expostos os conteúdos e mensagens publicados pelos amigos do usuário ou de páginas que seleciona acompanhar. Sendo assim, é um espaço em constante atualização, especialmente quando o usuário acompanha as publicações de um grande número de indivíduos e páginas. O usuário é informado a cada foto postada, vídeo compartilhado, mensagens públicas entre usuários, localização de um amigo em determinado ambiente, entre outras ações possíveis na rede social. O espaço do *feed* funciona através da mesma “linearidade” que as linhas do tempo. Os conteúdos superiores são as publicações e ações mais recentes, conforme a página é deslocada para baixo, as ações e publicações mais antigas vão aparecendo. Conforme as publicações vão sendo compartilhadas, curtidas e comentadas, sua aparição nos *feeds* dos usuários passa a ser maior e mais frequente. A forma como as postagens aparecem no *feed* de notícias é demonstrado na Figura 2.

Apesar da rede social também contar com um bate-papo integrado (cuja visualização é privada aos usuários da conversa) e grupos de discussões, um grande foco para muitos usuários acaba sendo a “construção” de sua linha do tempo, selecionando fotos, mensagens, conteúdos, filmes e músicas a serem publicados. O tipo de conteúdo que permeia a sua linha poderá mostrar um pouco da “personalidade” de sua página (politizada, festiva, cultural, moralista, acadêmica, plural). A visualização das linhas de tempo de outros usuários e de páginas de interesses diversos também está presente. Há páginas de interesses sobre variados temas, assim como havia nos *blogs*: páginas que falam da vida de certos atores de cinema, páginas oficiais de bandas, atores ou orquestras, páginas administradas por

partidos políticos, entre outras. Caso for de seu interesse, o usuário poderá “curtir” a página em questão, recebendo assim informações sobre as ações que esta executar. Caberá a ele também decidir se participará ativamente das páginas de interesse escolhidas, comentando as publicações, discutindo com outros usuários, compartilhando as postagens em sua própria linha do tempo. Ou se participará de forma mais passiva, se limitando a apenas observar as publicações e “curtir” quando lhe convier.

Figura 2 – Exemplo de postagem no *feed* de notícias



Fonte: Camila Porto – Como otimizar sua fanpage para buscas¹⁷

Analisada as formas de visualização de conteúdo e de interação mais utilizadas no Facebook, cabe então relatar o ponto propulsor para pensar a presente pesquisa. A surpresa do pesquisador ocorreu ao visualizar em seu *feed* um colega comentar uma foto publicada em uma página de fãs do B.O.P.E. Na foto seis policiais aparecem junto aos cadáveres ensanguentados de jovens recém-executados. Junto à foto, a seguinte mensagem: “A resposta à morte do SD Alda e do SD Rocha, no último final de semana, está sendo dada”. Para cada mensagem ou conteúdo publicado é concedida a oportunidade dos usuários aprovarem (bastando clicar no ícone “curtir”), compartilharem em sua linha do tempo o mesmo conteúdo (aumentando assim o alcance da mensagem) ou comentar. A surpresa foi ter visualizado que, em menos de 24 horas, mais de 3.700 pessoas haviam “curtido”

¹⁷ Disponível em: < <http://camilaporto.com.br/2011/12/07/como-otimizar-sua-fanpage-para-buscas/>>. Acesso em 16 de Maio de 2014.

a mensagem e mais de 2.000 teriam compartilhado em sua linha do tempo esta publicação – a Figura 3 apresenta a postagem em questão. O alto índice de aprovação do conteúdo também foi visível nos comentários, apesar de terem ocorrido comentários desaprovando a ação. A partir do incômodo gerado pela imagem e pelas mensagens favoráveis a tal brutalidade, foi iniciada a coleta no mesmo dia outras postagens com conteúdo violento (seja por meio do discurso, seja por meio de fotos) disseminadas por páginas diversas associadas à página “B.O.P.E”.

Figura 3 - Postagem da página “B.O.P.E” no pré-campo



B.O.P.E
A resposta à morte da SD Alda e do SD Rocha, ambos mortos no último final de semana, está sendo dada!

NÃO DENUNCIEM A FOTO , NÃO GOSTOU OCULTA!

#CAVEIRA #Nascimento — com Ítalo Rodrigues Pimentel, Carlos Tsunami, Antônia U. Veras, Antonia Veras, Antonia Veras, Douglas Santos, Jesus Iglesias Basilio, Ricardo Furriel, 5, 3, 2, 6, 1 e 4.

Curtir · Comentar · Compartilhar · Ontem

3.773 pessoas curtiram isso. Principais comentários ▾

2.229 compartilhamentos

Álbum: Fotos da Linha do tempo
Compartilhado com: Público

Abrir visualizador de fotos
Fazer download
Incorporar publicação
Denunciar

Fonte: *print screen* da postagem

Para a coleta destas publicações foi utilizada a versão gratuita do *software FireShot*¹⁸ baixado através da *Google Web Store*, associando o programa ao navegador gratuito *Google Chrome*¹⁹. Por meio deste *software* é possível salvar uma

¹⁸ Para maiores informações sobre o *software* e *links* para o *download* do mesmo acessar: <<http://getfireshot.com/>>. Acesso em 22 de Março de 2014.

¹⁹ Para maiores informações sobre o navegador e acesso à *Google Web Store* acessar: <<http://www.google.com/intl/pt-BR/chrome/>>. Acesso em 22 de Março de 2014.

página inteira de uma página da rede²⁰ ou parte da mesma e salvar o arquivo em algum formato de imagem (como .jpeg) ou de documento (como .pdf).

Progressivamente foram sendo encontradas páginas que justificavam a ação violenta de populares ou das forças policiais contra os chamados “vagabundos”, “ladrões”, “bandidos” e “corruptos”. As ações violentas apareciam enquanto forma adequada de punição para aqueles que “escolheram” o caminho do desvio. Não só o discurso punitivo estava lá como a construção por meio de várias postagens de que hoje vivemos em tempos de “desordem”. Em muito a “desordem” estava associada não só aos grupos alvos das violências (“ladrões”, “bandidos”, “vagabundos”) como a outros grupos sociais como: funkeiros, favelados, beneficiários de programas sociais e a classe política como um todo, especialmente nas figuras dos petistas Lula e Dilma. Outro ponto que chamou a atenção foi a aparição de figuras que se contrapunham àquelas motivadoras da desordem como o deputado Jair Bolsonaro e o general Augusto Heleno. A estes eram reservados os elogios e as saudações dos usuários e administradores de páginas que os viam enquanto “governantes ideais” e agentes de retomada da ordem.

A indagação provocada pelo pré-campo de refletir quais ideologias são disseminadas em rede por estas páginas e a sua repercussão entre os usuários foi um ponto fundamental para a consecução da presente pesquisa. Por mais que o pré-campo tenha propiciado uma visualização geral do estímulo à violência contra “bandidos” e a ascensão de figuras conservadoras nestas páginas, não havia um aprofundamento sobre a articulação destas ideias reproduzidas diariamente nos *feeds* daqueles que optaram por receber estas postagens. O objetivo da pesquisa empírica foi o de compreender de que forma se articulavam as postagens diárias publicadas pelas páginas de interesse, como justificavam os posicionamentos vistos até então e de que forma ocorriam as interações entre as páginas e os usuários.

Dentre as possibilidades metodológicas para uma pesquisa virtual, foi selecionada a pesquisa etnográfica com observação de campo, no caso, o Facebook, sem a participação ou interação com os sujeitos da pesquisa, com o objetivo de refletir como ocorrem diariamente as interações entre administradores e usuários nestas páginas. Quais os conteúdos publicados, as conexões entre os

²⁰ Houve dificuldade para salvar algumas páginas da rede como a própria página oficial da Faca na Caveira. Sendo assim, cabe relatar que o programa tem algumas restrições dependendo da forma como a página foi construída.

mesmos, a aceitação ou refutação destes perante os usuários. E também como estas páginas estariam respondendo ou não aos acontecimentos diários fora da esfera da virtual. De que forma as administrações destas páginas entendem as mudanças sociais ocorridas na sociedade brasileira.

Para obtenção destes dados foi realizada uma coleta de todas as postagens e suas devidas repercussões em um determinado espaço de tempo – até o ponto de “saturação”²¹ – nas páginas mais populares que propagam estes conteúdos. Após a coleta e leitura das páginas, um caderno de campo foi redigido com as principais impressões. Assim, através do sistema de busca do Facebook, foram pesquisadas as páginas que: a) teriam um alto número de pessoas que as acompanham (superior a 50.000), b) publicam conteúdos em sua linha do tempo diariamente, c) parte deste conteúdo apresenta defesa à ação ostensiva violenta das forças policiais ou de grupos populares como os justiceiros e os linchadores. A partir destes critérios, quatro páginas foram selecionadas (o número em parênteses se refere ao número aproximado de pessoas que acompanham as páginas): a) *Faca na Caveira*²² (550.000), b) “Eu nasci para ser Polícia”²³ (520.000), c) *Rondas ostensivas tobias de aguiar “Rota”*²⁴ (270.000), d) *B.O.P.E.* (73.400).

2.2.2 Metodologia

O campo foi formalizado da seguinte forma: a cada dia da imersão durante a parte da manhã, todas as postagens do dia anterior seriam gravadas em arquivos .pdf por meio do programa *FireShot*. O Facebook apresenta a data e horário de cada postagem e de seus comentários, sendo assim, não houve dificuldades para delimitar quais seriam as postagens a ser gravadas. A este processo se justifica a necessidade de abarcar todas as postagens em um espaço de tempo próximo, de

²¹ “Quando já é possível identificar padrões simbólicos, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão, e as recorrências atingem o que se convencionou chamar de “ponto de saturação”, dá-se por finalizado o trabalho de campo, sabendo que se pode (e deve) voltar para esclarecimentos (DUARTE, 2002, p. 144).

²² Disponível em: <<https://www.facebook.com/FACANACAVEIRAPORRAA>>. Acesso em 27 de Março de 2014.

²³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/Eunascipraserpolicia?fref=ts>>. Acesso em 27 de Março de 2014.

²⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/OficialRota?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em 27 de Março de 2014.

forma que a comparação entre as repercussões das postagens (curtidas, compartilhamentos e comentários) fosse mais adequada.

Nos primeiros dias a coleta foi realizada de forma “desigual” entre as páginas selecionadas. Uma rápida visualização das páginas era realizada para que se pudesse demarcar quais receberiam uma “coleta completa” e quais teriam uma “coleta superficial”. Na “coleta completa” todas as postagens eram salvas individualmente em arquivos .pdf, escrevendo no nome do arquivo a que assunto se referia (por exemplo: “charge, sátira do governo Dilma”). Quando tinha certa repercussão, parte de seus comentários também eram gravados. Na “coleta superficial” todas as postagens eram salvas em apenas um arquivo. Desta forma, o tempo de coleta era menor, mas a possibilidade de realizar uma análise mais profunda dos debates suscitados de cada postagem era limitada. Após cada coleta, um relatório era redigido acerca das impressões quanto às postagens, demarcando quais haviam chamado mais a atenção. Este relatório passou a tomar contornos similares ao “caderno de campo”, na medida em que este acabou se tornar um diálogo entre o pesquisador e os argumentos correntemente encontrados nas páginas pesquisadas. Logo foi percebido que os relatórios das páginas que recebiam “coletas superficiais” eram igualmente “superficiais”, de forma que as reflexões não eram tão profícuas quanto àquelas das páginas que recebiam “coletas completas”. A partir de então, todas as páginas passaram a ter suas postagens do dia anterior coletadas.

Em determinado momento, foi constatada a necessidade de se pensar que os nomes dos arquivos poderiam conter “palavras-chave”. Determinados assuntos já vistos com frequência nas páginas foram anotados em uma lista de “palavras-chaves” para que fossem escritos sempre que surgissem em alguma postagem. Por exemplo: “linchamentos”, “discussão nos comentários”, “críticas aos direitos humanos”, “ataques à mídia”. Além disso, no título de toda postagem foi referenciado o nível de repercussão obtido, através de três termos com suas devidas proporções: “alta repercussão”, “altíssima repercussão”, “ALTÍSSIMA REPERCUSSÃO”²⁵. As

²⁵ Para avaliar qual dos três termos equivaleria a postagem, havia diferentes pesos quanto a que página a postagem estava veiculada e quanto à ação dos usuários em relação à mesma (curtir/comentar/compartilhar). Os pesos de comentar e compartilhar são maiores, já que implicam em uma exposição maior do usuário em relação à postagem. A questão do “número” em si ocorreu após alguns dias de pesquisa no qual se constatou que o número de curtidas de uma postagem atingia um pico de aproximadamente 2.000 curtidas ou compartilhamentos, ocasionalmente postagens recebiam números maiores. Sendo assim, as postagens que tiveram no título escrito “alta/altíssima/ALTÍSSIMA

letras em caixas altas foram postas para uma melhor visualização no momento de escrita do relatório. Com o mesmo objetivo, um termo corrente nos nomes de arquivos foi: “IMPORTANTE”, ou seja, a postagem deveria ter preferência para ser referenciada no relatório do dia. Este termo foi especialmente utilizado para as postagens que tiveram reflexões e debates entre usuários no campo de comentários ou postagens nas quais os administradores refletiam sobre a realidade social por meio de um texto ou depoimento, mesmo que estas não tivessem obtido um número substancial de curtidas e compartilhamentos.

Por meio dos referidos relatórios foram observadas os temas mais recorrentes, as postagens com maior repercussão e índice de aprovação em relação às demais, aquelas que apresentaram em seus comentários debates entre usuários e as que reproduziam um conteúdo de violência altamente explícita. O relatório tinha como função a articulação diária entre estes fatores, a conexão de fragmentos aparentemente dispersos, mas que apresentam um corpo de ideais com certa homogeneidade, um “ethos” predominante. O objetivo da execução de relatórios, além do esforço de conectar as postagens, foi a de observar em que momento ocorreria uma “saturação” da pesquisa. Em suma, o momento no qual as características gerais das postagens seriam deveras recorrentes para se continuar a pesquisa.

2.2.3 Eixos de análises das postagens

O ponto de “saturação” da pesquisa ocorreu a partir do momento que o conteúdo geral das postagens e dos comentários foram se tornando mais claros, delimitados e recorrentes. Nos primeiros relatórios já era clara a distinção entre as páginas. A página “Faca na Caveira” apresentava um conteúdo de violência mais explícito, com imagens e vídeos de “suspeitos” sendo mortos ou espancados por populares ou policiais, vídeos de decapitações sem uma maior explicação do contexto, frases mais agressivas ao lidar com “vagabundos”, “ladrões” e “bandidos”. Houve desde o começo também a percepção de ser a página que mais enfocava a

repercussão” estão relacionadas à proporção de curtidas/compartilhamentos que a página recebe diariamente e não com a proporção em relação às postagens da rede social como um todo. Não houve um apuro metodológico quantitativo maior acerca das demarcações, mas sim a percepção do próprio pesquisador no momento de seu campo. A empiria se pautou mais no “ponto de saturação” do que em modelos matemáticos explicativos da interação entre usuários e páginas.

situação de “desordem” vivida pelos brasileiros. Também foi a página com maior frequência de postagens diárias.

Por outro lado, a página “Eu nasci para ser Polícia” apresentava um conteúdo mais moderado, com muitas fotos de batalhões policiais no Brasil. Grupos operacionais, operações policiais, frases de valorização do trabalho policial, frases motivacionais, foram também recorrentes desde o começo. Publicava também conteúdos mais agressivos contra os “bandidos” e algumas reflexões sobre o “ser policial”.

A página oficial da “Rota” tinha um conteúdo intermediário entre ambas postando muitas fotos de soldados e operações, todavia, entrecortadas por comentários mais agressivos contra os “bandidos”, fazendo menções recorrentes à luta diária destes contra os policiais.

A página “Bope”, por sua vez, se apresentava desde o início como a menos repercutida e com uma menor frequência de postagens. O seu conteúdo em muito se situava próximo ao da “Rota”.

Em determinado momento das coletas – próximo ao 12º, 13º dia – foi possível delimitar os tipos de conteúdos que as quatro páginas publicavam. Todavia, o campo foi estendido até o 15º dia por conta do evento “Marcha pela Família”, programado para ocorrer nos dias finais da coleta. Assim, a coleta foi realizada até um dia depois do evento para uma visualização do posicionamento das páginas frente à “Marcha pela Família”.

Para uma análise mais eficaz do conteúdo coletado, as análises se dividem em três eixos, sendo que cada um destes foi desmembrado em outros termos visando abarcar as suas especificidades. O primeiro eixo se denomina “blocos ideológicos”. O que se objetiva neste eixo é o estudo e reflexão do conteúdo publicado pelas páginas, quais imagens e ideias mais recorrentes em suas publicações diárias. O segundo eixo são os “eventos”. Apesar de ser similar ao primeiro eixo, optou-se por selecionar alguns eventos ocorridos durante o campo e a coleta, analisando de que forma as páginas se posicionaram ou relataram estes fatos. Estes eventos estão ligados diretamente às ideologias e instituições defendidas pelas páginas: o caso da jornalista Rachel Sheherazade e o menino do poste, a mulher arrastada por policiais militares no Rio de Janeiro e a “Marcha pela Família”. O terceiro eixo está relacionado às interações entre usuários e entre usuários e administradores. Evidente que os primeiros eixos tratam mais dos

conteúdos, por vezes sendo referenciadas as repercussões de alguns temas. Todavia, neste último eixo há uma centralidade analítica a respeito da forma como os indivíduos manifestam aceitação às postagens ou discordâncias, como as críticas às postagens são recebidas e como os administradores por vezes publicam textos próprios refletindo sobre as interações na página.

Os eixos foram sistematizados em tópicos para uma melhor visualização e para a consequente seleção das postagens que estariam mais condizentes com os eixos escolhidos. Assim, houve uma revisão das postagens coletadas, selecionando aquelas que teriam suscitado debates ou reflexões ligadas aos eixos demarcados com alguma repercussão. Os eixos de análise com seus respectivos desmembramentos estão disponíveis no Apêndice A do presente trabalho.

Antes de prosseguir na explanação dos conteúdos encontrados nas postagens das páginas pesquisadas, caberá utilizar um método para simplificar as referências às postagens. Toda a coleta realizada está disponibilizada em CD-ROM, sendo assim, aquele que tiver contato com o trabalho poderá conferir as postagens que aqui estão sendo referenciadas, dando margem também para possíveis reinterpretações dos conteúdos pesquisados. As referências às postagens serão realizadas da seguinte forma: o primeiro número se refere ao dia no qual foi coleta a postagem, o segundo termo é uma abreviatura para as páginas pesquisadas²⁶ e os últimos algarismos é o número da postagem em questão. A título de exemplo: a postagem 04-03/RT/4 se refere a uma postagem coletada no dia 04-03, na página Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar – Rota, postagem de número 4. Assim, a procura deste material referenciado no banco de dados da presente pesquisa para cada um dos eixos comentados ficará mais ágil.

2.2.3.1 Eixo 1: blocos ideológicos

Como referido anteriormente, estas análises se voltam para os principais temas divulgados pelas quatro páginas. Por meio da revisão dos diários de coleta e de retornos consecutivos às postagens foi possível delimitar três blocos de assuntos que são postados em fotos, montagens, frases de impacto, textos extensos, relatos de policiais, entre outros.

²⁶ As abreviações são: BP – “B.O.P.E”; RT – “Rota”; EP – “Eu nasci para ser Polícia”; e FC – “Faca na Caveira.

O primeiro bloco foi denominado: “em defesa da instituição policial e militar”. Acerca deste bloco é preciso comentar da sua relação com o objeto principal da monografia: a personalidade violenta, autoritária e conservadora. A polícia aparece com frequência nas postagens não apenas por se referirem a esta instituição no título ou na descrição de suas páginas. Contemporaneamente, a polícia brasileira apresenta em si a corporificação dos três elementos estudados até então: a lei, a ordem e a violência. Sendo o “braço armado do Estado”, responsável pela disputa do monopólio da violência, é possível compreender a relação entre “lei” e “violência”. Com relação à “ordem”, por vezes para se obter o reordenamento, leis são ultrapassadas, direitos civis e humanos são ignorados. O assassinato de suspeitos de crimes, a tortura de traficantes, a vingança, são elementos que por vezes são bandeiras de uma violência da ordem (ZALUAR, 1996, pp. 130-132). Em prol do “bem” para a sociedade ou para as instituições policiais e militares.

A polícia, sendo assim, é uma instituição de fundamental importância para se analisar nas postagens, por conta de incorporar em si elementos da do conteúdo e da ideologia estudados. A polícia está distante ainda no Brasil de consolidar um monopólio da violência frente aos grupos de tráfico. O personalismo ainda atinge seus integrantes, de forma que os casos de corrupção e de conluio com grupos criminosos ainda é noticiado com frequência (MUNIZ e PROENÇA JR, 2007). Por fim, a obediência exigida pela instituição em si (presente não só nela, mas em todas as forças policiais do Ocidente) deve vir acompanhada de uma séria reflexão e de adesão aos direitos básicos de proteção aos indivíduos. Reflexão que vise estabelecer confrontos frente a ordens que visem minar os direitos básicos de qualquer indivíduo.

O segundo bloco de ideologias observado nas postagens foi denominado: “o Brasil em desordem”. Neste conjunto de postagens são evidentes as tentativas de construir um cenário de desordem e de caos, no qual caberão as intervenções de grupos de violência “da ordem” como a polícia e os linchadores. São pontuadas várias situações de desordem: a gestão política petista, o funk, a saúde, a educação, o medo urbano, o descaso com as forças policiais, o comunismo. O crime é apresentado enquanto uma das “endêmias” sociais a se combater, responsabilizando individualmente cada criminoso por conta de sua “escolha” e isentando a sociedade de qualquer participação neste processo. A personificação nestas postagens é alta também, ascendendo figuras catalizadoras da desordem:

Dilma, Lula e Maria do Rosário. Ao mesmo passo, apresentam personalidades que incorporam em si a resolução para a desordem: o deputado Jair Bolsonaro e o general Augusto Heleno. Este é um dos blocos fundamentais para se observar este movimento de personificar a ordem ou a desordem em determinadas figuras sociais e políticas e do desejo dos usuários e das páginas de que a atual conjuntura política seja subitamente arrebatada pelas forças militares.

Por fim, o terceiro bloco é denominado “violência urbana espetacularizada”. Com menos projeção que as restantes – com a clara exceção da página “Faca na Caveira” – estas postagens apresentam fotos e vídeos de cenas de alta violência. Decapitações, policiais reagindo e eliminando suspeitos de assalto, torturas, humilhações e linchamentos. Uma violência altamente espetacularizada que também demarca um enaltecimento aos valores guerreiros e viris, uma banalização da brutalidade física (MACHADO, 2004). Em parte das fotos e filmagens não há sequer uma explicação do contexto, apenas a violência em si. Caberá pontuar estas postagens e questionar a sua função em meio aos dois blocos anteriores.

2.2.3.2 “Em defesa da instituição policial e militar”

Neste grande bloco de postagens é possível demarcar quatro posturas favoráveis às forças policiais nas quatro páginas pesquisadas: a valorização do trabalho policial, o espírito guerreiro dos policiais, associações destes com forças divinas e processos de “humanização” de seus integrantes. A crítica à falta de valorização do ofício policial foi uma constante nas postagens. Um dos principais motes das postagens coletadas foi a de demonstrar o lado “humano” ou “bom” dos policiais. Em duas postagens coletadas em páginas distintas, uma na página “Rota” (05-03/RT/7) e outra na página “B.O.P.E” (22-03/BP/2), é apresentada a mesma foto de policiais sentados com bebês em uma maternidade. A página “B.O.P.E” ainda acrescenta “Nem todos são *monstros* como você pensa”. A postagem 20-03/EP/3 também tem esse intuito ao mostrar um policial doando alimentos a crianças de rua. A página escreve junto a foto que é uma postagem com intuito de mostrar que existem policiais que “honram” a farda e que *em sua maioria são “bons”*. A postagem 21-03/EP/14 (Figura 3) mostra uma foto de um policial um pouco transparente (indicando seu falecimento) abraçando uma mulher grávida em um belo jardim. A

frase que acompanha a foto é: “Polícia não é *máquina de fazer segurança*, é ser humano que defende seu semelhante e também tem família, amigos e vida social”.

A este bloco de “defesa” acrescento as associações das forças policiais ao divino. A postagem 20-03/RT/13 apresenta uma foto de um policial *com asas* carregando outro. Junto à foto, um versículo do livro bíblico Salmos: “o anjo do Senhor acampa-se ao redor do que temem, e os livra”. Na postagem 23-03/RT/9 uma foto de um policial apontando a arma para a direção de quem vê a foto. O texto que acompanha a foto declara: “somos anjos de uns, caçadores de outros/somos a liberdade de uns, e a prisão de outros/somos a vida de uns, e a morte de outros/somos a sorte de uns, e o azar de outros/somos *aliados de bem*, combatendo o mal”. A postagem 07-03/EP/13 mostra uma foto de policiais militares em círculo orando. A frase da foto é: “*Senhor, deste-me a missão de proteger famílias*, olhai pela minha enquanto cumpro minha árdua missão. A postagem 14-03/FC/6 apresenta uma foto de um policial tendo como pano de fundo o Cristo redentor. Junto à foto a frase: “Deus jamais desampara um dos seus”.

Figura 4 – Humanização das forças policiais



Fonte: *print screen* da postagem 21-03/EP/14

A este bloco de “defesa” acrescento as associações das forças policiais ao divino. A postagem 20-03/RT/13 apresenta uma foto de um policial *com asas* carregando outro. Junto à foto, um versículo do livro bíblico Salmos: “o anjo do Senhor acampa-se ao redor do que temem, e os livra”. Na postagem 23-03/RT/9 uma foto de um policial apontando a arma para a direção de quem vê a foto. O texto que acompanha a foto declara: “somos *anjos* de uns, caçadores de outros/somos a liberdade de uns, e a prisão de outros/somos a vida de uns, e a morte de outros/somos a sorte de uns, e o azar de outros/somos *aliados de bem*, combatendo o mal”. A postagem 07-03/EP/13 mostra uma foto de policiais militares em círculo orando. A frase da foto é: “*Senhor, deste-me a missão de proteger famílias*, olhai pela minha enquanto cumpro minha árdua missão. A postagem 14-03/FC/6 apresenta uma foto de um policial tendo como pano de fundo o Cristo redentor. Junto à foto a frase: “Deus jamais desampara um dos seus”.

O enaltecimento da instituição policial também ocorre com frases de espírito guerreiro. A postagem 15-03/EP/10 apresenta um policial de elite mirando com um rifle, junto à foto a frase: “deixemos de ser a caça, sejamos os *caçadores*”. Ao que a administração acrescenta: “hora de reagir, chega de perder”. A postagem 06-03/RT/3 mostra uma abordagem policial com a frase: “a vitória está reservada para *aqueles que estão dispostos a pagar o preço*”. A postagem 08-03/BP mostra uma operação do BOPE com a frase: “ta no sangue ta na veia policia uma vez policial a vida inteira”. Esta última demonstra outro fator importante: a “identidade policial”, a “persona” que se constrói e que acompanha o policial até as suas futuras gerações (postagem similar em 14-03/FC/3). Acerca desta temática acrescento a postagem 18-03/RT/3 na qual foi postada a foto de soldado da “ROTA” quando criança no banco do carro de seu irmão, também policial. Em um dos comentários mais curtidos, um usuário aponta: “está no sangue” (sentido similar nos comentários da postagem 15-03/RT/1). Na postagem 21-03/RT/8 a mesma página posta uma imagem do símbolo da “ROTA” com os dizeres: “simplesmente nascemos rotarianos”.

A este tipo de postura é possível nos remeter aos debates de Norbert Elias acerca do enaltecimento dos valores guerreiros. Assim como referenciado em sua obra “Os Alemães” (ELIAS, 1997, p. 70) são valorizados elementos como: força física, farda, armamentos, as cicatrizes das lutas, a virilidade masculina, entre outros elementos que compõe o chamado “ethos guerreiro”. Conjunto de valores que em

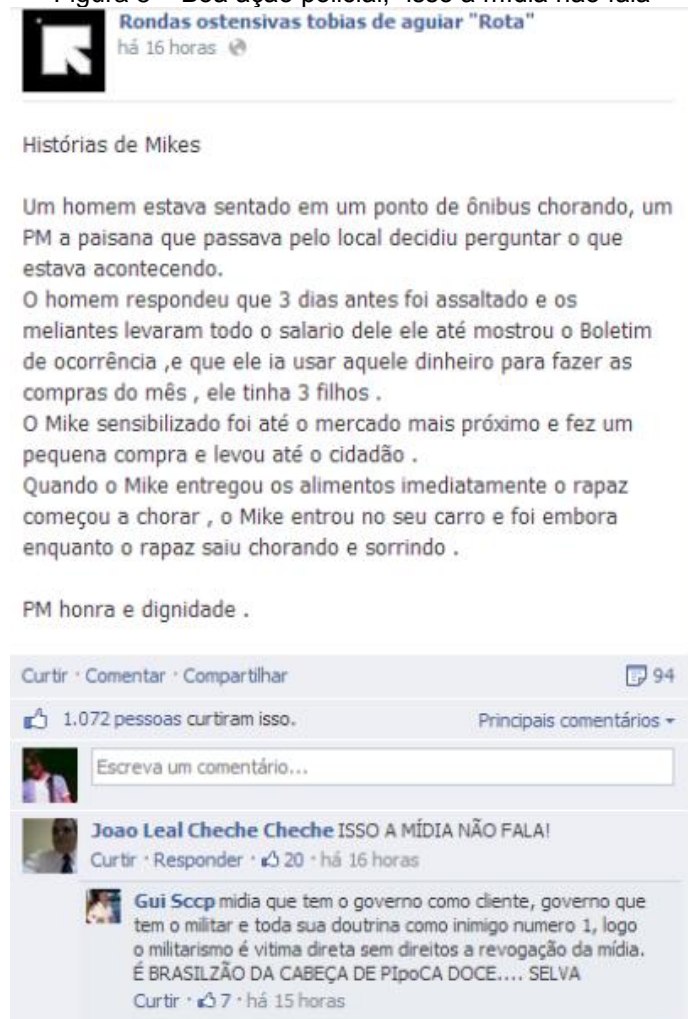
muito se diferenciam daqueles ligados ao processo civilizatório, no qual são enaltecidas a capacidade discursiva nas deliberações, a autoregulação e a polidez dos costumes (ELIAS, 1993, pp. 198-201).

Este enaltecimento das forças policiais ocorreu em todas as páginas. A defesa das instituições policiais será novamente abordada em alguns no evento da mulher arrastada por policiais militares no Rio de Janeiro. A esse respeito é importante relatar que a “defesa” decorre justamente por conta da existência de “ataques” dirigidos a essas instituições. Ataques que, de acordo com os usuários e administradores das páginas pesquisadas, visam deslegitimar as instituições policiais e apontam apenas o “lado ruim” das corporações.

Uma instituição social que é vista enquanto deslegitimadora da atividade policial é a mídia. O descontentamento quanto a esta é muito evidente nos comentários quando os administradores postam boas ações policiais. A exemplo da postagem 18-03/RT/12 (Figura 5) na qual a página “Rota” publicou a história de um policial que encontra um homem que havia sido assaltado recentemente e que está triste por terem assaltado o dinheiro que se destinava à sua família. O policial compra alimentos aos filhos deste homem que saiu “chorando e sorrindo”. No final da história a frase “PM honra e dignidade”. O comentário mais aprovado costuma ficar no topo, neste caso era o de um usuário que escreveu “isso a mídia não fala”. Este foi um jargão comum encontrado nas páginas (como em 20-03/FC/4 e em 14-03/RT/7). Considera a mídia enquanto opositora às forças policiais, denegrindo sua imagem, apresentando apenas os eventos “ruins” de suas ações, nunca as “boas ações”.

Outro caso emblemático que reflete este tipo de defesa foi a postagem 07-03/RT/4, altamente repercutida (mais de 5600 aprovações, quase 2000 compartilhamentos e mais de 650 comentários). Nesta, os administradores da página “Rota” publicaram a boa ação de policiais militares ao se sensibilizarem com uma jovem corredora que não tinha condições para adquirir um tênis. Os policiais compraram um, o entregaram à jovem que posteriormente ganhou uma competição com o tênis. Nos comentários são várias as menções de que a “Globo” e a “mídia manipuladora” do Brasil não mostrariam noticiais como esta. Um usuário acusa que os policiais só ganham visibilidade quando matam um “vagabundo” e chama a atenção dos “direitos humanos”. Uma crítica mais diretamente dirigida a Globo sem encontra na postagem 18-03/RT/5.

Figura 5 – Boa ação policial, “isso a mídia não fala”



Fonte: *print screen* da postagem 18-03/RT/12

Enfim, este bloco de ideologias trata de uma “reação” frente à deslegitimação das forças policiais. O Brasil é visto enquanto um país que não valoriza suas forças policiais quando comparado com outros locais. A postagem 06-03/RT/2 exibe um policial acamado recebendo dois senhores de terno. No texto se explica que o policial norte-americano reagiu em um assalto e foi baleado. Ele foi visitado pelo prefeito de Nova York e pelo chefe da polícia, sendo agraciado com uma medalha. No final do texto a frase: “DUVIDO QUE ISSO ACONTEÇA NO BRASIL”. A postagem teve mais de 2500 curtidas e mais de 1200 compartilhamentos. Boa parte dos comentários atesta o que aconteceria com este mesmo policial no Brasil: afastado, recriminado, preso, tachado de violento e de despreparado.

3.3.1.2 “O Brasil em desordem”

A “desordem” se refere uma categoria de um estado de caos e de desorganização social que pode ser diferentemente simbolizado, dependendo do grupo social a ser analisado. Nas páginas de interesse pesquisadas uma determinada concepção de “desordem” existe subjacente às postagens publicadas. Serão apontados os grupos e forças que são criticados nas quatro páginas enquanto principais motrizes para a desordem social. Também serão discutidas as soluções propostas pelas páginas.

Os direitos sociais que visam melhores redistribuições de renda, leis que garantam a consecução dos direitos civis aos homossexuais (como o casamento) ou políticas de acesso universitário a negros são criticadas enquanto “fatores” da desordem nas páginas discutidas. Enquanto os “direitos humanos” foram referenciados enquanto “direitos dos homens”. Acerca deste assunto, Teresa Caldeira (1991) aponta que a associação dos “direitos humanos” a “direitos de bandidos” advém historicamente desde os debates sobre a averiguação das condições dos detentos em presídios ou da extensa violência policial utilizada em abordagens ou confrontos com suspeitos de tráfico e de roubo. O fato de serem direitos orientados a estes grupos de indivíduos foi extensamente criticado enquanto “privilégios de bandidos”. A autora aponta que os principais articuladores contra os direitos humanos foram os representantes da polícia, políticos de direita e alguns órgãos da comunicação de massa (CALDEIRA, 1991, p. 165). Historicamente, a associação está ligada a uma associação ainda mais abrangente no imaginário brasileiro que encara os “direitos individuais” enquanto “privilégios” (CALDEIRA, 1991, p. 168). Justamente pelo fato dos “direitos humanos” estarem comumente tratando não de direitos que serão gozados por toda a população (como a expansão de políticas educacionais, da saúde ou direitos trabalhistas), mas apenas para uma parcela, é que ocorre tal rejeição imediata, segundo a autora. Assim, também podem ser considerados “privilégios” a idealização de programas que visem grupos que sofram algum tipo de desigualdade de *status*, poder ou renda como: negros, homossexuais, mulheres, transexuais, indígenas e moradores de periferia.

A rejeição a estes princípios particularistas é bem amostrada na postagem 07-03/FC/3 um “renomado professor”, Ives Martins, declara que estes direitos, visando corrigir distorções de renda e poder entre indivíduos desfavorecidos pela

estrutura, têm colocado os “homens, honestos, trabalhadores, brancos, heterossexuais” em posição de desvantagem. Como bem afirma em seu texto “hoje tenho a impressão de que no Brasil o ‘cidadão comum branco’ é agressivamente discriminado pelas autoridades governamentais constituídas e pela legislação infraconstitucional a favor de outros cidadãos, desde que eles sejam índios, afrodescendentes, sem terra, homossexuais ou se autodeclarem pertencentes a minorias submetidas a possíveis preconceitos”. O autor critica: o sistema de cotas, a demarcação de terras indígenas e de quilombolas e o MST. Considera que o Brasil vive hoje uma “sociedade de castas e privilégios” provocada pela classe política. Os comentários da postagem recorrem muito à ideia de que os brancos-honestos-trabalhadores são uma minoria na atual conjuntura e que estão sendo vitimados por estes privilégios. Alguns negros comentam, se afirmando como “negros”, mas não como “coitados”. Da mesma forma, em 18-03/FC/7 (Figura 6) encontramos uma crítica às cotas ao publicar uma foto de uma criança branca pobre com a irônica frase “cotas para negros, porque todo branco nasce rico”. O que se subentende que as cotas são privilégios para negros pobres, já que como demonstra a foto, há brancos pobres também.

Acrescento ao debate as críticas às bolsas assistenciais expandidas desde a gestão de Fernando Henrique Cardoso e ampliadas nas gestões de Lula e Dilma. A postagem 22-03/FC/15 compartilha o comentário de um usuário que culpabiliza os pobres que geram muitos filhos. Para o autor do comentário, aqueles que sofrem de condições de saúde e educação e recebem bolsa-família deveriam responsabilizar a mãe - “que deu cria igual rato” – e não a “sociedade”. O autor estabelece em contraposição: os ricos procriam menos e dão melhores condições de vida aos seus filhos. A própria administração do “Faca na Caveira” reitera na postagem: “não basta ser pobre, tem que fazer 10 filhos”. As postagens 06-03/FC/1 (Figura 6) e 07-03/FC/4 seguem o mesmo rumo de crítica, responsabilizando a pobreza de famílias devida à “escolha” de ter muitos filhos. Sendo a culpa da pobreza dos próprios indivíduos que “escolhem” ter os filhos e viver em condições precárias, não faria sentido a existência dos programas assistenciais. Ou seja, estão na mesma categoria que as cotas raciais e os direitos de proteção aos homossexuais: são “privilégios”.

Figura 6 - Charge de culpabilização da pobreza



Fonte: *print screen* da postagem 06-03/FC/1

Seguindo o mesmo raciocínio, a postagem 04-03/FC/27 conta uma estória na qual um prédio é destruído por um incêndio. Morrem beneficiários de programas sociais, filhos de presidiários que recebem auxílio, sem-tetos e ex-guerrilheiros. No andar mais alto, onde residiam os engenheiros, médicos, advogados, professores, empresários, bancários, vendedores, comerciantes, policiais e trabalhadores com suas famílias, todos escaparam. Quando a “presidente da nação” questiona a razão de apenas essa parcela ter escapado, o chefe dos Bombeiros afirma: “eles não estavam em casa. Tinham saído para trabalhar”. A postagem teve alta repercussão em comparação às demais postagens (1.555 curtidas/1.326 comentários) e nos comentários os usuários fantasiam que “precisamos urgentemente de alguns prédios assim”, enquanto outros aproveitam a oportunidade para rechaçar todos aqueles que foram “queimados” na estória - visto como aproveitadores, preguiçosos, privilegiados pelo governo.

Em outras palavras, há um conflito entre a pretensão de universalidade de determinados artigos da constituição e os direitos que visam corrigir certas desigualdades que entravam o usufruto dos direitos universais a certos grupos sociais. Por trás das críticas a esses direitos enquanto “privilégios” se encontra a acepção errônea de que vivemos em iguais condições de usufruto da educação, saúde, renda, cargos públicos, segurança. “Tratar com igualdade os diferentes” – mesmo que em relações polícias e repressivas estes mesmos indivíduos sejam tratados de forma diferenciada. Os “direitos humanos” ainda são vistos com maior

desconfiança por parte dos críticos por se tratar dos “privilégios” usufruídos por “bandidos”, por conta de se voltar para questões como: a proibição da tortura, as condições de saneamento e de lotação dos presídios, o extermínio de suspeitos e presos e a reação violenta ou perseguições a manifestantes sociais pelas forças policiais. É a partir desse paradigma que os usuários e administradores das páginas criticam com grande veemência quaisquer direitos que visem a proteção da integridade física e mental de suspeitos ou condenados criminosos. Como bem apontou Singer, não estamos em uma sociedade pautada em ideais de transformação das estruturas sociais, mas sim na de punição sumária daqueles que não se adequam à normalização (SINGER, 1998).

A crítica a esse tratamento considerado “leve” com relação aos criminosos se encontra em postagens como a 04-03/FC/12 na qual foi publicada uma montagem com três cassetetes de madeira. Sendo cada um de um tamanho, os nomes são: “direitos humanos máster”, “ressocializador combo” e “sócio educador ‘techno pau’”. Junto aos cassetetes há descrições sobre a função de cada um, todos com intuito de serem utilizados nos “vagabundos”. O último dos cassetetes é direcionado também aos defensores dos direitos humanos. Na postagem 14-03/BP/6 se encontra uma montagem com duas fotos iguais: um suposto assaltante e sequestrador segurando uma faca no pescoço de um jovem. Na primeira foto, a direção da mira de uma arma está no assaltante e uma auréola está sobre a cabeça do jovem. Na segunda foto, a situação está invertida. A primeira foto seria correspondente à solução da polícia; a segunda, à solução dos direitos humanos. A postagem ainda completa: “quem poupa o lobo, sacrifica as ovelhas”.

Outra manifestação de contestação aos direitos humanos foi evidente no trato a uma “personificação” destes direitos em uma mulher: Maria do Rosário, ministra da Secretaria de Direitos Humanos da gestão de Dilma Rousseff. A ministra apresenta desde a década de 1990 uma grande projeção a nível midiático acerca de seus argumentos e defesas dos direitos humanos, criticando a ação violenta de grupos policiais e questionando as condições de salubridade do universo carcerário. Rosário também é conhecida pelo seu posicionamento contrário à redução da menoridade penal. Na coleta do dia 15-03-2014 as quatro páginas postaram a mesma “notícia” (15-03/BP/1, 15-03/EP/1, 15-03/FC/8, 15-03/RT/2, Figura 7): em um jornal teria sido publicada uma nota na qual Rosário teria expressado o desejo de que os homicidas de um homossexual deveriam receber pena de morte. A nota diz

que o entrevistador apontou que os homicidas do caso em questão são menores de idade e que não seriam presos por conta da rejeição da proposta de reduzir a menoridade, *que ela apoiou*. “Surpresa, ela interrompeu a conversa e fingiu falar no celular: era o controle remoto do aparelho de ar-condicionado”. A reação a esta postagem nas quatro páginas foi emblemática: alta repercussão (milhares de curtidas e compartilhamentos) e inúmeros comentários insultando a ministra, sendo alguns deles: “vadia”, “vagabunda”, “burra”, “idiota” e “hipócrita”. Outros criticam o fato da ministra ter dito que “os homicidas de um gay merecem pena de morte” e alertam para os “privilégios” que os homossexuais gozam na contemporaneidade – ao contrário dos “injustiçados” heterossexuais.

Figura 7 - Notícia falsa sobre Maria do Rosário



Fonte: *print screen* da postagem 15-03/RT/2

Apesar de todos os efeitos causados pelas postagens, como as sátiras direcionadas à ministra na página “Faca na Caveira” (18-03/FC/13 e 21-03/FC/1), a notícia é falsa. A suposta nota de jornal é baseada em um texto publicado em um famoso site de notícias falsas²⁷. É elementar a reflexão acerca da carência de fontes com as quais as quatro páginas trabalham. Os relatos de operações policiais, os textos acerca das “boas ações” policiais, os casos de corrupção, todas as situações

²⁷ É possível visualizar a denúncia da notícia e o texto original por meio do link: <<http://boatos.org/politica-2/noticia-falsa-maria-rosario-confunde-controle-remoto-com-telefone.html>>. Acesso em 08 de Maio de 2014.

publicadas em postagens podem influenciar a disposição dos indivíduos na esfera extra virtual e na sua forma de interpretar os fenômenos urbanos. A Internet apresenta em si tanto este potencial de democratizar informações quanto o de deturpar muitas destas a fim de enaltecer determinadas ideologias.

O feminismo também foi extensivamente criticado, todavia, a única página que se manifestou a respeito foi a “Faca na Caveira”. Tomo como exemplo a postagem 19-03/FC/8 no qual a página publicou uma montagem na qual aparecem duas mulheres fardadas com os dizeres “tem meu respeito, mulheres que lutam por uma sociedade melhor, igualdade e segurança”. Abaixo da imagem, uma foto com três manifestantes (duas em *topless*) em uma provável “Marcha das Vadias”, com a seguinte frase: “vadias, dizem que lutam por respeito da mulher, mas não representam uma verdadeira mulher”. No comentário mais aprovado a frase: “respeito se conquista com caráter e dignidade, não com bundas e peitos. Todo meu respeito às mulheres que usam o cérebro e não o corpo”. São várias as críticas no campo de comentários de usuários questionando os dizeres da montagem e pedindo aos restantes que procurem se informar sobre as manifestações. Outras postagens com teor crítico às “feministas” foram encontradas em 08-03/FC/23, 14-03/FC/29, 15-03/FC/18, 16-03/FC/3 e 22-03/FC/3.

Tendo em vista os eixos de conteúdos das páginas pesquisadas, a questão de “desordem” no Brasil não se deve unicamente à deslegitimação do trabalho policial, aos “privilégios” sociais e aos direitos humanos. Foram analisadas também nas postagens muitas contestações em relação ao governo vigente e ao Brasil em si. A política institucional não é vista com bons olhos pelas administrações e pelos usuários das páginas pesquisadas. Há uma visão corrente de que a política e os mecanismos estatais estão a serviço apenas dos interesses privados dos governantes. Os comentários se baseiam em muitos dos eventos noticiados pela mídia, sendo o caso mais emblemático: o “mensalão”. De fato, hoje, ainda visualizamos a utilização da política enquanto um meio de apropriação de poder e de recursos do Estado a fim de adquirir renda e prestígio – a supremacia do interesse privado sobre a esfera pública resultando no já abordado Estado patrimonialista (HOLANDA, 1995).

A este fenômeno refletido pelos usuários e pelas postagens das páginas pesquisadas denominei: *crise política*. Por declarar uma suposta “crise”, se subentende que houve um período de “estabilidade”. Este período de “estabilidade”

foi comparado em algumas situações ao período de ditadura militar brasileira. As postagens 14-03/FC/4 (em relação à polícia) e 17-03/FC/26 (em relação à ordem nas escolas, Figura 8) algumas das comparações observadas entre a contemporaneidade e a ditadura militar. Há nas postagens e nos comentários uma ressignificação de determinados fatos históricos. É visível, por exemplo, com a postagem 15-03/EP/4 na qual a administração não se conforma com os entraves para uma “comemoração do aniversário de 50 anos da ditadura brasileira”. A própria adesão das páginas à publicização do evento “Marcha da Família” demonstra também este posicionamento favorável à significação positiva do período ditatorial.

Figura 8 - Montagem comparativa entre ditadura e atualidade



Fonte: *print screen* da postagem 17-03/FC/26

As páginas de interesse apontam os responsáveis pela atual crise política: os políticos. Mais especificamente: o PT e aqueles que o defendem ou que estão associados ao partido. Há uma intensa personificação da desordem política e do próprio PT nas figuras da atual presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Luís Inácio “Lula” da Silva. Seria possível realizar uma monografia adicional acerca deste tópico, tamanha sua recorrência. Recorrência que viria a ser intensamente observada nos protestos da “Marcha da Família” no dia 22-03-2014. Serão

apontados alguns exemplos de postagens que tiveram grande repercussão e que estão ligados a essa temática da desordem política.

As páginas de interesse apontam os responsáveis pela atual crise política: os políticos. Mais especificamente: o PT e aqueles que o defendem ou que estão associados ao partido. Há uma intensa personificação da desordem política e do próprio PT nas figuras da atual presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Luís Inácio “Lula” da Silva. Seria possível realizar uma monografia adicional acerca deste tópico, tamanha sua recorrência. Recorrência que viria a ser intensamente observada nos protestos da “Marcha da Família” no dia 22-03-2014. Serão apontados alguns exemplos de postagens que tiveram grande repercussão e que estão ligados a essa temática da desordem política.

A postagem 18-03/FC/28 foi uma das que mais chamaram a atenção durante a coleta. Não se sabe se a “brincadeira” foi de autoria da página “Faca na Caveira” ou se já era existente na rede. Nela há um texto no qual se conta que grupos criminosos sequestraram vários políticos. Dilma e Lula são os únicos citados. O texto continua relatando que os sequestradores estão solicitando dinheiro, caso não sejam atendidos queimarão os políticos. Sendo assim, o texto afirma que já foram recolhidos vários materiais como isqueiros, gasolina, biodiesel, sacos de carvão e que ainda estão arrecadando mais objetos inflamáveis. A postagem pede que a mensagem seja espalhada. O resultado foi que em menos de um dia a postagem obteve quase 3000 curtidas e 2500 compartilhamentos. Nos comentários, várias brincadeiras quanto a possíveis armas e materiais que poderiam ser utilizados para queimar os políticos. Sob a fantasia de morte violenta à Dilma, também se encontra a postagem 06-03/BP/7 (Figura 9) na qual a atual presidente se encontra na mesma direção de uma arma. A frase que acompanha a foto diz: “metralhadora M2, uma metralhadora calibre 50 que é capaz de perfurar veículos blindados e aeronaves (imagina o que é capaz de fazer com uma pessoa)”. O comentário mais curtido exalta: “já ta na mira! Senta o dedo nessa porra!”. Outro comentário de teor parecido tendo como foco a Dilma se encontra na postagem de violência espetacular 08-03/FC/25: “temos que linchar a vaca da Dilma que não põe ordem nesse país”.

Figura 9 - Montagem anti-Dilma



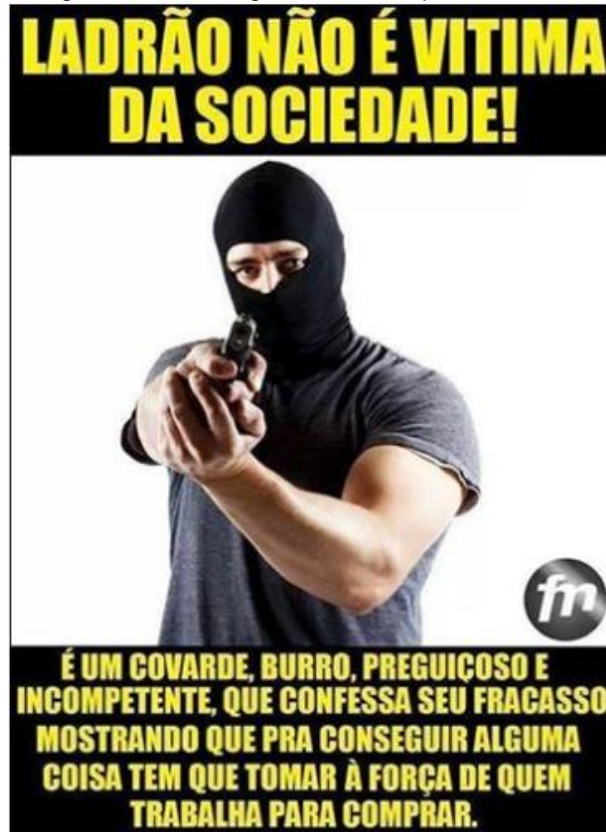
Fonte: *print screen* da postagem 06-03/BP/7

A postagem 16-03/FC/18 apresenta outra postagem que pede interação dos usuários. Nela são mostrados cinco políticos: Aécio Neves, Fernando Henrique Cardoso, Sarney, Lula e Dilma. Sobre a cabeça de cada político, um número. Na foto de baixo um macaco com um rifle com a frase: “só tenho uma bala chefe, e agora?”. Em algumas respostas, inclusive na mais curtida, há menções de baleiar os cinco de uma vez. Todavia, é notável o número de usuários que apontam para que se dê preferência na execução de Dilma ou Lula. Em um dos comentários, o usuário sugere apenas os números correspondentes a Aécio Neves e Fernando Henrique Cardoso. Usuários o qualificam enquanto “petista” e passam a criticá-lo. Foi notável a percepção de um baixo número de postagens na qual foram encontradas críticas a políticos ligados a outros partidos políticos como o PSDB. A postagem 17-03/FC/20 denuncia o pré-candidato à presidência pelo PSDB Aécio Neves de tentar bloquear as buscas na Internet relacionadas ao seu nome. A postagem obteve menos de 100 curtidas e pouco mais de 50 compartilhamentos.

Durante a coleta, a maior força de desagregação social a ser combatida pela violência da ordem, seja ela legal ou ilegal, foram os “criminosos”. São muitas postagens que têm como objetivo demonstrar a crueldade, a maldade, o poder subversivo de quem opta pela criminalidade. Na postagem 22-03/EP/7 (Figura 10) aparece a imagem de um homem encapuzado apontando a arma para o leitor. A frase: “ladrão não é vítima da sociedade. É um covarde, burro, preguiçoso e incompetente, que confessa seu fracasso mostrando que para conseguir alguma coisa tem que tomar à força de quem trabalha para comprar”. A postagem

apresentou em 20 horas aproximadamente 3700 compartilhamentos e 5500 comentários. Alguns usuários contestam a mensagem da postagem questionando o que os usuários fariam se passassem fome. São respondidos agressivamente pela maioria que alega que é “falta de vontade”. Postagem similar está em 22-03/FC/7 que apresenta uma montagem que junta a imagem de um militar com a seguinte frase: “não vem com essa de excluído social, pois quem quer fazer diferente faz, quem quer ser bandido vai ser bandido, é uma escolha e não uma exclusão”. A postagem teve aproximadamente 3000 curtidas e 2500 compartilhamentos.

Figura 10 - Montagem sobre “o que é o ladrão”



Fonte: print screen da postagem 22-03/EP/7

A responsabilização da pobreza e da criminalidade por conta das “escolhas individuais” faz parte de todo este quadro pintado por cada uma das páginas. Apesar de reflexões acerca do estado de saúde e de educação problemático no qual vivemos ser referenciado em postagens (15-03/EP/13, 15-03/RT/5, 16-03/BP/1), a pobreza e a criminalidade são vistas enquanto escolhas individuais. Os direitos humanos viriam a ser categorizados nas páginas enquanto o movimento contrário, ou seja, aqueles que tiram a responsabilidade das ações dos “bandidos” e passam a

responsabilizar a sociedade. Paralelamente, o que se está em debate é justamente a punição. Como as escolhas são tomadas racionalmente pelos indivíduos, a punição deverá ser totalmente dirigida a eles. Há uma “essencialização do mal” neste tipo de argumentação, pois considera, assim como nos casos dos policiais, que uma vez feita a “opção”, não há mais volta (MISSE, 2010, p. 21).

Acerca desta “essencialização do mal”, alguns comentários devem ser tecidos. Na postagem 23-03/FC/12 é publicada uma notícia acerca de um ladrão que roubou o carro, tenta fugir ao atropelar um idoso, mas é linchado pela população. O comentário do topo é uma montagem com a seguinte frase “melhor matar antes que ponha ovos”. E este foi um elemento comum de muitos comentários: o fator “poluidor” dos criminosos. Há tamanha demonização sobre os desviantes da ordem social que os usuários passam a postular que o corpo físico dos indivíduos é contaminado, sendo assim, é preciso evitar enterrá-los na terra. Em outras palavras, as suas ações, a forma como estas vão “tomando conta” da essência e do corpo do indivíduo a ponto de se perpetuarem após a sua morte. Essas afirmações nos remetem ao romance do escritor irlandês Oscar Wilde “O Retrato de Dorian Grey” (1971) no qual conforme o protagonista se entrega ao hedonismo e ao seu próprio individualismo sua alma passa a se “deteriorar”. Remete-nos também a como a antropóloga Mary Douglas considera os indivíduos categorizados enquanto “desordeiros”, fora das “delimitações” da normalidade e dos padrões instituídos, passam a ser progressivamente carregados de atribuições de “poluição” e sujeira e perigo, de um lado, e de “poder” em razão do perigo representado, de outro (DOUGLAS, 1991, pp. 134-137).

Acrescento ao fator “poluidor” de Mary Douglas, os debates de Alba Zaluar acerca da dualidade “bem” e “mal” e do conflito entre ambas no processo de colonização brasileira. Zaluar (1994, pp. 42-44) postula que no Brasil a influência do cristianismo foi fundamental para a construção de categorias que vão se reformulando conforme as conjunturas, mas apresentam sempre certa dualidade de forças opostas: positivas, divinas, organizadas e negativas, desordenadoras, criminosas. A antropóloga afirma que em outras religiosidades esta radicalização dos polos apresenta uma maior fluidez, valorizando o liminar. O liminar é ambíguo por definição, por essa razão pode ser positivado, sacralizado ou negativado, discriminado e estigmatizado. Por exemplo, a ascensão das figuras do “malandro” (DAMATTA, 1983) e do “mulato” (FREYRE, 1968). Todavia, apesar da valoração

que tais figuras liminares adquiriram, ainda assim há uma forte delimitação dos polos opostos e da utilização de violências simbólicas e físicas contra aqueles que se situam na “extremidade negativa”. Em outras palavras, “mulato” enquanto figura ambígua, mas o “negro” enquanto definitivamente sujeito às múltiplas violências étnico-raciais no país. Da mesma forma, há certa valorização ainda da figura do “malandro”, aquele que está no liminar da “legal” e do “ilegal”, todavia, aqueles que caem na categorização de “criminosos”, há todo um aparato ideológico que legitima violência sumária, reflexões que visam retirar qualquer resquício de “humanidade” destes indivíduos – anulando igualmente seus direitos civis -, transformando os pertencentes a esse polo enquanto “perigosos”, “sujos”, “desumanos”. Zaluar (1994) contribui no sentido de referenciar que esta dualidade (legal/ilegal enquanto bem/mal) se mostrou desde o início da colonização relacionada a valores cristãos. O que facilita a compreensão de encontrar tantas relações das forças policiais com o divino e das forças criminosas com o inferno.

Qual o resultado da polarização entre forças do “bem” (policiais e militares, deslegitimados por grupos sociais, protegidos por Deus, defensores da moral e dos bons costumes, família) e as forças do “mal” (criminosos, vagabundos, aproveitadores, racionais, desumanos, poluidores)? Aparecem “soluções” para a “violência da desordem” provocada pelas forças da negatividade. A posição favorável a uma “violência da ordem” brutalizada, sanguinária e sem piedade é evidente nas quatro páginas pesquisadas. A morte de criminosos é comemorada pelos comentários e a dor prolongada é desejada para aqueles que cometem crimes como pedofilia e tortura. Este conjunto de debates está ligado diretamente ao terceiro bloco ideológico que trata da violência espetacularizada. Serão discutidas algumas postagens nos quais não há publicação de vídeos, fotos ou discursos mais radicais em relação à punição.

Trago como exemplo a postagem 08-03/RT/13. Nela foi publicada uma montagem com um policial junto a uma frase “bandido bom é aquele que está na cadeia, bandido ótimo é aquele que está no julgamento final (alusão à morte)”. A página ainda acrescenta na postagem: “não existe melhor prisão para os criminosos do que o *inferno*, eles merecem ficar por lá”. A postagem conta com várias mensagens de apoio. A postagem 15-03/FC/21 (Figura 11), por sua vez, publicou uma montagem na qual uma lata de refrigerante vem escrito: “quanto mais bandido morto, melhor” (frase similar no comentário da postagem 16-03/FC/19). No

comentário mais curtido um usuário aponta “morre 1, nasce 100”. A administração da página o responde: “se não morrer um, nascerá cem de qualquer forma”. O comentário abaixo replica: “eu sou a favor de botar fogo em todos eles. Só assim eles não ocupam espaço no cemitério”.

Figura 11 – “Quanto mais bandido morto melhor”

Faca na Caveira
há 11 horas

Faca na Caveira



Curtir · Comentar · Compartilhar 1.131

3.081 pessoas curtiram isso. Principais comentários ▾

Escreva um comentário...

Luiz Felipe Ramos Morre 1 Nascem 100
Curtir · Responder · 25 · há 11 horas

Faca na Caveira Se não morrer um irá nascer 100 de qualquer forma.
Curtir · 34 · há 11 horas

Fonte: *print screen* da postagem 15-03/FC/21

Uma das soluções propostas ao tratamento dos “criminosos” é o endurecimento das penas. Em 23-03/EP/2 homens mascarados estão dando chibatadas publicamente em um indivíduo. No texto da foto: “no Irã, ladrões recebem 50 chibatadas. No Brasil, ganham embargos infringentes”. Com mais de 2000 curtidas e compartilhamentos, os comentários alegam que faltariam carrascos devida a alta quantidade de ladrões no país. Outros atestam que os “direitos humanos” impediriam tal medida. Sob uma ótica parecida, na postagem 20-03/FC/26 é mostrado uma foto de homem com estereótipo de criminoso de um lado e do outro

lado presos caminhando com grilhões. Entre as fotos uma seta do criminoso aos presos. A frase: “leis mais rígidas e trabalhos forçados para criminosos no Brasil igual aos EUA. EU SOU A FAVOR!”. O mesmo desejo de que presidiários sejam forçados a trabalhar é encontrado em 17-03/FC/11 com altíssima repercussão (aproximadamente 10.000 curtidas e 5.000 compartilhamentos).

Estas postagens trazem de forma mais discursiva, comparações com outros países e a utilização de certos jargões (“bandido bom é bandido morto”) para lidar com o problema da criminalidade. Todavia, parte das postagens trata das soluções de forma espetacularizada, com fotos de operações e de vídeos criminosos sendo baleados.

Outra solução para a situação do “Brasil em desordem”, além do acirramento das penas, da eliminação dos criminosos e da valorização do trabalho policial é a ascensão de figuras conservadoras ao poder. Dentro desta conflitualidade entre o “bem” e o “mal”, a “ordem” e a “subversão”, emergem figuras conservadoras que personificam em si parte dos ideais propagados pelas páginas. Nenhuma personalidade da “ordem” obteve tamanha projeção nas páginas quanto o deputado Jair Bolsonaro. Não serão abordados os pormenores da trajetória de vida de Bolsonaro²⁸, tão pouco as múltiplas polêmicas que envolvem o seu nome. O objetivo é mostrar de que forma sua imagem é construída nestas páginas de interesse e quais falas do deputado são reproduzidas nas postagens de forma a fortalecer determinadas posturas políticas e ideológicas.

A figura de Bolsonaro apareceu logo nos primeiros dias de coleta: em 04-03/FC/17 é possível visualizar uma montagem com fotos do deputado e do general Augusto Heleno. Em meio às fotos, as palavras: “o Brasil precisa dos senhores, para um país decente, honesto e justo”. Abaixo de cada foto, referências ao cargo de presidente ou de vice-presidente. Na montagem se destaca a utilização de cores que nos remetem à bandeira brasileira, uma forma de associar os dois nomes ao patriotismo, à defesa da nação. A montagem teve em menos de 24 horas aproximadamente 2600 curtidas e 1600 compartilhamentos, o que veio a causar espanto em um primeiro momento e posteriormente, com o decorrer da pesquisa, foi encarado como um dos tipos de postagens mais publicados diariamente e sempre com uma repercussão expressiva quando comparadas com as demais postagens.

²⁸ Para maiores informações sobre as bandeiras políticas defendidas por Jair Bolsonaro, acessar o seu site oficial: <<http://www.bolsonaro.com.br/>>. Acesso em 08 de Maio de 2014.

Com o decorrer da pesquisa houve certa mobilidade entre o poder de representação de Bolsonaro e de Heleno. Inicialmente constatou-se que o general Heleno possuía uma projeção maior enquanto governante ideal, sendo Bolsonaro referido enquanto um provável vice. A aprovação de Heleno é notável na postagem 07-03/FC/18 que noticia “o apoio de quase 6 milhões de pessoas à candidatura do general para presidente”. O segundo comentário mais positivado atribui a Joaquim Barbosa o virtual cargo de vice-presidente. Não é mencionado o nome de Bolsonaro.

Durante a coleta, as páginas de interesse reagiram em conformidade aos assuntos que estavam em pauta na mídia e na própria rede social. O presente trabalho se voltou para essa dinâmica especialmente no eixo de análise das postagens relacionadas a “eventos”, em outras palavras, situações que passaram a ser noticiadas constantemente nos canais de mídia e nas redes sociais. Com relação às personalidades conversadoras não houve um apuro maior de pesquisar eventos concomitantes envolvendo as figuras de Bolsonaro e de Heleno. Entretanto, é possível demarcar alguns pontos que foram observados na mídia e nas redes sociais durante a execução da pesquisa.

Não se sabe ao certo como a figura do general Augusto Heleno ascendeu na rede das páginas conservadoras, existe até mesmo um grupo de apoio à sua candidatura no Facebook com mais de 30.000 usuários²⁹. Aparentemente, parte de sua fama se deve às palestras que frequentemente o general realiza e de suas declarações polêmicas quanto à gestão política atual. Também auxilia o fato de ter uma imagem consolidada nas instituições militares, tendo liderado operações no Haiti e na Amazônia³⁰. Quanto a Bolsonaro, o que foi observado é que sua figura passou a ser cada mais publicizada nos canais de mídia e nas redes sociais conforme a pesquisa foi sendo realizada. Falas polêmicas, acusações de injúria e difamação e, por vezes, de violência física³¹. Bolsonaro também possui uma página de interesse com seu nome que conta com quase 400 mil pessoas que a

²⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/591243574231508/?fref=ts>>. Acesso em 04 de Maio de 2014.

³⁰ Parte dos motivos que levam os indivíduos a defenderem a candidatura do general Augusto Heleno se encontra na seguinte notícia publicada pela revista “Veja”: < <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/duvidas-sobre-a-candidatura-presidencial-do-general-augusto-helena-ex-comandante-das-forcas-da-onu-no-haiti-e-critico-da-politica-indigenista-do-governo-tem-data-certa-para-terminar/>>. Acesso em 08 de Maio de 2014.

³¹ O senador Randolfe Rodrigues denunciou Jair Bolsonaro por agressão. A reportagem acerca da denúncia foi publicada pelo site “G1” no seguinte link: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/09/visita-da-comissao-da-verdade-ao-rio-e-marcada-por-confusao.html>>. Acesso em 08 de Maio de 2014.

acompanham³². O seu posicionamento contrário ao governo do PT, suas críticas à pessoa de Dilma, aos direitos humanos, aos direitos dos homossexuais e aos programas assistenciais foram ganhando popularidade³³. Passou a ser conhecido pela defesa da ordem, da família e de positivar o período de ditadura militar, justificando o serviço de inteligência e as torturas desta época³⁴. O fato de o ministro Joaquim Barbosa ser referenciado por vezes nas páginas está atrelado ao processo que culminou na condenação de políticos do PT no escândalo do “mensalão”. Nenhuma das figuras referenciadas apresenta qualquer ligação ou postura neutra com o PT, é sempre um indivíduo visto enquanto opositor dos culpados da “crise política” vigente. Outros exemplos são: a jornalista Rachel Sheherazade, o jornalista Paulo Eduardo Martins, Arnaldo Jabor e o músico Lobão.

A expectativa nas postagens é de que figuras como Heleno e Bolsonaro realizem uma “limpeza” - no sentido de “organizar” - das instituições políticas vigentes no país. Em contraposição à “sujeira” e à “desordem” do PT, na figura de Heleno ressoa o militarismo e na de Bolsonaro a postura viril, polêmica e contrária a qualquer favorecimento de grupos sociais “marginalizados” (homossexuais, negros, pobres, criminosos). A expectativa dos usuários é visível em 08-03/BP/10 no comentário do topo que diz: “se General Heleno for presidente acaba a vagabundagem e roubalheira nesse país”. Na postagem 18-03/FC/4 é publicada uma montagem com duas fotos sobrepostas. Na de cima, Bolsonaro com um rojão e a frase “primeiro dia na presidência”. Na foto de baixo, uma montagem com vários políticos correndo, sendo parte deles os condenados pelo “mensalão”.

A postagem 15-03/FC/22 (Figura 12) apresenta uma montagem com um “governo ideal” no qual Heleno seria o presidente, Bolsonaro o ministro da defesa, Rachel Sheherazade ministra da comunicação e Joaquim Barbosa ministro da justiça. A postagem apresentou em 10 horas cerca de 5000 curtidas e 2800 compartilhamentos. O comentário do topo diz: “não ia ter cadeia suficiente para os muitos corruptos”. O segundo comentário do topo também expressa previsão: “a

³² Página de interesse disponível em:

<<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em 04 de Maio de 2014.

³³ Vários vídeos estão disponibilizados em seu site oficial e na página de vídeo “YouTube”. Disponibilizo aqui um dos vídeos mais polêmicos que foi também publicado em postagens nas páginas pesquisadas (16-03/RT/10): < <https://www.youtube.com/watch?v=mdUSEQw-SxI>>. Acesso em 08 de Maio de 2014. O vídeo está disponibilizado no CD-ROM da presente monografia.

³⁴ Para alguns dos comentários de Bolsonaro acerca de sua interpretação do “golpe militar” enquanto uma resistência à implantação da “ditadura do proletariado” no Brasil acessar: < <https://www.youtube.com/watch?v=BELiTNCITYY>>. Acesso em 08 de Maio de 2014.

casa ia cair para muitos vagabundos”. A mesma postagem foi repetida três dias depois em 18-03/FC/1 com repercussão similar: aproximadamente 4100 curtidas e quase 2000 compartilhamentos.

Figura 12 – O “governo ideal”



Fonte: print screen da postagem 15-03/FC/22

A intervenção militar foi diversas vezes desejada não só em comentários como nas próprias postagens. A intervenção militar, vista também como meio de “solucionar” as desordens referidas anteriormente, suscita discussões. Apesar de alguns usuários terem comentado acerca do período de ditadura militar enquanto um período de “ordem” e de “prosperidade”, no qual apenas os “vagabundos” foram perseguidos, os administradores das páginas e os usuários distanciaram o sentido da “intervenção militar” da “ditadura”, explicando que a intervenção seria apenas a retirada à força dos governantes, por conta do estado de desordem política vigente, para a realização de novas eleições (14-03/FC/9). A postagem 16-03/FC/6 (Figura 13) procura dar legitimidade à intervenção ao considerá-la constitucional e a 16-03/FC/9 publica o vídeo de um militar solicitando a intervenção militar, procurando aumentar ainda mais a possível “legitimidade” da ação.

A retirada à força, a execução física dos atuais gestores – especialmente os ligados ao PT –, a ascensão de governantes ligados à uma postura ou militarista (Heleno) ou conservadora (Bolsonaro) remete à uma reformulação do conservadorismo exposto na pesquisa histórico-teórica. Heleno remete à “utopia militar” presente nos militares desde períodos anteriores à ditadura de 1964-1985 (FICO, 2004). Tomam-se os militares enquanto indivíduos “incorrupíveis”, organizados, disciplinados. Quanto à Bolsonaro, este toma a instituição “família”

enquanto pilar central de sua argumentação³⁵. Acredita que a violência é um meio necessário para orientar sexualmente as crianças contra a homossexualidade³⁶ e que as cadeias devem ser locais de intensa punição e severidade, além de se posicionar favoravelmente à pena de morte.

Figura 13 - Aspecto constitucional da intervenção militar



Fonte: *print screen* da postagem 16-03/FC/6

A violência enquanto meio necessário de assegurar a “ordem” e a conservação da “família” nos remete a uma remodelação do violento patriarcalismo explorado historicamente por Holanda (1995). Esta “violência da ordem” apresenta traços similares aos vistos no período da casa-grande e durante o regime militar: a autoridade irrestrita, a postura antidemocrática, a conservação dos valores da família e a figura quase sobrenatural do patriarca. Entretanto, hoje ganha novos contornos diante da conjuntura social e política brasileira. Os patriarcas da casa-grande estavam preocupados com a subordinação da família e de seus escravos. O regime militar com a eliminação de movimentos contrários ao regime. Hoje, nas páginas

³⁵ Para o deputado Jair Bolsonaro em fala na Comissão de Direitos Humanos declara: “sem família, não há nação”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NLmKT-Bdzmng>>. Acesso em 08 de Maio de 2014.

³⁶ A página de notícias e artigos políticos “Pragmatismo Político” postou um vídeo no canal “YouTube” acerca da fala de Bolsonaro: “ter filho gay é falta de porra”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QJNy08VoLZs>>. Acesso em 08 de Maio de 2014.

pesquisadas e por figuras políticas como Jair Bolsonaro, temos como significados da “desordem”: a gestão política petista, os direitos humanos, as cotas, a ascensão política dos homossexuais e o trato considerado “leve”, “ineficaz”, em relação aos criminosos. A ameaça à família ainda está presente enquanto sintoma de “desordem” e para evitar essa desintegração: violência, autoritarismo e centralidade na figura masculina, seja por meio da intervenção militar, seja pelo extermínio da classe política e dos criminosos existentes.

3.3.1.3. “Violência urbana espetacularizada”

Modificando-se conforme as conjunturas históricas e sociais, o “ethos guerreiro” passa por transformações assim que avistamos o cenário moderno, cujas características são permeadas de valores individualistas e de consumo. É evidente o alto consumo de produtos ligados à violência espetacular na contemporaneidade: jogos eletrônicos³⁷, filmes³⁸, programas televisivos, jornais, músicas³⁹ e esportes. Produtos que reificam a violência em uma forma performática e brutalizada. Um impacto em seus espectadores que, por vezes, se aproxima do escatológico. Para Lia Zanotta Machado (2004) este fenômeno se corresponde a uma reconstrução dos valores masculinos e femininos na chamada *alta modernidade*, no que afirma a autora:

Assim, de um lado, valores da *alta modernidade* conduziram a uma desconstrução e reconstrução permanentes das categorias de gênero, e a uma “suavização” do masculino. De outro, tendências atuais parecem reforçar certas articulações entre as categorias culturais da masculinidade e o reaparecimento de valores que positivam os atos de agressividade e violência numa nova estética imaginária da masculinidade (MACHADO, 2004, p. 70).

³⁷ Um jogo eletrônico que suscitou uma série de debates nos Estados Unidos acerca do conteúdo violento mercadorizado foi “Carmageddon” produzido pela Stainless Games. O jogo tinha a simples proposta de ser um jogo de corrida no qual o objetivo dos jogadores era o de atropelar o máximo de pedestres possível. Os jogadores ganhavam pontos diferenciados dependendo da forma como atropelavam os indivíduos. O governo brasileiro banuiu a comercialização do jogo.

³⁸ Um filme que se apresenta enquanto crítica à onda de filmes de violência espetacularizada é “Funny Games” (1997) dirigido e escrito por Michael Haneke. Na obra, o telespectador é levado a participar involuntariamente dos processos de violência arbitrária que ocorrem injustamente com uma família. A brutalidade é tamanha que causou incômodo nos teatros nos quais foi exibido o filme. A ponto de levantar o questionamento: “até que ponto estaríamos tornando comum o consumo exagerado da violência?”

³⁹ Uma série de gêneros musicais apresenta como proposta a valoração de letras de alto teor violência. Relatos de assassinato, estupro, dilacerações, esfolamento de pele, são algumas das temáticas que podem pairar gêneros como o *splatter*, o *gore* e o *death metal*.

Em outras palavras, são novas modalidades de demarcação de gênero, reformulações de velhas formas de articulação dos valores masculinos com a violência. Permanece com vigor a associação do masculino e do guerreiro frente à iniciativa - tanto social quanto sexual – resultando em uma apropriação de formas performáticas de *violência hard* e teatralizada. Os usuários das páginas não produziram aqueles vídeos ou fotos. Mas há uma proposta de sintonia com este “elo perdido”, do desejo de violência e iniciativa guerreira. Mesmo que esta violência não tenha um alvo específico.

A postagem que impulsionou a presente pesquisa poderia ser situada dentro deste eixo de postagens. A imagem de jovens recém-executados em um morro, uma “reposta” à morte de soldados do BOPE, é representativa da publicização de imagens e vídeos com alto teor de violência. Visualmente, as imagens causam efeitos controversos. Parte dos usuários aprova e expressa o desejo de que este tipo de violência fosse executada nos corruptos e nos criminosos. Todavia, por vezes, causam incômodo e levam outros usuários a questionar a postagem, especialmente quando não há maiores explicações do contexto no qual a violência foi realizada (21-03/FC/25). Serão analisadas algumas postagens, todavia, o número de fotos, comentários e vídeos de violências é alto. Para outros exemplos desse bloco ideológico: 04-03/BP/favela, 04-03/FC/6, 06-03/BP/2, 07-03/EP/12, 08-03/FC/20, 15-03/FC/9, 18-03/BP/3, 23-03/FC/65 e 23-03/FC/66.

Dentro deste grupo de postagens se encontram cenas de linchamentos, espancamentos e suspeitos de assalto mortos em confronto. A exemplo de 05-03/FC/11 (Figura 14) na qual foram publicadas fotos de vítimas de um linchamento. O administrador escreve junto à foto um placar favorável aos justiceiros e desfavorável aos “bandidos” e diz: “é, virou moda...”. O comentário do topo afirma: “e que isso se repetia, por um país melhor”. No segundo comentário visualizamos a frase: “que vire moda, os bandidos engravatados vão ter que manifestar em prol do povo e mudar esse nosso sistema”. Na postagem 14-03/FC/21 é publicado um vídeo de um jovem sendo publicamente espancado com bastões de madeira. No título do vídeo: “pena para estuprador. O que acham da ideia?”. Em muitas das postagens foram encontradas essas requisições dos administradores para que os usuários participem, propondo táticas de punição. Na postagem em questão, os usuários discordam por considerar a pena “leve” e apresentam ideias punitivas mais severas

aos estupradores. O número de violências sugeridas é variada e comumente brutal. A postagem 19-03/FC/15 apresenta conteúdo similar relacionado aos estupradores. Na postagem 17-03/RT/4 o administrador pergunta o que um bandido merece e aponta opções como “morrer”, “morrer lentamente para sofrer muito”, “ir preso”, sendo que a última opção é “todas as anteriores e ir para o inferno”. O comentário que mais tem repercussão apresenta outra alternativa que engloba as punições referidas mais um espancamento para cada vítima do bandido em questão. Um dos comentários alega que é certo queimar o corpo, por temor de que este “contamine a terra”. Apesar da última opção da enquete a englobar, muitos dos comentários apontam a “b” enquanto solução ideal (morrer lentamente para sofrer muito) e justificam que é para o bandido sentir o quando fez sofrer suas vítimas.

Figura 14 – Imagens de um linchamento
Justiceiros 154841 x 0 Bandidos

É, virou moda...



Vítimas reagem a assalto e espancam bandidos em Florianópolis (Vídeo)

facanacaveiraoficial.com

A dupla precisou de atendimento médico e foi presa em flagrante por roubo. Dois homens tentaram assaltar uma pessoa na passarela de pedestres da Ponte Pedro

Curtir · Comentar · Compartilhar 458

2.567 pessoas curtiram isso.

Principais comentários ▾



Escreva um comentário...



Paulo Rocha E que isso se repita ... por um país melhor ...

Curtir · Responder · 98 · há 21 horas

Fonte: *print screen* da postagem 05-03/FC/11

Um ponto interessante a demarcar. Postagens como 06-03/FC/24 (cemitério enquanto “penitenciária ideal”) e 19-03/FC/5 (munição letal enquanto “supositório de bandido”) apresentam em seus comentários usuários alegando que a punição violenta também deve ser dirigida à classe política (“corruptos”). O imaginário das páginas está tão permeado de referências à crise política, especialmente nos corruptos e em defensores do PT, que as soluções violentas não podem ser direcionadas apenas para ladrões, estupradores, homicidas e pedófilos. Há a demarcação fundamental de que o “corrupto” é um criminoso diferente do “ladrão” e do “vagabundo”. O “vagabundo político” é uma categoria à parte que deve ser referenciada quando se fala em punição violenta. A este fenômeno se justifica pela própria realidade brasileira na qual há um tratamento jurídico e policial diferenciado para as classes médias e baixas em relação à classe política ou alta. Essa separação não advém dos usuários, mas da própria sociedade que diariamente vê presídios lotados de negros e pobres, morte violenta de assaltantes moradores das periferias (especialmente nos programas televisivos de notícias policiais), e a falta de condenações efetivas de crimes ligados à esfera política ou às classes mais abastadas.

Um evento histórico que apresentou imagens de violência espetacular foi resinificado pela página “Faca na Caveira”. Policiais que participaram do Massacre do Carandiru foram julgados enquanto estava sendo realizada a pesquisa de campo. Em 20-03/FC/12, a página publicou fotos do ocorrido (vários cadáveres amontoados no chão) e o depoimento de um advogado que pedia a absolvição dos policiais, solicitando a premiação dos mesmos com medalhas. O comentário do topo atesta: “operação mal sucedida. Ainda tinha espaço ali no canto para mais alguns corpos”. O segundo afirma: “deveria fazer essa limpa todo ano”. Na postagem 22-03/FC/11 publicaram o vídeo do deputado Jair Bolsonaro no qual pede na própria câmara dos deputados a absolvição dos policiais militares.

A violência espetacular não é direcionada apenas para os indivíduos pertencentes à polaridade “negativa”, “desordeira”, da sociedade. Nas postagens 20-03/RT/5 e 22-03/RT/6 (Figura 15) encontramos relato escrito e foto, respectivamente, de situações de violência cometidas contra “pessoas de bem”. Em ambos os casos as vítimas foram uma mulher e uma criança. As postagens apresentam mais de 1000 curtidas. Os comentários apresentaram revolta e indignação. Junto à indignação, como era de se esperar, surgiram meios de

resolução desta “violência da desordem”. Destaco os comentários que desejam a morte “sem piedade” dos bandidos e a eleição de Jair Bolsonaro para presidente (comentário mais curtido na postagem 22-03/RT/6). Acrescento a postagem 22-03/FC/14 na qual foi publicado o vídeo de um policial ensanguentado morto no chão. Os administradores da página “Faca na Caveira” reclamam que quando postam vídeos de “bandidos” mortos, o Facebook exclui. Mas “o vídeo de um PM morto pode”. Nos comentários, muita indignação dos usuários com relação à sensibilização da sociedade frente aos “marginais” mortos e a falta de atenção quanto aos policiais mortos em confrontos.

Figura 15 - Violência espetacular, mulher e criança

 **Rondas ostensivas tobias de aguiar "Rota"**
há 21 horas

Rondas ostensivas tobias de aguiar "Rota"

Histórias de mikes

A Criança de dois anos é encontrada pela PM em estado de choque ao lado do corpo da mãe estuprada. Crime ocorrido ontem em Lages-SC.

Frase do Mike que enviou a foto "Com mulher e criança ? ai já é outra pegada"



Curtir · Comentar · Compartilhar 734

 1.140 pessoas curtiram isso. Principais comentários ▾

 Escreva um comentário...

 **Safira Walter** Vamos votar para o deputado Jair Bolsonaro, que não vai ficar um vagabundo desses solto na rua e os que ficarem e tiverem a coragem de cometer um crime hediondo desses, com certeza cometerá uma vez só, pois com o Bolsonaro na Presidencia iria mandar Decepá-los em praça Publica.....Os bandidos vagabundos vão penar nas mãos do Bolsonaro.

Curtir · Responder ·  192 · há 17 horas · Editado

Fonte: *print screen* da postagem 22-03/RT/6

2.2.3.3 Eixo 2 – Eventos

Este eixo de análise está diretamente ligado ao eixo anterior. Para cada uma das postagens analisadas há uma correspondência com alguma temática abordada no eixo dos blocos ideológicos. Entretanto, caberá aqui pontuar a importância em analisar determinados fatos isolados. Cada fato aqui abordado foi discutido de forma quase dicotômica em rede. O objetivo desse eixo é demonstrar de que formas as páginas se posicionaram frente a cada um desses fatos e que tipo de discurso foi proferido por cada página.

2.2.3.3.1 “Caso Sheherazade” e o menor amarrado no poste no Rio de Janeiro

O chamado “caso “Sheherazade” decorre de dois eventos coligados. O primeiro foi o espancamento de um adolescente no Rio de Janeiro por aproximadamente 15 homens por suspeita de roubo. O jovem foi amarrado nu a um poste com uma tranca de bicicleta. O caso gerou grande repercussão na imprensa nacional e nas redes sociais. Dois dias depois, a jornalista Rachel Sheherazade expõe seu posicionamento em rede nacional no horário nobre pelo programa jornalístico SBT Brasil que diante da atual conjuntura de violência urbana, da “omissão do Estado” e da ineficácia institucional jurídica: “a atitude dos vingadores é até compreensível”. A seguir reproduzo a transcrição de sua fala:

O “marginalzinho” amarrado ao poste era tão inocente que invés de prestar queixa contra os seus agressores, ele preferiu fugir, antes que ele mesmo acabasse preso. É que a ficha do sujeito está mais suja do que “pau de galinheiro”. No país que ostenta 26 assassinatos a cada 100.000 habitantes, que arquiva mais de 80% de inquéritos de homicídios e sofre de violência endêmica, *a atitude dos vingadores é até compreensível*. O Estado é omissivo. A polícia desmoralizada. A justiça é falha. O que resta para o *cidadão de bem* que ainda por cima foi desarmado? Se defender é claro. O ataque aos bandidos é o que chamo de *legítima defesa coletiva* de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite. E aos defensores dos direitos humanos que se apiedaram do “marginalzinho” preso ao poste, eu lanço uma campanha: faça um favor para o Brasil, adote um bandido.⁴⁰

⁴⁰ Para ter acesso ao vídeo da fala de Rachel Sheherazade, extensamente compartilhado nas redes sociais, acesse o link: <<http://www.youtube.com/watch?v=nXraKo7hG9Y>>. Acesso em 04 de Maio de 2014.

No discurso da jornalista está presente uma série de elementos presentes no ideário das páginas pesquisadas. A “desordem política”, a violência urbana e a ineficácia das instituições estatais são apontadas enquanto fatores fundamentais que mobilizam os “cidadãos de bem” a realizarem uma justiça com as próprias mãos. A jornalista considera “compreensível” e concede às ações um caráter de “legítima defesa” contra o próprio Estado e o estado de violência vigente. Destaco o apelo de Sheherazade aos defensores dos direitos humanos: “adote um bandido”. Frase dirigida aos defensores dos direitos humanos e que foi repercutida extensamente nos dias que antecederam a presente pesquisa.

Assim que foi iniciada a coleta, ainda estava presente na rede um extenso debate acerca do menor que foi espancado e amarrado nu, o discurso de Sheherazade e uma série de linchamentos similares que ocorreu após a repercussão dos dois casos. Este talvez seja um dos exemplos mais contundentes de um discurso que foi lançado aos ventos, resultando em uma série de eventos que não poderiam ser previstos com total exatidão, alterando a realidade social de milhares de indivíduos, especialmente aqueles que foram vítimas destes atos coletivos de violência.

Como foi referenciado anteriormente, Rachel Sheherazade é tomada enquanto um símbolo - uma referência positiva - nas páginas de interesse pesquisadas. Apesar das páginas pesquisadas terem demonstrado favoráveis aos posicionamentos da jornalista, uma série de artigos e comentários de jornais *online* criticaram seus posicionamentos e correlacionaram com a série de linchamentos que veio posteriormente⁴¹.

A página “Faca na Caveira” fez referência ao menor amarrado ao poste na postagem 06-03/FC/19. É uma charge (Figura 16) um casal de senhores brancos visualizando postes com vários jovens “escurecidos” amarrados. O senhor diz “cadê

⁴¹ A página de interesse no Facebook “Meu professor de história” denominou as conseqüências de “Efeito Sheherazade”. De acordo com a página, três linchamentos teriam ocorrido com vítimas inocentes desde o discurso de Shehazade. Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=469911913142684&set=a.361349177332292.1073741828.361291767338033&type=1&relevant_count=1>. Acesso em 08 de Maio de 2014. O site “G1” noticiou também uma série de linchamentos parecidos desde que o menor no poste do Rio de Janeiro foi amarrado. A reportagem denota que a maioria dos linchamentos não vira inquérito policial. Fonte: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/04/maioria-dos-espancamientos-de-suspeito-nao-vira-inquerito-policial.html>>. Acesso 08 de Maio de 2014. Jean Wyllys também escreveu sobre os efeitos do discurso de Sheherazade no artigo “A subsombra desumana de Raquel Sheherazade” no jornal *online* Carta Capital: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-subsombra-desumana-de-raquel-sheherazade-8276.html>>. Acesso em 08 de Maio de 2014.

o governo quando precisamos de mais postes?” A senhora exclama: “que absurdo!” O casal é “bem nutrido”, enquanto é visível a “má nutrição” dos amarrados, figuras magras e obscurecidas. A charge em si é ambígua. Ao mesmo tempo em que ela dá margem para interpretações como a da página de interesse – de que efetivamos “precisamos de mais postes para amarrar esses menores” – é possível subentender certa crítica ao ocorrido. Justamente por conta dos senhores estarem com olhar agressivo, carregando um “carrinho de feira” e, mesmo com os postes “lotados”, exigindo mais postes do governo. A postagem teve cerca de 4.200 curtidas e 3.600 compartilhamentos no espaço de 14 horas. Nos comentários, o segundo mais aprovado diz: “colocar uma fogueirinha também”. Um dos usuários o acompanha: “e a poluição? Temos que ser mais sustentáveis. Enterra que vira adubo”. Um dos usuários nota a mensagem dúbia da charge e questiona quanto à cor branca dos senhores e a pele enegrecida dos amarrados. Todavia, poucos comentam sobre esse detalhe. O resto dos comentários em boa parte escreve risadas ou comentários favoráveis a expandir os postes de forma a amarrar mais bandidos.

Figura 16 - Charge de meninos aos postes



Fonte: *print screen* da postagem 06-03/FC/19

Em 14-03/RT/06, 16-03/RT/25 e 16-03/FC/25 encontramos mensagens de apoio à jornalista. As mensagens são exibidas por conta dos processos abertos contra o discurso proferido em rede nacional que resultaram na suspensão de suas atividades na SBT por um período de tempo. A repercussão destas postagens de apoio, os comentários que acusam o governo de estar cerceando a liberdade de expressão são variadas. A jornalista é tomada enquanto delatora da realidade social,

uma mulher que “diz a verdade”. A “verdade” à qual os usuários se referem é o apoio quase “cego” às forças policiais e militares (sem questionar suas falhas institucionais e os crimes cometidos por agentes), a não condenação moral daqueles que praticam linchamentos e uma postura de rejeição imediata a qualquer associação ou política provinda do PT. Tudo imerso em discursos com tom agressivo, radical e extremista, similar aos proferidos por Jair Bolsonaro.

2.2.3.2.2 Mulher arrastada por policiais militares no Rio de Janeiro

Durante a coleta, outro evento também ocorrido no Rio de Janeiro foi alvo de inúmeras reportagens e artigos na mídia televisiva e na Internet: uma viatura policiou arrastou uma mulher pendurada no porta-malas por cerca de 250 metros. Um cinegrafista amador gravou a cena até o momento que os policiais notam o corpo sendo arrastado e colocam a mulher de volta para o porta-malas. O vídeo foi também extensivamente publicado na Internet e nas redes sociais⁴². No mesmo dia, os jornais televisivos nacionais noticiaram o vídeo e passaram a investigar qual foi o contexto no qual a cena ocorreu. Foi constatado então que a mulher arrastada, Cláudia Silva Ferreira (38 anos), teria sido baleada em um confronto entre policiais e traficantes no Morro do Congonha. Após sua morte, ocorreu uma manifestação de moradores do morro e de familiares da vítima ocorreu, sendo que o marido da vítima acusou a polícia de ter tratado sua mulher como um “bicho”⁴³. No mesmo dia, os três policiais militares envolvidos no evento foram afastados de seus cargos.

O evento gerou grande repercussão na rede por conta do questionamento dos conflitos armados em meio a civis na periferia do Rio de Janeiro, a ação dos policiais no tiroteio (acusados de terem iniciado repentinamente), o fato de terem colocado a vítima do tiro no porta-malas e a demora da ação dos mesmos em perceber que o corpo estava sendo arrastado.

Acerca deste evento houve posicionamentos distintos de cada página. A primeira a se manifestar sobre o assunto foi a “Eu nasci para ser Polícia”. Na postagem 18-03/EP/9 encontramos um relato objetivo acerca do ocorrido referenciando inclusive as investigações em curso junto ao vídeo do cinegrafista

⁴² O vídeo ainda está disponibilizado no canal de vídeo YouTube no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=7feTEMjiBC8>>. Acesso em 04 de Maio de 2014.

⁴³ O site de notícia G1 realizou uma reportagem acerca dos acontecimentos e da acusações dos moradores e familiares: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/trataram-como-bicho-diz-marido-de-mulher-arrastada-em-carro-da-pm.html>>. Acesso em 04 de Maio de 2014.

amador. Na postagem houve diversas manifestações dos usuários. Parte deles estava criticando duramente as ações dos policiais (o tiroteio, colocar a mulher no porta-malas, arrastar e não ter percebido). Outra parte reconheceu que pode ter ocorrido alguma negligência por parte dos policiais, mas critica o exagero de críticas por parte dos usuários e da mídia. Por fim, um grupo de usuários negava a existência de qualquer negligência. Os administradores da página “Eu nasci para ser Polícia” se posicionaram no grupo mais moderado, considerando a possibilidade de erro dos policiais e pedindo aos usuários para que aguardassem as investigações (Figura 16). Um usuário questiona se a página é administrada por policiais, no que a página confirma prontamente.

Os administradores afirmaram que trabalham na polícia e discutiram junto aos usuários, respondendo críticas nas postagens 18-03/EP/9 (Figura 17) e 18-03/EP/11 acerca da valorização do trabalho policial. No campo de comentários é possível observar como os administradores relatam a falta de visão da mídia e de outros usuários dos percalços que o ofício policial traz. Em certo momento na postagem 18-03/EP11 os administradores reclamam da falta de sensibilização quanto aos policiais mortos nas UPPs e da generalização dos policiais enquanto “maus”. A página se posiciona afirmando que estão defendendo que existe uma parte “boa” da instituição policial que não é valorizada. Em 18-03/EP/9, os administradores exclamam que os policiais estavam tentando socorrer uma vítima e que por conta de uma fatalidade estavam sendo condenados moralmente pela sociedade.

A página “Faca na Caveira” se manifestou no dia posterior às manifestações da página “Eu nasci para ser Polícia”. O seu posicionamento foi menos “aberto” às possíveis críticas de usuários e reagiu violentamente contra aqueles que acusaram a polícia de negligência. A página em 19-03/FC/12 aponta as más condições de trabalho e das viaturas dos policiais e a falta de investigações que comprovem a negligência policial. O comentário mais curtido afirma que “gosta muito” da página, mas que discorda de seu posicionamento quanto ao evento e condena a ação dos policiais por não terem colocado a senhora no banco de trás. Os administradores acusam a mulher arrastada de ter sido “suspeita” desde o início do confronto e de ter resistido à prisão (não há nenhuma prova ou suspeita encontradas a respeito) e que, por conta disso, os policiais teriam socorrido ela no porta-malas. Os administradores repetiram a mesma resposta frente ao questionamento de outros usuários.

Figura 17 - Comentários sobre mulher arrastada ("Eu nasci para ser Polícia")

 **"Eu nasci pra ser Polícia."** Meu ponto de vista: Isso foi uma fatalidade, lamentável! Realmente, não existe palavras que vá descrever a situação. Porém, estão massacrando os policiais nas redes sociais, dizendo que não são preparados e toda aquela ladainha que nós estamos acostumados a ouvir. Até que se prove o contrário, os policiais estavam socorrendo a mulher que foi baleada! Se ela caiu do porta-malas o erro não foi dos policiais e sim falha da fechadura da VTR! "Ah mas andaram 250mts.." Agitação, sirene ligada, rádio ligado.. Como que escuta? Somente quando pararam no semáforo que foram escutar e resgataram a mulher... Não vi ninguém fazendo esse alvoroço todo quando o filho do Eike atropelou aquele ciclista na rodovia.. Ele sim estava errado, TOTALMENTE errado. Agora, 'odiar' policiais é modinha, então vamos massacrá-los! Por favor né, sejamos sensatos.. Se houve negligência por parte dos policiais, apoio toda e qualquer medida de punição! Mas, se foi somente a falha da tranca do porta-malas, por favor.. Ponderem a situação.

Curtir · Responder · 👍 338 · há 17 horas

^ Ocultar 37 respostas

 **Ícaro Lima** O dono dessa pagina é policial ?

Curtir · 👍 5 · há 17 horas

 **Thiago De Oliveira Vpr** Pois é assim e o Brasil, onde a sociedade massacra os guerreiros, eu tambem não sabia que niguem tinha direito de errar não, so porque erraram uma vez a sociedade cai para cima da PM? aaa a culpa e do governo inútil que temos aqui, quem foi que deu a viatura com defeitos???? quem é que não da assistência as viaturas, Concertos e etc???? aaa claro o tão bem falado governo do Brasil 😊

Curtir · 👍 7 · há 17 horas

 **"Eu nasci pra ser Polícia."** Ícaro Lima, sim.

Curtir · 👍 10 · há 17 horas

 **Jonas Lima** A polícia não tem culpa mesmo... Independente de qualquer coisa eu acho que não se leva uma pessoa baleada em um porta mala de um carro.

Curtir · 👍 7 · há 17 horas

 **Pablo Gonçalves** Não sei Icaro mas garanto que os 20 policiais mortos no RJ só esse ano eram policiais sim !

Curtir · 👍 5 · há 17 horas

 **Eudes Nascimento** Concordo "Eu nasci pra ser Polícia.", a classe dos policiais é massacrada pela população e isso ta vidando moda, é mal remunerada ao meu ver, mal equipada e a lei ainda defende os bandidos! Realmente ser policial dedicado é perder um pouco da vida em prol de mudar (ou tentar) o cenário do país....

Curtir · 👍 3 · há 17 horas · Editado

 **Eduardo Junnior** Concordo, e sei também que muita gente esta falando mal sempre arrumado algo para difamar a policia! tenho parente policias também e sempre apoie a policia! Também concordo com você agitação sirene ligado rádio e tals.

Curtir · há 17 horas

Fonte: *print screen* dos comentários da postagem 18-03/EP/9

A página no mesmo dia traz mais três postagens em defesa aos policiais. Em 19-03/FC/13 publica a notícia de um policial militar executado. Os administradores afirmam que se fosse um policial executando um traficante o fato teria repercutido com manifestações e “encheção de saco”. A postagem 19-03/FC/20 é um depoimento (sem referências sobre quem teria escrito) de alguém que conhecia um dos policiais que estava na viatura no momento que o corpo foi arrastado. O depoimento aponta os múltiplos fatores estressantes (som da sirene, falta de visão do porta-malas, pressa em socorrer) como justificativas para a não responsabilização total dos policiais por não terem percebido o corpo sendo arrastado. A postagem 19-03/FC/21 afirmou que o atestado de obtido do corpo da mulher arrastada apontou que a causa da morte foi em razão de um tiro de fuzil e não por conta do arrastamento.

Na postagem 19-03/FC/20 alguns comentários apresentam um posicionamento quase isento de reflexões objetivas dos administradores da página. Um usuário critica o fato dos policiais não terem colocado a vítima no banco de trás. A página replica dizendo que se tivesse feito isso, “a vítima teria acusado os policiais de assédio”. Na discussão que surge a partir destes comentários, a página comenta alegando que *os policiais não deveriam ter resgatado a vítima, mas sim ter deixado a mesma no meio do tiroteio aguardando o atendimento médico*. Assim, *“ninguém enxeria o saco”*. Em suma, próximo aos dias do acontecimento, a página adotou três posicionamentos frente ao evento: acusou a vítima de ser “suspeita” e por conta disso que seu corpo foi atirado ao porta-malas, isentou a polícia de qualquer negligência e postulou que os policiais deveriam ter evitado complicações deixando o corpo ferido no chão em meio ao tiroteio. Em 23-03/FC/14 a página retoma novamente o assunto, discutindo um rumor (nunca comprovado) de que uma testemunha teria visualizado menores abrindo o porta-malas da viatura. Um usuário questiona por que fariam isso, no que a página responde “tentar tirar a mulher de lá”. A utilização de rumores da Internet ou da própria criação deles já foi abordada com relação às postagens sobre a Maria do Rosário.

A página “Rota” não se manifestou inicialmente. Na postagem 19-03/RT/3 um usuário indaga a página acerca dos acontecimentos da mulher arrastada no Rio de Janeiro e questiona sobre a questão dos “tiros” – como iniciou o tiroteio, de quem partiu os tiros – e sobre o modo como a socorreram. Os administradores da página não responderam. A página “Rota” apenas se manifesta na postagem 23-03/RT/2

quando informe que o grupo “Annonymous BR” disponibilizou em rede os dados pessoais, inclusive endereços, dos policiais envolvidos no evento. Os administradores criticam as consequências disso por conta dos policiais temerem por uma possível represália. A página “BOPE” replicou em 20-03/BP/3 o depoimento de um “autor desconhecido” que critica a visão recorrente de que os policiais devem realizar funções que ultrapassam o “policciamento ostensivo e a preservação da ordem pública”. Reclama da intensa responsabilização dos policiais por funções e atividades as quais não são responsabilidade dos mesmos. A página em si não publicou textos ou depoimentos mais precisos quanto ao episódio.

3.3.2.2.3 *Marcha da Família*

Nas páginas analisadas foi publicizada a iniciativa de se realizar uma nova versão da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (23-03/FC/5) prevista para acontecer em diversas cidades brasileiras (04-03/FC/11, Figura 18). A primeira Marcha da Família ocorreu meses antes do golpe militar em São Paulo em 1964, reunindo quase 500.000 manifestantes. O objetivo da manifestação foi a contestação de certos grupos sociais em relação ao “avanço do comunismo no Brasil”. O “comunismo” estaria evidente pelas “reformas de base” do governo de João Goulart, ameaçando os valores morais e a “família” brasileira. Quanto à “nova Marcha”, o objetivo foi um pedido para intervenções militares que viessem a destituir os “atuais governantes” – centralizados na figura do PT e de Dilma – e que combatessem a possível “ameaça comunista” que o país vem enfrentando. Como bem proclamou Marx em “O dezoito de Brumário”: “a história se repete, primeiro como tragédia, e a segunda como farsa” (MARX, 1986).

Houve grande expectativa quanto ao dia da Marcha da Família, como se pode observar na página “Faca na Caveira”, na qual foram expostos os objetivos da marcha, a legalidade da intervenção e o apelo de um suboficial da marinha em prol da manifestação. Dias antes da manifestação, a página ainda posta em 19-03/FC/9 e 22-03/FC/9 um pedido: no caso dos manifestantes visualizarem algum *black block*, todos deveriam se abaixar para facilitar a ação repressiva da polícia. Sendo que em 22-03/FC/9 os administradores da página recomendam no campo dos comentários: “e se os black bostas sentarem também, *sentem a porrada nesses vagabundos*”. Ambas as postagens tiveram vários comentários do mesmo teor: o desejo de afastar

os *black blocks* por meio da violência. Na mesma data, a página publica ainda uma série de “instruções de segurança”, dentre elas: “proibida a utilização de roupas pretas e vermelhas”, “somos patriotas e ordeiros”, “não portar bandeiras de partidos (somos apartidários)” e “nunca atacar um manifestante contrário ao nosso grupo (haverá seguranças e PMS para isso ao nosso lado)”. A última recomendação é: “lembrem-se a Marcha da Família com Deus é de todo *cidadão ordeiro* e nosso líder é Deus pais todo poderoso”.

Figura 18 - Chamada para Intervenção Militar



Fonte: *print screen* da postagem 04-03/FC/11

Antes de relatar as postagens relacionadas à Marcha da Família, caberá pontuar alguns fatos ocorridos no decorrer da manifestação. O primeiro diz respeito à realização simultânea de uma “marcha antifascista” que tinha como bandeira: “ato em repúdio ao aniversário dos 50 anos de golpe militar de 1964”⁴⁴. A “marcha antifascista” reuniu cerca de 1000 manifestantes na cidade de São Paulo e não cruzou sua rota com a Marcha da Família⁴⁵. O segundo fato diz respeito aos relatos de violência dentro da Marcha da Família. Um aposentado que vestia uma calça vermelha foi expulso a força e chamado de “petista” e “comunista”. Jovens que se dirigiam ao show da banda de *heavy metal* Metallica foram confundidos com *black blocs* e xingados de “lixo”⁴⁶. Por fim, cabe relatar que o número de participantes ficou

⁴⁴ A página do evento permanece no Facebook concentrando postagens de usuários que alertam acerca do avanço de ideologias fascistas na rede: <<https://www.facebook.com/events/349308915209994/>>. Acesso em 06 de Maio de 2014.

⁴⁵ Para fotos e relatos sobre a marcha antifascista há uma reportagem completa no site de notícias “G1” em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/grupo-se-concentra-na-praca-da-se-para-marcha-antifascista.html>>. Acesso em 06 de Maio de 2014.

⁴⁶ Para informações sobre os dois casos ver a reportagem do “Terra” em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/aposentado-e-expulso-de-marcha-com-deus-por-vestir->

muito aquém do esperado. Na cidade de São Paulo foram reunidas cerca de 700 pessoas⁴⁷ e no Rio de Janeiro cerca de 200 pessoas⁴⁸. No restante das cidades o número foi menos expressivo ainda: em Recife foram 6 pessoas⁴⁹, em Porto Alegre reuniu cerca de 40 pessoas⁵⁰ e em Curitiba foram aproximadamente 30 pessoas⁵¹. Em Londrina, apesar do evento ter sido criado no Facebook, não houve marcha.

A primeira postagem postada a respeito foi a 23-03/FC/11, na qual a página publica a bandeira do Brasil com a frase “povo brasileiro alterou seu status de: deitado eternamente em berço esplêndido’ para ‘verás que um filho teu não foge à luta””. Nos comentários das postagens 23-03/FC/26 e na postagem 23-03/FC/33 há referências ao lema do movimento integralista: “Deus, pátria e família”, movimento nacionalista radical de influências fascistas que se opunha aos ideais socialistas. As postagens 23-03/FC/34 e 23-03/FC/36 são fotos de faixas de manifestantes exigindo intervenção militar contra o “governo cúmplice de terrorismo internacional”. As críticas ao “governo” se encontram nas postagens 23-03/FC/28 (vídeo com palavras de ordem, “1,2,3, Lula no xadrez), 23-03/FC/30 (faixa, “Dilma e Lula vão pra Cuba que os pariu”), 23-03/FC/39 (vídeo com palavras de ordem, “fora PT”), nos comentários da 23-03/FC/43 (cartazes, referência ao PT, Lula, Dilma e “corruptos”) e 23-03/FC/58 (cartaz, “Dilma vamos chutar sua bunda”). Estas postagens relacionadas ao PT e às figuras de Lula e Dilma tiveram grande repercussão na rede com número expressivo de compartilhamentos, curtidas e comentários.

As postagens 23-03/FC/8, 23-03/FC/25 e 23-03/FC/43 (Figura 19) apresentam o mesmo objetivo: afirmar o apoio que a Marcha obteve das forças

vermelho,2c65d85055be4410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acesso em 06 de Maio de 2014.

⁴⁷ Houve discrepância entre as páginas de notícias *online*. O número médio observado foi o de 700 pessoas. É possível ver não só a contagem, como relatos na seguinte reportagem da “Folha de São Paulo”: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1429580-marcha-da-familia-com-deus-reune-cerca-de-500-pessoas-no-centro-de-sp.shtml>>. Acesso em 06 de Maio de 2014.

⁴⁸ Na reportagem do G1 se encontram informação da Marcha da Família no Rio, com relatos sobre a presença do deputado Jair Bolsonaro e sobre os gritos de ordem “viva Geisel” e “viva Médici”: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/grupo-faz-reedicao-de-marcha-da-familia-no-centro-do-rio.html>>. Acesso em 06 de Maio de 2014.

⁴⁹ Número disponibilizado pelo “Pragmatismo Político” em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/03/marcha-da-familia-reune-6-pessoas-em-recife.html>>. Acesso em 06 de Maio de 2014.

⁵⁰ Número disponibilizado pelo “Pragmatismo Político” em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/03/marcha-da-familia-2014-reune-40-pessoas-em-porto-alegre.html>>. Acesso em 06 de Maio de 2014.

⁵¹ Número disponibilizado pela “Gazeta do Povo” em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1456344>>. Acesso em 06 de Maio de 2014.

policias, ressaltando o fato da tropa de choque ter “aberto” (liderado) a manifestação. Um acontecimento visto e sentido enquanto motivo de orgulho. O que nos remete à crença das instituições de ordem e de seus integrantes (policiais e militares) enquanto virtuosos e defensores da nação. A ênfase nas faixas e cartazes demandando uma “intervenção militar” demonstra este apego e confiança por parte deste grupo de indivíduos quanto aos interesses e ações das instituições policiais e militares.

Como foi relatado anteriormente, houve relatos de violência por parte dos manifestantes da Marcha, além de ter ocorrido uma marcha concomitante que se proclamava “antifascista” e que se opunha à valoração positiva do período de ditadura militar. A página “Faca na Caveira” em 23-03/FC/26 alerta que a Marcha da Família está na Praça da República, enquanto os “merdinhas comunistas” estão na Praça da Sé. Afirma também que “alguns infiltrados já foram expulsos *na porrada* por *nacionalistas*”. Em 23-03/FC/29 o administrador escreve “mais um comuna tirado na paulada”.

Na postagem 23-03/FC/47 o administrador acusa os antifascistas de jogarem pedras contra os manifestantes da Marcha da Família. Acrescenta que “socialista não sabe viver em democracia”. Se a utilização da violência é uma atitude antidemocrática, há uma incoerência em seus argumentos, tendo em vista que em publicações anteriores o administrador comemorou a expulsão de infiltrados na “base da paulada”. A postagem 23-03/FC/55 faz montagem com uma foto mostrando manifestantes da marcha antifascista queimando uma bandeira do Brasil e comparando com uma foto de parte dos manifestantes da Marcha da Família. Ironiza as críticas que comumente estavam sendo dirigidas aos manifestantes da Marcha da Família (“direita burguesa, branca, opressora”) e demonstra a “hipocrisia” dos antifascistas ao queimarem a bandeira do Brasil (ironizando com a frase “promovem a ordem”).

Figura 19 - PMs abriam Marcha, cartazes anti-Dilma

PM abriu a Marcha da Família com Deus!



Curtir · Comentar · Compartilhar

313

1.771 pessoas curtiram isso.

Principais comentários ▾



Escreva um comentário...



Fatima Bessa



Curtir · Responder · 105 · há 17 horas

Fonte: *print screen* da postagem 23-03/FC/43

Figura 20 - Jair Bolsonaro na Marcha da Família
Jair Messias Bolsonaro na Marcha da Família com Deus!



Fonte: *print screen* da postagem 23-03/FC/49

Houve três postagens relacionadas a Jair Bolsonaro: 23-03/FC/35, 23-03/FC/49 (Figura 20) e 23-03/FC/54. As duas primeiras postagens receberam quase 2000 curtidas e a terceira quase 1000 curtidas. Em todas as postagens, uma série de comentários exclamando: “meu presidente”. Bolsonaro novamente aparece enquanto modelo de gestor público, defensor da “moral” e dos “bons costumes”, protetor da instituição família e “firme” quanto às políticas de punição aos “vagabundos”.

A página “Faca na Caveira” se manifestou acerca do número não expressivo de manifestantes na Marcha da Família na postagem 23-03/FC/53: “sabem por que a macha da família não reuniu tanta gente assim? Porque diferente dos esquerdistas modernos, a maioria que apoia a #Marchadafamília trabalha. Enquanto vocês são um bando de vagabundos sustentados pelos pais”. A postagem teve muitos

comentários que afirmaram a expectativa de que ocorram outras mobilizações. O comentário mais curtido fala dos “vagabundos” e acrescenta: “fora PT”. Uma usuária argumenta sobre os objetivos da Marcha da Família: “o que a Marcha da Família está tentando, e eu apoio com veemência, é resgatar valores básicos que foram invertidos, deturpados e até mesmo extintos. E no mais, se o Brasil não está pronto para ter a ‘liberdade’ no sentido amplo da palavra, porque estamos longe de ter isso, então que tenha a intervenção militar sim”.

A página “Eu nasci para ser Polícia” se manifestou uma única vez com a publicação 23-03/EP/16 ao postar uma foto de manifestantes com a faixa: “intervenção militar já! O Brasil exige: ordem e progresso”. O comentário mais discutido questiona os administradores: “mas no caso seria ditadura novamente? Ou seria só para colocar a ordem mesmo?”. Uma usuária comenta em seguida “vai ser igual a ditadura, no começo dizer que é para por ordem e depois dar aquela merda”. A página responde em seguida: “*A ditadura nunca existiu*. Isso foi um termo criado por aqueles que lutavam para derrubar os militares, e eles que lutaram hoje nos roubam e ninguém lembra disso diretamente. Neste caso, seria uma intervenção para *reestruturar a ordem no Brasil*, não seria para tomar o poder e sim ‘arrumar a casa’”. A discussão que se segue é emblemática, pois são confrontadas as concepções daqueles que acreditam que houve uma ditadura contra aqueles que recusam esse termo. O que nos remete ao possível efeito de “esquecimento” social decorrido da falta de discussões aprofundadas a nível nacional sobre como a ditadura se estabeleceu no Brasil e as políticas repressivas e psicossociais que inibiram qualquer forma democrática de contestação. É notável o papel fundamental que a “auto anistia” teve para produzir estas distorções na memória dos acontecimentos históricos deste período (SOUZA, 2012).

A página “Rota” se manifestou no dia apenas questionando quem iria na marcha (23-03/RT/3). No dia posterior, agradeceu à Polícia Militar de São Paulo por não ter ocorrido nenhum “problema” e publicou uma foto na qual uma criança segura uma placa escrita “eu luto por um país sem PT” (24-03/RT).

Marcha da Família é um possível exemplo de como os efeitos dos discursos propagados pelas redes sociais e por outros canais de comunicação podem estimular os indivíduos a realizarem ações que transcendam a esfera virtual. O que se visualizou na realização da marcha, pelos vídeos e pelas fotos, foi uma manifestação de indignados com a atual conjuntura social e política. Há uma

centralidade nas figuras petistas enquanto principais forças motrizes da “desordem política”, sendo a intervenção militar um meio necessário e legítimo para o país “proteger os valores e a família” e evitar a implantação de um regime comunista. Jair Bolsonaro foi recebido enquanto grande representante dos grupos ideológicos em questão, sendo ele um modelo de gestor, de patriarca e de protetor dos bons costumes. A ação contra opositores foi como noticiado pela imprensa e pela página “Faca na Caveira”: na base da “paulada”, com intolerância, com falta de diálogo, antidemocrática. Uma usuária comenta que “os valores foram invertidos, deturpados e até mesmo extintos” e por conta dessa “desordem” a marcha foi idealizada e realizada.

Caso levássemos ao “pé da letra” cada uma das considerações de desordem das páginas pesquisadas, encarando sem reflexões sérias o radicalismo impregnado em suas postagens, estaríamos imersos no Estado de Natureza hobbesiano (HOBBS, 1997). O mesmo estado de Natureza que coloca enquanto imperativo da razão, a subordinação de todos os indivíduos em relação a uma figura que concentre em si o poder religioso, político e militar - um leviatã. Objetivando a segurança e a ordem, estaríamos propensos a aceitar qualquer condição, mesmo que ela seja revestida de cruéis violências, manipulação ideológica e controle social.

2.2.3.2 Eixo 3: pronunciamentos e interações

Este eixo possui pretensões analíticas mais modestas do que as anteriores. Visa demarcar que as páginas de interesse pesquisadas apresentam distinções entre si por meio de seus próprios pronunciamentos. Procuo também demonstrar o papel que o campo de comentário apresenta ao propiciar debates, por vezes extensos, sobre a organização social, a vida política no país, a mudança dos valores morais, entre outros assuntos de natureza tanto filosófica, quanto sociológica. Justamente pelo fato das páginas expressarem opiniões quanto aos assuntos, em muitas postagens analisadas houve uma intensa dinâmica deliberativa entre certos grupos de usuários e os administradores das páginas. Algumas páginas adotam posturas mais agressivas quanto aos discordantes do bloco ideológico publicado, outras estão mais “abertas” ao debate. Assim, a monografia apresentará algumas das distinções e reflexões observadas.

2.2.3.2.1 *Discordâncias no campo de comentários*

A página “Eu nasci para ser Polícia”, como apontada no caso da “mulher arrastada por policiais militares no Brasil”, foi considerada durante a coleta enquanto a página mais aberta a possíveis diálogos e reflexões no campo de comentários. Na postagem 04-03/EP/GENARC a página publicou uma foto do GENARC (Grupo Especial de Repressão a Narcóticos) e escreveu “por um carnaval sem drogas”. A postagem foi altamente positivada (aproximadamente 1700 curtidas), todavia, um usuário comenta “por um carnaval sem drogas? Vão tomar os copos de álcool e os cigarros?”. O administrador responde ironizando a indagação do usuário relatando que a polícia apreenderá também os remédios legais e que fechará as farmácias. Termina com “é isso que queria ouvir?”. O usuário replica que as drogas médicas podem fazer tão mal quanto o álcool e os cigarros e completa “não é com coerção que as pessoas vão parar de usar drogas”. A página questiona “então devemos deixar rolar solto?”. O usuário contesta novamente questionando o uso de violência para coibir o consumo, pois “não adianta nada, só gera revolta”. Acredita que a coerção só deva ser utilizada nos casos de violência ou de tráfico. A página novamente replica de forma um pouco confusa sobre não serem favoráveis a ações violentas, todavia, a quantidade de drogas diminuirá com a presença ou a apreensão da polícia. E cita um fato no qual verificaram a influência da presença dos policiais em um ponto de tráfico. Finaliza afirmando que “sabem dos resultados”. Nas postagens 15-03/EP/13, 21-03/EP/12, 21-03/EP/16, 23-03/EP/7 e 23-03/EP/16 é possível visualizar outras discussões com postura similar da página na tentativa de dialogar com os usuários.

A discussão no campo de comentários da postagem discutida anteriormente (04-03/EP/GENARC) continuou entre o usuário que levantou a questão das drogas e os demais frequentadores da página. Diferentemente dos administradores, os usuários da página utilizaram agressões verbais como “você está defendendo bandido isso sim, leva para casa”. Também foram visualizadas adjetivações como: “advogado de drogado” e “gaysista”. Além do desejo de uso da violência para coibir esse tipo de posicionamento: “desce borracha nesse caboclo”.

Nas discussões dos comentários das páginas pesquisadas são comuns os insultos, como bem demonstrado nas postagens anteriores, com acusações entre usuários de “petismo”, “burro”, “vadia”, “gaysista”, entre outros. Ao contrário da

discussão com os administradores da página, as discussões que entravam este tipo de embate mais agressivo acabam por “esvaziar” o conteúdo reflexivo que estava em questão.

Durante a realização da pesquisa, a página “Faca na Caveira” comumente procurou desviar violentamente o núcleo de discussões propostos por usuários para um rumo mais centrado no insulto e na difamação. A página sempre foi seguida por outros usuários em seus insultos e seus comentários foram comumente os “mais curtidos” – por mais que repetisse os insultos proferidos por outros usuários. A página “BOPE” apresenta uma situação contrastante aos exemplos anteriores. Em duas situações que aponto aqui: 08-03/BP/1 e 17-03/BP/2 comentários agressivos foram dirigidos aos administradores. Todavia, estes não conseguiram obter a mesma defesa bem sucedida das outras páginas. Um exemplo desta situação ocorreu com a postagem 18-03/RT/10 (Figura 21) da página “Rota”. A página publicou a caricatura de um assaltante com camiseta com listras vermelhas e pretas junto a um texto que informava o direito do cidadão em indenizar o Estado no caso de ser assaltado por algum foragido da Justiça. Os administradores acrescentam que não acreditam que na atual conjuntura (de “desordem política”) isso possa acontecer. Mas caso Bolsonaro ou Heleno assumirem a presidência “ai sim”. Os comentários em sua maioria refletem sobre a possibilidade ou não desta indenização ocorrer, discutindo o caráter utópico de se obter esse benefício. Um usuário brinca com a cor das camisetas por lembrar um time de futebol (Flamengo).

Figura 21 - Charge que resultou em reações contrastantes



Fonte: *print screen* da postagem 18-03/RT/10

A situação se reverte quando a página “B.O.P.E” decide compartilhar a mesma postagem que a página “Rota” publicou. A repercussão foi muito distinta. No campo de comentários da página “B.O.P.E” a discussão foi outra: a camiseta do assaltante da caricatura. Muitos usuários questionaram o fato do assaltante remeter aos torcedores do Flamengo criticando agressivamente a postagem. Alguns usuários defendem a página, todavia, o debate permaneceu dividido. Quanto ao sentido da postagem em si, sobre o Estado e a restituição, não houve muitas referências. Percebe-se assim que as páginas gozam de níveis de legitimidade e de aceitação quanto às suas postagens e declarações de formas distintas.

Apontei aqui as distinções entre as páginas, especialmente a respeito do campo de comentários para afirmar que apesar dos eixos anteriores terem compreendido um bloco ideológico muito similar que as quatro páginas compartilha, há de se ter mente que o comportamento da página e dos usuários em determinados momentos difere. No próximo tópico serão apontadas as diferenças quantas às postagens de textos, desabafos e de críticas escritas pelos próprios administradores das páginas.

2.2.3.3.2 *Pronunciamentos dos administradores das páginas de interesse*

A postura de uma página frente aos usuários não é só expressa quando surge algum tipo de discussão no campo de comentários. Por muitas vezes foram coletadas postagens nas quais os administradores das páginas postavam reflexões acerca das instituições policiais e do governo ou análises das críticas que recebem. Por vezes também foram publicadas as “regras” da página de interesse.

A página “Faca na Caveira” apontou nas postagens 04-03/FC/10 e 24-04/FC/posicionamentos o tipo de “política” que é defendida pela página. A página se posiciona: a favor da “família tradicional”, a favor de animais, contra o “feminismo atual”, contra a legalização do aborto, contra “fanáticos religiosos” e contra o ativismo gay. A página termina a publicação em letras em caixas altas com: “e por último, e mais do que óbvio, *já* *never* *will* *talk* *bad* *about* *the* *police* *and* *the* *armed* *forces* *here*. E não, não sou a favor de cobrir os erros de ninguém. Porém já tem páginas o suficiente para falar mal. Sinta-se a vontade para entrar em uma delas, e pedir para que eles falem bem da polícia”. Na postagem 24-04/FC/posicionamentos apontam o “tipo” de usuário não aceito na página. É possível visualizar esta lista na Figura 22.

No campo de comentários uma usuária se afirmou enquanto lésbica e constata que curte a página. Os administradores da página respondem afirmando: “nosso problema não é com os gays, e sim com os gaysistas”. Durante a coleta, a compreensão de “gaysista” foi a de “indivíduos que impõe uma ‘ditadura’ na qual todos devem ser homossexuais” ou aqueles que promovem leis “exclusivas para gays”, discriminando assim os heterossexuais.

Figura 22 - Posicionamentos não aprovados pela página “Faca na Caveira”



Na boa, se você é:

- *Drogado
- *Esquerdista
- *Petista
- *Gayzista
- *Feminazi
- *Fã do Che quer Vara
- *Dos "direitos dos manos"
- *Contra os Militares
- *Contra a família tradicional
- *Contra a moral e os bons costumes

Você NÃO é bem vindo aqui, e eu já NÃO gosto de VOCÊ!!!

Fonte: *print screen* da postagem 24-04/FC/posicionamentos

A página “Eu nasci para ser Polícia” realizou postagens discutindo sobre os seus conteúdos. Em 07-03/EP/2 responde as críticas que questionam a falta de conteúdos que mostrem a “podridão” das instituições policiais. Os administradores respondem em um texto que desejam mostrar o “lado bom” da polícia e que por vezes publicarão matérias que apontam os erros cometidos por alguns. Afirmam: “queremos disseminar o lado BOM da polícia, deixa que a parte podre a ‘mídia’ faça”. A postagem traz consigo a foto de uma policial militar junto a uma criança em uma periferia. Pontuo duas reflexões desta página: a 18-03/EP/14 na qual os administradores refletem o difícil ofício de ser policial com cenas do filme Tropa de Elite e a 20-03/EP/14 quando afirmam que a todo o momento estão lendo os comentários e refletindo tanto as considerações positivas quanto as negativas referentes às publicações da página. Um usuário reclama de ter sido banido da

página. O administrador que o responde diz que “não foi ele” e explica que “os banimentos só ocorrem com aqueles que vem tumultuar a página com xingamentos e ameaças”.

A página “Rota” também publicou em 08-03/RT/1 um posicionamento quanto à análise da interação entre as publicações e os usuários da página. Reclamam que quando postam a foto de algum suspeito morto são “milhares de curtis”, todavia, quando postam um texto sobre ideologia e valores “quase não é visto por 100 pessoas”. O incômodo da administração associa esse comportamento ao “comodismo brasileiro” que prefere a “TV, sofá e BBB” a ter que “sair da cadeira” e “mudar”. Na postagem 08-03/RT/11 publicaram a existência de “8 vagas de criador de conteúdo” para a página. É pontuado que o “criador de conteúdo” participará de uma página que visa “engrandecer o nome da unidade”.

Quanto à página “B.O.P.E”, devida a sua baixa frequência de postagens e reduzida repercussão das mesmas não foi possível delimitar no tempo da pesquisa qualquer forma de reflexão dos administradores frente algum evento ocorrido ou à dinâmica de interação entre usuários e páginas de interesse.

2.2.4 Entre o virtual e o real: um balanço do campo e das coletas

A monografia apresentou análise e reflexão empreendidas em páginas do Facebook que tinham em comum a defesa e o elogio da violência da ordem, tendo como foco, especialmente, as forças policiais e militares consideradas exemplo da “ordem”. Tanto para os usuários como para os administradores das páginas, a violência aparece enquanto um meio necessário para afirmação da “ordem” frente aos problemas sociais ligados ao âmbito político e ao governo atual e aos grupos de “criminosos” – cuja ação criminosa se apresenta enquanto uma “escolha” de escolha de vida, poluindo a essência do sujeito para além de sua própria morte. Não só a violência aparece enquanto meio legítimo, como também personalidades conversadoras como o general Augusto Heleno, o deputado Jair Bolsonaro e a jornalista Rachel Sheherazade tornam-se “representantes” deste grupo que clama por uma sociedade que resgate os valores e a ordem, mesmo que para isso seja preciso uma intervenção militar.

É evidente que as páginas apresentam distinções entre si, como bem foi apontado no último eixo, sendo algumas mais propensas à reflexão e ao diálogo

junto aos usuários do que outras. Todavia, há entre elas um eixo temático e de visão de mundo que as atravessa, no qual se articulam correlações da “ordem” com a punição violenta e efetiva dos criminosos, aspirações militares golpistas em relação a governos democraticamente eleitos com proteção aos valores da “família tradicional”, valorização dos atributos guerreiros e viris e uma interpretação distorcida dos eventos da ditadura militar, enaltecendo o período de forma nostálgica.

Diante destes eixos analisados, coube questionar: quais as relações existentes entre a atividade virtual frente às esferas extra virtuais das páginas pesquisadas especialmente no que concerne ao “ativismo digital”? De fato, os usuários que participavam ativamente as postagens, compartilhando e comentando, se apresentam enquanto parte de um grupo específico da realidade social brasileira. São indivíduos que tem acesso à Internet, possuem cadastro na rede social Facebook, acompanham as páginas pesquisadas e ainda interagem ativamente junto às postagens. Todavia, foi possível obter destas páginas e dos indivíduos que a frequentam uma série de discursos e posturas frente às mudanças sociais brasileiras. Não só isso, como buscaram em diversos momentos refletir sobre os problemas brasileiros propiciando possíveis soluções. Uma das soluções se encontrava justamente em “sair da cadeia” e participar ativamente de manifestações.

Não se sabe ao certo qual foi o grupo de usuários do Facebook que idealizou a realização da Marcha da Família. O que foi possível demarcar é que houve uma grande influência das páginas pesquisadas na divulgação do evento e no fortalecimento das bandeiras ideológicas hasteadas pelos manifestantes das marchas: a contestação ao governo do PT, a defesa de uma intervenção militar com o intuito de “reorganizar” o país e instituir como governantes Bolsonaro ou o general Heleno. A rejeição ao “esquerdismo” e ao “comunismo” também foram evidentes tanto nas páginas quanto na Marcha da Família, além das muitas referências positivas à ditadura militar. Não é possível recusar a associação do evento em si e dos blocos ideológicos defendidos nas páginas. Todavia, foi esperado um número maior. O número de usuários que a todo o momento afirmavam a necessidade do “povo se mobilizar”, “sair às ruas” e exigiam a realização de uma “intervenção militar” foi grande. O que demonstra certo descompasso entre a “mobilização virtual” e a “mobilização extravirtual”. Descompasso sentido também na ausência de

manifestantes em muitas das cidades nas quais havia uma Marcha da Família para ocorrer.

Tem sido evidente que nos eventos criados pelo Facebook há um número maior de *agitadores virtuais* do que os manifestantes que de fato aparecem nas manifestações. O ativismo digital não demanda do indivíduo que ele saia de casa, manifeste junto com cartazes e gritos de ordem suas demandas sociais e que se exponha de forma visível aos olhares de quem não participa da manifestação. As próprias “manifestações de Junho de 2013” e os “rolezinhos” que contaram com número expressivo de manifestantes nas ruas em determinado momento foram progressivamente perdendo força nas ruas, mesmo que nos “eventos” programados pela rede social ainda contassem com um número expressivo de pessoas que afirmavam virtualmente que compareceriam. Aponto como reflexo desse descompasso o evento “rolezinho” que teria na cidade de Londrina que contava com mais de 1500 “confirmações” na rede social. Todavia, no dia não foi noticiada a presença de um único manifestante⁵².

A página “Rota” na postagem 19-03/RT/1 questiona os usuários de sua página quem aceitaria participar de uma passeata com as seguintes bandeiras: condições de trabalho para a Polícia, “liberdade de reação” e intervenção militar. Nos comentários os usuários demonstram ânimo quanto à possibilidade de protestar em favor da “ROTA”. Um dos comentários afirma que sairia de Minas Gerais para poder protestar em favor da “ROTA”. Os administradores nomeiam o evento: “passeata a favor dos Humanos Direitos, Nós somos as vítimas” para acontecer no dia 12 de Abril em São Paulo. Em menos de 17 horas, o evento já contava com 150 confirmações. No dia 12 de Abril, a página “Rota” foi revisitada, com o objetivo de procurar informações se teria ocorrido uma organização da passeata ou não. Todavia, havia apenas postagens centradas nos eixos já discutidos e nenhuma referência à passeata. O *link* para o evento já não existia mais.

⁵² A reportagem do “Bonde” aponta essa discrepância entre o número de confirmações *online* e a ausência de qualquer manifestante no dia: <http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3--1008-20140126>. Acesso em 07 de Maio de 2014.

Figura 23 – Manifestação pelos “Humanos Direitos”



Fonte: *print screen* do evento “Passeata a favor dos Humanos Direitos”⁵³

A relação dos discursos e da legitimação da violência e os casos de violência física trazem consigo a mesma discussão. A mentalidade violenta e autoritária, tão referidas na primeira parte da monografia, não devem ser entendidas atualmente como fruto apenas das relações virtuais observadas neste trabalho. Há todo um aparato de interações sociais e de transmissões ideológicas provindas da mídia, da escola e de outras relações sociais mais próximas como a família, a vizinhança e a comunidade, que têm o seu quinhão neste processo de fortalecimento de soluções radicais para a retomada da “ordem”.

De fato, não credito a essas visões um “falseamento” da realidade social, mas o resultado de uma dinâmica histórica e da conjuntura política brasileira na contemporaneidade que fornece as “bases”, os “sentidos”, informando e conformando ideias, valores, “mentalidades” ou ideologias de interpretação da realidade. A sensação de insegurança, as desigualdades sociais, os inúmeros casos de corrupção, a falta de contato entre representantes políticos e população, a

⁵³ Coletada no dia 19 de Março de 2014.

ineficácia das instituições penais e jurídicas, são todos fatores vividos, de alguma forma, com variações dependendo das diferenciações de geração, de raça-etnia e de classe social. O que a pesquisa empírica procurou mostrar é que estas páginas, assim como outros meios de interação e de comunicação, fornecem aos seus usuários elementos que compõem a compreensão da realidade social. Procuram organizar sensações aparentemente dispersas de que estamos vivendo um estado de “desordem” e dar um sentido mais coeso, concreto, quase palpável à realidade. É assim que surgem bodes expiatórios da desigualdade social e da corrupção: o PT, Dilma, Lula e, por vezes, todos os políticos – o que resulta em um esgotamento do debate político, um intenso processo de despolitização. É assim que são legitimadas as violências sumárias àqueles que “optaram” pelo lado perverso da sociedade: a bandidagem, a vagabundagem, o uso de drogas entorpecentes. É pelo “livre-arbítrio” que se legitima a punição violenta, e é por considerar o indivíduo “irrecuperável” e “poluído” que não basta o sofrimento. A punição que tenha como resultado a morte deve ser considerada para que não ocorra qualquer possibilidade do indivíduo reincidir na criminalidade.

Sendo tão imprevistos os efeitos destes discursos em rede, retomo a parábola com a qual iniciei o trabalho. Não é possível demarcar com objetividade por meio da presente pesquisa os efeitos que a proliferação destes discursos de ódio causa na ação efetiva dos indivíduos. São inúmeros os fatores que contribuem para estabelecer os contornos desse tipo de interpretação das mudanças sociais. São inúmeras as forças que influenciam nas disposições individuais. Historicamente, estamos em constante confronto entre grupos da sociedade civil que apresentam concepções distintas de mudança social. Recusando qualquer forma de existência de blocos monolíticos de “conservadores” e “progressistas”, ainda assim é possível delimitar na contemporaneidade e também na história do Brasil, posicionamentos políticos e sociais que são estruturados em uma concepção patriarcal, violenta e antidemocrática de sociedade. Indivíduos que podem pertencer a diferentes esferas de sociabilidade na estrutura social, mas que compartilham entre si, a visão de que os avanços sociais são sintomas de “desordem”, de “aproximação com o comunismo” e que a solução para uma mudança social progressiva é o aumento da coerção violenta da “ordem” e a ascensão de figuras conservadoras no poder. Foi este o núcleo ideológico que foi observado nas páginas pesquisados, a força motriz dos argumentos e a principal bandeira de contestação dos usuários.

CONCLUSÃO

A partir dos estudos históricos e das análises das postagens empreendidas foi possível correlacionar três fenômenos: o sentimento de medo, a utilização da violência enquanto meio de resolução dos conflitos e a desigualdade social. Visa-se por meio desta conclusão afirmar as correlações entre a abordagem histórica e a pesquisa empírica, propondo novos horizontes de pesquisa frente às discussões levantadas pela monografia.

No primeiro período histórico compreendido – o Brasil colonial - havia uma segmentação entre os poderes dos senhores do engenho e os seus subordinados. De fato, houve a existência e a importância dos indivíduos pertencentes aos estratos intermediários como: os homens livres sem posses e os mulatos. Todavia, cabe avaliar o equilíbrio de poder existente entre o polo mais favorecido (senhor do engenho) e o polo mais destituído de autonomia e de direitos (escravos). O distanciamento entre os grupos foi fortalecido na medida em que o escravo era desumanizado enquanto um indivíduo “animalesco”, “passional”, “bárbaro”. O uso da violência não era apenas um meio de se fazer valer as vontades arbitrárias do patriarca, como também se apresentou enquanto meio de coibir possíveis revoltas dos subalternos frente à estrutura vigente. Como bem aponta Zaluar (1996, p. 61), o medo partia não só dos escravos em relação à chibata, mas também partia dos senhores do engenho em relação às revoltas.

No período ditatorial, o medo do comunismo foi imprescindível para a consecução e legitimidade do golpe de 1964. No regime militar, o distanciamento entre as elites políticas e econômicas e os estratos mais subalternizados pela economia capitalista, além dos manifestantes contrários ao autoritarismo militar, foi progressivamente aumentado. Ficou registrada na memória coletiva a associação do “comunista” enquanto “comedor de crianças”, no que se sucedeu uma intensa demonização dos defensores de políticas ligadas à redistribuição de terras e de poder. Opositores sofreram uma intensa repressão pautada em perseguições, torturas e assassinatos. Para legitimar popularmente suas práticas, uma estratégia psicossocial foi posta em curso, especialmente por meio da educação. Estimulava-se o “espírito ordeiro”, de forma a tornar o cidadão um mero reproduzidor dos ditames de seus patriarcas militares. Havia um temor destes com relação aos limites permitidos à crítica e à reflexão social. A “ordem” foi pautada em uma obediência

cega e irrestrita, de maneira similar à exigida pela rígida estrutura hierárquica dos grupos militares.

Com a redemocratização, a gentrificação e o alto índice de criminalidade foram radicalizados e trouxeram consigo problemas presentes já nos períodos anteriores, todavia, junto às roupagens de uma democracia recém-recuperada após mais de vinte anos de autoritarismo. O afastamento territorial das elites urbanas em “enclaves fortificados” dos “bolsões de pobreza” ou das áreas periféricas ou faveladas leva a uma reformulação do espaço geográfico. O “bandido” passa a ser uma categoria em construções diárias nos noticiários policiais: cruel, bárbaro, aproveitador, vagabundo, individualista. A ineficácia e morosidade judicial passam a auxiliar na construção de um cenário caótico, no qual o cidadão passa a aprovar ações brutais das forças policiais ou de grupos de justiceiros. A punição violenta passa a ser a bandeira para a construção de uma sociedade mais ordeira. O medo urbano passa a ser visto enquanto o resultado de uma guerra aberta entre forças do bem e forças do mal, entre as forças policiais e os criminosos.

Nas postagens, ainda são reverbados discursos que nos remetem a reformulações das manifestações observadas nos períodos precedentes. Certamente, o universo de pesquisa foi pequeno diante da população geral brasileira, dos diferentes estratos que a compõe, das distinções regionais. Todavia, foi possível observar o teor radicalizado de discursos que ressoam nas redes sociais. Uma visão de mundo pautada no desejo pelo autoritarismo, na afirmação de valores guerreiros, na desconfiança plena em relação ao Estado e na reiteração de que vivemos em um “estado de sítio”, tanto político quanto moral. O cenário catastrófico construído pelas páginas é contrastado pelas possíveis soluções pautadas na violência e na deturpação das conquistas democráticas obtidas até então por meio de práticas como: intervenção militar, execuções sumárias de criminosos, críticas a movimentos sociais e interpretações distorcidas dos acontecimentos históricos.

Poder-se-ia dizer que os discursos estão apenas imersos em um pensamento retrógrado, preso a uma nostalgia dos tempos nos quais “tudo era melhor”. Entretanto, é preciso avaliar que parte dos argumentos observados estão em consonância com o que efetivamente ocorre na realidade brasileira. O sentimento de medo presente na casa-grande, em relação à revolta da senzala, pairava sobre uma possibilidade real. O açoite do chicote se apresentava enquanto

uma forma de tornar mais “seguro” o sentimento de que os escravos estariam subordinados ao senhor do engenho. O mesmo pode ser dito do período ditatorial em relação aos governantes e aos opositores. No atual contexto, clamar por uma violência brutal das forças policiais é uma forma de lidar com as altas taxas de homicídio ainda presentes no Brasil⁵⁴. Os baixos salários e as condições de trabalho dos policiais também são pontos a serem considerados, partindo até mesmo de discursos observados nas postagens de usuários que se afirmavam policiais e reclamavam da intensa pressão sofrida diariamente pela sociedade. A situação governamental é outra esfera preocupante na realidade brasileira. Ainda vivemos diante de escândalos políticos que trazem consigo uma intensa desconfiança popular em relação às instâncias de poder público⁵⁵.

O ponto no qual estes discursos enveredam para argumentos antidemocráticos é o apelo à punição, a crítica aos avanços sociais empreendidos até então e a extensa culpabilização individual dos pobres e criminosos. Por mais que considerem preocupantes as situações sociais e políticas, isentam a estrutura social de fomentar processos de exclusão. Da mesma forma discursam a respeito da corrupção ao personificar o seu exercício unicamente nas figuras de Lula e Dilma. Em suma, são discursos que carecem de uma reflexão profunda sobre as desigualdades sociais vigentes, a falta equidade, a corrupção dos quadros militares e policiais e os motivos que levam à ineficácia das instituições jurídicas. Passam a enveredar pelas vias mais imediatas na busca de resolver a situação de desordem política e de medo urbano: a violência, a brutalidade, a guerra.

De forma similar aos períodos históricos estudados, os discursos encontrados nas páginas pesquisadas retomam valores e soluções que aumentam as distâncias entre os equilíbrios de forças existentes entre as classes mais abastadas e as mais marginalizadas. Sendo assim, se constituem enquanto expressões de um movimento descivilizatório, legitimadores de processos que não fortalecem o desenvolvimento da confiança mútua entre os cidadãos, que desagregam a coesão social em prol da conflitualidade violenta e da normatização

⁵⁴ Entre 95 países do mundo, o Brasil é o sétimo país com maior taxa de homicídios. Além deste, outros dados podem ser obtidos no seguinte link: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>. Acesso em 18 de Maio de 2014.

⁵⁵ Cerca de 80% dos brasileiros acreditam que os governantes são corruptos ou muito corruptos. Este e outros dados estão disponíveis em: <<http://www.transparency.org/gcb2013/country?country=brazil>>. Acesso em 18 de Maio de 2014.

das desigualdades sociais. As propostas punitivas ampliam a sensação de medo, pois não fundamentam aproximações, convivências mútuas, mas aprovam a segregação radical por meio do estabelecimento de fronteiras manchadas de sangue que demarcam os espaços dos “abastados” frente aos “miseráveis”. Acerca do medo e da sua ligação com práticas violentas na sociedade contemporânea, afirma Eduardo Bittar:

O medo, sentimento fundamental para a sobrevivência, sentimento até mesmo autoprotetivo do indivíduo, torna-se a linguagem da desidentificação a correr a solidariedade social. A surpresa latente do susto, sempre em suspensão na atmosfera é um elemento de acirramento das tensões e tendências violentas, das criadoras de violências às reativas à violência infligida. (...). Esse cenário insculpe uma *psyché* social: de um lado, assustada, fundada na crença em soluções finais e conservadoras; de outro, assustadora, fundada na crença no golpe como forma de violentar pela violência sofrida (truculência) (BITTAR, 2008, p. 217).

Apontando um possível diálogo com as manifestações discursivas pesquisadas em campo retomo a concepção de Florestan Fernandes acerca da construção de uma “ordem social democrática”. Fernandes afirma que o “dilema social brasileiro” é a “falta de coerência entre os sistemas axiológicos e as relações sociais” (FERNANDES, 1976, p. 208). Em outras palavras, almeja-se a consecução dos ideais democráticos propagados desde a ascensão dos regimes democráticos no Ocidente: igualdade oportunidades e de participação política, equilíbrio de poder com equidade e pacificação dos costumes. Todavia, estaríamos sob o domínio de grupos sociais e econômicos e de um padrão de integração social avesso à mudança social de fato, permanecendo estes ideais progressistas apenas em uma esfera desejanse. Acrescenta-se a isso o fato de carregarmos por séculos vários males sociais presentes, em menor ou maior medida, desde o antigo Regime:

(...) extrema iniquidade na distribuição da terra, da renda e das garantias sociais; operação automática de controles sociais que regulavam ou dissimulavam as tensões sociais, por meio da dominação autocrática dos poderosos e a da acomodação passiva dos subordinados; identificação das fontes de lealdade através de relações pessoais e direitas, objetáveis no âmbito da família, da parentela ou de grupos locais e regionais (FERNANDES, 1976, p. 215).

O sociólogo afirma que uma das vias de solução seriam mudanças profundas e planejadas nos padrões de integração social e a fomentação de uma política de integração nacional (FERNANDES, 1976, p. 236). O autor se volta para a transformação dos mecanismos de socialização, objetivando nos indivíduos a formação de disposições vinculadas ao desejo de mudar a sociedade visando alcançar os ideais democráticos. Mudanças institucionais podem trazer consigo uma série de transformações sociais. Todavia, para mudanças efetivas em longo prazo é preciso também alterar as disposições individuais tendo em vista a rejeição da desigualdade social, ao uso arbitrário da força e a interpenetração dos interesses privados na vida política. Mostra-se necessária a aliança de mudanças que visem não só alterar o funcionamento dos mecanismos de controle social, o funcionamento jurídico e a distribuição de renda e terras como também a transformação da própria estrutura de comportamento vigente - que guarda ainda em muitos grupos um apego sintomático ao passado e uma forte resistência às mudanças sociais. Como bem aponta Singer:

Para repolitizar os conflitos é necessário sair do quadro de referência dominante (volúpia punitiva) e propor novos temas para a agenda de debate político e social. Os esforços deveriam ser centrados na transformação das condições econômicas e sociais que engendram a discriminação étnica, sexual ou de qualquer outro tipo. As propostas mais importantes deveriam ser as que buscam transformar radicalmente as estruturas de poder e as instituições dominadas pelo autoritarismo – que possibilitam a violência policial e a manutenção de privilégios quanto ao acesso à justiça – ou, melhor ainda, que invistam em outras formas de resolução de conflito que não a policial (SINGER, 1998, p. 17).

A partir do momento em que se entravam debates mais amplos acerca da alteração do equilíbrio de poder vigente que vise uma melhor democratização dos bens sociais produzidos e dos meios de acesso à educação e à participação política, estão sendo promovidos debates favoráveis ao processo civilizador. Não basta apenas a reivindicação do monopólio de violência do Estado sem considerar os elementos sociais e políticos estruturais que estão intrinsecamente ligados à expansão das práticas violentas na sociedade brasileira.

Ao tratar da violência presente na burguesia guilhermina, Norbert Elias afirmou que o grau de severidade e de crueldade existentes entre grupos sociais em uma sociedade estão intrinsecamente ligados à extensão dos gradientes de poder

existentes entre os polos mais abastados e os menos favorecidos (ELIAS, 1997, p. 188). A partir do momento no qual são realizados esforços para diminuir este distanciamento, vão sendo fomentados entre os indivíduos uma empatia social mútua que propicia melhor compreensão das possíveis distorções a serem corrigidas na estrutura social e política.

Os discursos das páginas que foram pesquisadas trazem consigo indagações de problemas que afetam efetivamente a sociedade brasileira: a criminalidade, a corrupção e a ineficácia das instituições jurídicas. Todavia, estão presos a soluções já exercidas no passado: a intensa repressão violenta, a disseminação de um sentimento de medo e o estímulo a uma estrutura de personalidade ordeira. Negam a existência de avanços civilizacionais, criticando processos que ampliaram a democratização de acesso a bens e a participação política dos cidadãos, os avanços de movimentos sociais e a discussão da punição enquanto meio de ordenamento de social.

A Internet têm se mostrado desde os seus primórdios enquanto um meio fundamental de democratizar informações e de transpor barreiras antes intransponíveis (como o compartilhamento de conhecimento e de experiências entre milhares de indivíduos de diferentes países). Apresenta em si também a possibilidade de grupos sociais disseminarem discursos e conteúdos de ódio, trazendo consigo consequências nas esferas extravirtuais ainda não determinadas objetivamente. Deve-se discutir até que ponto são necessários mecanismos de controle em rede que coíbam este tipo de manifestação autoritária e antidemocrática que pode alterar as disposições dos indivíduos fomentando a deslegitimação de avanços civilizacionais. De forma a se questionar até onde a famigerada “liberdade” propiciada em rede não guarda consigo os gérmens da sua própria antítese.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Marcos César. **Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil**. Ibccrim, 2003.
- AZEVEDO, Fernando de. **Canaviais e engenhos na vida política no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- BARCELLOS, Caco; KALILI, Narciso. **Rota 66**. Editora Globo, 1992.
- BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”. **Novos estudos CEBRAP**, v. 30, p. 162-74, 1991.
- _____. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 47, p. 155-76, 1997.
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**, Lisboa, Edições 70.1991.
- DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, v. 115, n. 1, p. 139-54, 2002.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Martins Fontes, 1977.
- ELIAS, Norbert. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. **Envolvimento e alienação**. Bertrand Brasil, 1998.
- _____. **O Processo Civilizador 1: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- _____. **O Processo Civilizador 2: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo. **Lua Nova**, v. 72, p. 83-114, 2007.
- FERNANDES, Florestan. **A sociologia numa era de revolução social**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2ª ed. reorg. ampl., 1976.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.
- _____. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, p. 318-333, 2009.
- FILGUEIRAS, Juliana Miranda. O livro didático de educação moral e cívica na ditadura de 1964: a construção de uma disciplina. In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Unesp, 1991.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Nova Cultural. 1997.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violência: gênero e mal-estar nas sociedades contemporâneas. In: SCHPUN, Mônica R. (Org.). **Masculinidades**. São Paulo/Santa Cruz do Sul: Boitempo/Edunisc, 2004. p. 35-78.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, v. 79, p. 15-38, 2010.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JR, Domício. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 159-172, 2007.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos de policiamento. **Caderno CRH**, vol. XXIII, n. 60, 2010, p. 437-447.
- PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- REZENDE, Maria José de. A democratização como um processo de distribuição, deslocamento e equilíbrio de poder em Norbert Elias. **Reflexión Política**, v. 14, n. 27, 2012.
- _____. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984**. Editora UEL, 2001.
- SINGER, Helena. **Discursos desconcertados: linchamentos, punições e direitos humanos**. Humanitas/FFLCH/USP, 2003.
- _____. Direitos Humanos e volúpia punitiva. **Revista USP**, n. 37, 1998.
- SINHORETTO, Jacqueline. **Os justicadores e sua justiça: linchamentos, costume e conflito**. 1. ed. São Paulo: IBCCRIM, 2002.
- SOUZA, Mayara Pereira. **Desdobramentos da anistia de 1969: a comissão da verdade e a História**. Anais do III Congresso Internacional de História da UFG/Jataí: História e Diversidade Cultural. Textos Completos. 2012.
- SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- TILLY, Chales. Clio e Minerva. In: BIRBAUM, P. e CHAZEL, F. **Teoria Sociológica**. São Paulo: Hucitec-EDUSP, pp. 435-455, 1977.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.
- VELHO, Gilberto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 15-29, jun. 2000.
- WILDE, Oscar. **O retrato de Dorian Gray**. São Paulo: Abril Cultural, 1971.
- ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime S/A**. São Paulo: Moderna, 1996.
- _____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. FGV Editora, 2004.
- _____. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1994.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Eixos de análises das postagens

EIXOS DE ANÁLISE DAS POSTAGENS I – BLOCOS IDEOLÓGICOS

EM DEFESA DA INSTITUIÇÃO POLICIAL E MILITAR

- humanização dos policiais;
- difamados pelas mídias, classe de indivíduos injustiçados;
- operações policiais/militares, grupos policiais/militares;
- associações com o divino;
- crianças/mulheres com farda;
- venda de artigos militares, vestimentas e armas de defesa pessoal;
- armas;
- espírito guerreiro/virilidade, frases motivacionais.
- valorização de animais, cães;

O BRASIL EM DESORDEM

- crise dos valores: criminalidade, desvalorização do trabalho policial, funk, carnaval, “favelados”, língua portuguesa (burrice), família, crianças, feministas;
- crise política: PT, Dilma, comunistas, projetos políticos (redução minoridade, desarmamento, programas assistenciais), sistema de saúde, educação, Direitos Humanos, Maria do Rosário;
- comparações históricas: época de ordem, Ditadura Militar;
- Brasil: “país que não vai para frente”, comparação com países “desenvolvidos”;
- solução: intervenção militar, ascensão de figuras conservadoras (Bolsonaro, Heleno).
- boas ações no mundo, “esperança”.

VIOLÊNCIA URBANA ESPETACULARIZADA

- cenas de linchamento, espancamento, suspeitos mortos em confronto;
- violência espetacular (comentários costumam direcionam a quem);
- formas de punição a bandidos, vagabundos;
- responsabilização individualizada da criminalidade.

EIXOS DE ANÁLISE DAS POSTAGENS II – EVENTOS

CASO “SHEHERAZADE”

- o menino amarrado no poste no Rio de Janeiro;
- a onda de linchamentos;
- a repercussão nas páginas;
- a “perseguição” da jornalista.

MULHER ARRASTADA POR PMS NO RIO DE JANEIRO

- como as páginas responderam à situação;

MARCHA DA FAMÍLIA

- os preparativos para a Marcha;
- as repercussões do evento;

EIXOS DE ANÁLISE DAS POSTAGENS III – PRONUNCIAMENTOS E INTERAÇÕES

DISCORDÂNCIAS NO CAMPO DE COMENTÁRIOS

- quando os comentários criticam a postagem: reação da administração e dos outros usuários, cada página tem um tipo de posicionamento predominante;
- qual a extensão crítica das discussões no campo dos comentários?
- a página adota uma política “seletiva” quanto aos usuários que pertencem ao grupo?

FALAS DOS ADMINISTRADORES

- postagens nos quais estes manifestam suas próprias opiniões acerca do trabalho policial, da violência urbana e dos movimentos opositores aos ideais propagados pela página.